



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO**

ELIANDRO FRANCISCO DE OLIVEIRA

**IMPLICAÇÕES DA PLURIATIVIDADE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO
NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA**

**Salvador
2015**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO

ELIANDRO FRANCISCO DE OLIVEIRA

**IMPLICAÇÕES DA PLURIATIVIDADE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO
NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Como parte do requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Lobo dos Santos.

Salvador
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

IMPLICAÇÕES DA PLURIATIVIDADE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA

ELIANDRO FRANCISCO DE OLIVEIRA

BANCA EXAMINADORA

PROF. Dr. JOSÉ ANTÔNIO LOBO DOS SANTOS - Orientador
Doutor em Geografia Humana
Instituto de Geociências
Universidade Federal da Bahia - UFBA

PROF. Dr. JÚLIO CÉSAR SUZUKI
Doutor em Geografia Humana
Universidade de São Paulo - USP

PROF. Dr.^a NOELI PERTILE
Doutora em Geografia
Instituto de Geociências
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Dissertação defendida e aprovada: ____/____/____

Dedico, a todas as pessoas que contribuíram para minha formação pessoal e acadêmica. Em especial aos meus pais, Chico Misquita e Valmira Matos (agricultores familiares por opção) por ter me feito enxergar na escuridão a luz da esperança.

[...] O espaço agrário atualmente é entendido como um espaço de relações sociais que se constrói e se reproduz ou se redefine no espaço e no tempo e que, portanto, se define enquanto um singular espaço de vida. Para compreendê-lo é preciso considerar sua dinâmica socioespacial "interna", isto é, aquela que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local e, por outro lado, as formas de sua inserção em uma dinâmica socioespacial "externa". No primeiro caso, o espaço agrário é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isto tanto ao nível da vida cotidiana, quanto do ritmo dos acontecimentos que implicam nos ciclos da vida familiar [...]. No segundo, as relações "externas" que atraem os habitantes do campo, em caráter definitivo, para fora do espaço agrário, provocando a migração para a cidade. As relações "externas" se constituem no interior dos próprios espaços rurais e os modificam profundamente, tanto no que se refere aos aspectos físicos da paisagem, quanto às relações sociais locais, mas que não provocam necessariamente o seu esvaziamento do campo se as condições que garantem sua animação e resistência forem preservadas [...] WANDERLEY, Maria de N. Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba - PR: Dezembro. 2000a, p. 29-37.

AGRADECIMENTOS

A busca de um objetivo se inicia na capacidade que temos de sonhar e acreditar que podemos realizar nossos sonhos. A partir daí, começamos a criar os mecanismos para viabilizar a realização de nossos objetivos. Na caminhada, *a priori*, aparecem, às expectativas, a ansiedade e um enorme desejo de conquista. A persistência e uma grande vontade de alcançar um crescimento profissional e pessoal contribuíram para a realização dessa pesquisa.

Entretanto, reconheço que a realização dessa Dissertação foi uma conquista apenas possível pela força de vontade, incentivo e encorajamento compartilhados por todos que estiveram comigo nesse percurso. Assim, agradecer é de fundamental importância, mesmo que as palavras rabiscadas neste papel não consigam mensurar o tamanho da gratidão que tenho por todos os mencionados.

Sendo assim, começo agradecendo a Deus e a todos os bons espíritos pelo dom da vida e por todas as realizações que veio com ela, pelos desafios que tem colocado em minha vida e pela força que tem me dado para superá-los;

A minha estimada família, que sempre foi meu pilar de sustentação, não só nos momentos difíceis, mas principalmente, nos momentos de alegria que não foram poucos, minha gratidão pela compreensão nos diversos momentos de minha ausência, justificada pela dedicação aos estudos, entendendo que o futuro é feito a partir da constante dedicação ao presente!

Aos meus pais, Francisco Misquita de Oliveira e Valmira de Oliveira Matos, pela honestidade e respeito com a qual encaram suas vidas, por todos os ensinamentos compartilhados comigo, desde infância até a presente data, e por terem orgulho de serem agricultores familiares;

Aos meus irmãos e irmãs (Elineuza, Elinete, Elma, Hélio e João em memória) pelos incentivos e por ter sonhando junto comigo esse momento tão especial;

A minha “Cópia Gêmea”, Simone Cândida, por ter suportado as distâncias geográficas e as barreiras que a vida nos impôs e por fazer meu coração e minha vida mais feliz a cada dia.

A inspiração de minha vida, meu filho Léo Müller, para quem nutro um amor incondicional, e que me faz acreditar que vale a pena lutar e superar todos os obstáculos;

Ao educador Silvano Machado (em memória), meu estimado professor do cursinho e do ensino médio que me legou o amor pela Geografia e por ter me feito acreditar que os sonhos são possíveis quando se tem um objetivo;

A Universidade Federal da Bahia - UFBA e ao Instituto de Geociências - IGEO, ao seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram os meios necessários para que essa pesquisa fosse possível;

Ao programa de pós-graduação em Geografia que me deu todo o suporte técnico e pedagógico para que esta pesquisa pudesse ser realizada;

Aos professores do programa, por ter me proporcionar o conhecimento não apenas científico, mas por expressar a manifestação do caráter e afetividade no processo de formação profissional, por não somente terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB pelos quase dois anos de bolsa, sem a qual seria quase que impossível terminar essa pesquisa. Salientamos que esse órgão é imprescindível para o fomento da pesquisa científica no Estado da Bahia.

Aos servidores da Secretaria da pós-graduação em Geografia da UFBA, nas pessoas de Itanajara da Silva, carinhosamente apelidado por mim de “Grande Tana”, e a sempre prestativa Dirce Vieira Almeida.

Aos meus colegas de Mestrado, turma 2014, pela riqueza dos debates, por tornar a caminhada um pouco mais tranquila e dividir comigo as angústias e alegrias desses dois anos de curso.

Aos colegas de pesquisa e aos professores dos Laboratórios: Núcleo de Estudos Regionais e Agrários - NERA e do Laboratório, Estado, Território e Desenvolvimento - LESTE, pelo compartilhamento de ideias e pelos debates produtivos.

À Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, núcleo municipal, em nome do técnico agropecuário, Marcio Moura pela contribuição no fornecimento de informações e nas entrevistas; à Secretaria Municipal de Agricultura de São Gabriel - SMASG, nas pessoas de Gilmacy, Valmir e Marlete pelo levantamento de informações relevantes para essa pesquisa; a Prefeitura Municipal de São Gabriel por meio do vice-prefeito Liu, pelo incondicional apoio;

Aos presidentes de associações de trabalhadores rurais e da cooperativa agrícola do município de São Gabriel, pela grandiosa ajuda na localização dos agricultores familiares que foram questionados na pesquisa de campo;

Ao colega geógrafo Maurílio, pela valiosa ajuda com os mapas e a Daniela pelas correções ortográficas e ao meu amigo Breno (mestre da paquera), pela ajuda na tradução do resumo;

Aos estudantes da república de São Gabriel em Salvador, pela acolhida, simplicidade e disposição para com a minha pessoa, principalmente durante o início do mestrado;

Ao Dr. José Antônio Lobo dos Santos, meu orientador que sempre disposto a ajudar, como muita paciência e entusiasmo, entendendo as minhas limitações na pesquisa. Seu exemplo de coerência acadêmica, política, social, honestidade nas ideias e o compromisso com as questões agrárias e da Universidade, deram força e inspiração à minha caminhada;

Á Dra. Noeli Pertile, que gentilmente aceitou fazer parte de minha banca, desde qualificação do projeto até o fim da pesquisa;

Ao Dr. Júlio César Suzuki por se colocar a disposição para compor a banca de avaliação dessa dissertação e por ter contribuído muito para o melhoramento da pesquisa ora apresentada;

Em especial, a todos os agricultores familiares do município de São Gabriel, por ter me recebido tão bem em suas residências, pela simplicidade e gentileza em responder os questionários e principalmente, pela dedicação e entusiasmo ao trabalho no campo.

Enfim, a todas as pessoas que não foram mencionadas nesse espaço, mais que de uma maneira ou de outra ficaram felizes com meu sucesso.

A pluriatividade deve ser entendida como a estratégia de reprodução social de unidades produtivas que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos nos quais a sua integração à dinâmica social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas principalmente, através do recurso às atividades não agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho nas áreas mais próximas.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS. 2003, 254p.

OLIVEIRA, Eliandro Francisco de. **Implicações da pluriatividade na produção do espaço agrário no município de São Gabriel-BA**. 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador [2015].

RESUMO

A pesquisa analisou as implicações da pluriatividade na produção do espaço agrário no município de São Gabriel-BA. Para tanto, utilizou-se técnicas de pesquisa qualitativa, através de entrevistas realizadas com os agentes sociais relevantes, gestores municipais e estaduais de políticas públicas, líderes sindicais, presidentes de associações, servidores técnicos de órgãos públicos envolvidos, e pesquisas quantitativas, por meio da aplicação de questionários aos agricultores familiares. Além de uma fundamentação teórica e análise de informações secundárias adquiridas em instituições de pesquisas, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Superintendências de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. Os resultados mostraram que a pluriatividade tem sido praticada pelos agricultores familiares como forma de sobrevivência e resistência para continuar vivendo e produzindo no campo. Com a pluriatividade os agricultores familiares têm conseguido de certa forma diversificar as suas atividades, por meio da renda gerada pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas dentro e principalmente fora de suas propriedades. Assim, essa pesquisa apontou algumas implicações que afetaram diretamente a produção do espaço agrário e as condições de vida dos agricultores em questão: a agropecuária como a principal base econômica na agricultura familiar; a concentração fundiária; a desarticulação das atividades produtivas de sequeiro; a dependência de programas sociais do governo federal; a baixa participação dos agricultores familiares em organizações coletivas; e as dificuldades de organização do trabalho na agricultura familiar. Entretanto, a pesquisa também revelou as alternativas desenvolvidas pelos agricultores familiares para superar essas implicações, por meio: da diversificação da produção agropecuária; da retomada da pecuária de pequeno porte; do aumento das áreas irrigadas e principalmente, da adoção da prática da pluriatividade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Pluriatividade; Produção do Espaço Agrário.

OLIVEIRA, Eliandro Francisco de. **Implications of pluriactivity in the production of the agrarian space at São Gabriel's municipality - BA.** 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador [2015].

ABSTRACT

The research analyzed implications of pluriactivity in the production of the agrarian space at São Gabriel's municipality - BA. Techniques of qualitative research were used like interviews with relevant social agents, municipal and state managers of public politics, union leaders, presidents of associations, technical server of public institutions. Also, it was used quantitative research with the application of questionnaire to the family farmers. The work is based on review of literature and secondary informations of research institutions like Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. The results of the research show the family farmers practice pluriactivity to survive, to resist and to continue living and producing in the country. Together, family farmers and pluriactivity, they get to diversify their activities through income of non-agricultural activities inside and, mainly, outside of their properties. The research also shows some implications that directly affect production of the agrarian space and life conditions of researched farmers: ranching and agriculture like main economic activity of family agriculture; land concentration; disarticulation of productive activities of non-irrigated areas; the dependence of federal social programs; low participation of family farmers in collectives organizations, and difficulties of work organization in the family agriculture. However, research reveals alternatives developed by family farmers to overcome theses implications through: diversification of ranching and agriculture production; use the small livestock again; increase of irrigated areas and, specially, adoption of the practice of pluriactivity.

Keywords: Family Agriculture; Pluriactivity; Production of the Agrarian Space

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Plantação de coentro irrigado no povoado de Baraúna no município de São Gabriel - 2015.....	69
Foto 2	Perfuração de poço artesiano no povoado de Itapicuru no município de São Gabriel - 2015.....	69
Foto 3	São Gabriel - formação do núcleo urbano: feira livre na Praça Minervino José Vaz - 1976.....	90
Foto 4	São Gabriel - Ato público a favor da emancipação política na Praça Largo da Pátria, atual praça da prefeitura - 1976.....	90
Foto 5	Principais cultivos afetados pela irregularidade das chuvas, plantação de milho no povoado de Baraúna, município de São Gabriel - 2015.....	108
Foto 6	Principais cultivos afetados pela irregularidade das chuvas, plantação de feijão de corda no povoado de Lagoa Nova, município de São Gabriel - 2015.....	109
Foto 7	Área Irrigada com plantação de mamão no povoado de Jurema dos Machados em São Gabriel - 2015.....	114
Foto 8	Criação de caprinos no povoado de Curralinho no município de São Gabriel - 2015.....	116
Foto 9	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Gabriel - 2015.....	127
Foto 10	Agricultor familiar utilizando capinadeira de tração animal. Comunidade rural de Queimada no município de São Gabriel - 2014.....	133
Foto 11	Agricultores familiares capinando a plantação. Comunidade rural de Corta Asa no município de São Gabriel - 2014.....	134
Foto 12	Agricultor familiar usando o trator no processo produtivo na Fazenda Bonina no município de São Gabriel - 2015.....	134
Foto 13	Biconsórcio de mamona e milho no povoado de Variante no município de São Gabriel - 2015.....	138
Foto 14	Feira de produtos orgânicos vindos da agricultura familiar na sede do município de São Gabriel - 2015.....	146
Foto 15	Feira Livre na sede do município de São Gabriel - 2015.....	146

Foto 16	Estabelecimento comercial no campo. Comunidade rural de Caldeirão do Florindo no município de São Gabriel - 2015.....	155
Foto 17	Agricultor familiar trabalhando na plantação irrigada de hortaliças. Comunidade rural de Mata Verde no município de São Gabriel -2015.....	156
Foto 18	Agricultor familiar trabalhando como coordenador pedagógico na Escola Manoel Honorato de Souza. Povoado de Baixão dos Honoratos no município de São Gabriel - 2015.....	156
Foto 19	Agricultores familiares trabalhando na construção de residências no campo. Comunidade rural de Bucho da Nega no município de São Gabriel - 2015.....	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual da população urbana e rural segundo os distritos do município de São Gabriel - 2015.....	83
Gráfico 2	Dimensão dos estabelecimentos rurais dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015.	95
Gráfico 3	Condição do agricultor em relação à posse da terra na agricultura familiar no município de São Gabriel - 2015.....	98
Gráfico 4	Produção de feijão e milho no município de São Gabriel - 1996/2007/2012.....	111
Gráfico 5	Evolução da produção de mamona no município de São Gabriel - 1996/2007/2012.....	112
Gráfico 6	Criação de animais no município de São Gabriel - 2014.....	116
Gráfico 7	Idade dos agricultores familiares do município de São Gabriel - 2015.....	121
Gráfico 8	Participação dos agricultores familiares em organizações coletivas no município de São Gabriel - 2015.....	129
Gráfico 9	Produção agrícola da agricultura familiar no município de São Gabriel - 2015.....	137
Gráfico 10	Evolução da produção agropecuária da agricultura familiar no município de São Gabriel - 2015.....	139

Gráfico 11	Destino da produção agrícola dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015.....	144
Gráfico 12	Participação dos chefes de famílias entre os agricultores familiares pluriativos no município de São Gabriel - 2015.....	152
Gráfico 13	Principais atividades não agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares do município de São Gabriel - 2015....	154
Gráfico 14	Renda média dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015.....	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Território de Identidade de Irecê: PEA, segundo os setores das atividades econômicas - 1970/198.....	61
Tabela 2	Território de Identidade de Irecê: Financiamentos concedidos aos produtores rurais e as cooperativas por atividades econômicas -1980/1990.....	63
Tabela 3	População residente, taxa de urbanização e densidade demográfica do município de São Gabriel - 1990/2015.....	80
Tabela 4	Distribuição da população segundo os distritos no município de São Gabriel - 2015.....	83
Tabela 5	Estrutura fundiária do município de São Gabriel-2013.....	94
Tabela 6	Assentamentos de reforma agrária no município de São Gabriel - 2015.....	100
Tabela 7	Produção de feijão, milho e mamona no município de São Gabriel - 1996/2007/2012.....	110
Tabela 8	Quantidade de pessoas na família dos agricultores questionados no município de São Gabriel - 2015.....	120
Tabela 9	Nível de escolaridade e autodefinição dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015.	122
Tabela 10	Destino da produção agropecuária dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015.	143
Tabela 11	Ocupação da mão de obra dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015.....	150

Tabela 12	Origem da renda dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015.....	161
-----------	--	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização do município de São Gabriel - 2013.....	20
Mapa 2	Divisão política e administrativa do Território de Identidade de Irecê - 2003.....	59
Mapa 3	Território de Identidade de Irecê: delimitação das subáreas - 2007.....	65
Mapa 4	Localização dos principais povoados do município de São Gabriel - 2013.....	79
Mapa 5	Uso e cobertura da terra no município de São Gabriel - 2013....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Órgãos governamentais e organizações coletivas.....	25
Quadro 2	Institutos de pesquisa.....	26
Quadro 3	Organizações coletivas no município de São Gabriel - 2015.....	125

LISTA DE IMAGENS DE SATÉLITES

Imagem 1	Vista parcial da Vila de Gameleira do Jacaré no município de São Gabriel - 2015.....	81
Imagem 2	Vista parcial da Vila de Besouro no município de São Gabriel - 2015.....	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O calendário agrícola do município de São Gabriel - 2010....	107
----------	--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ADAB	Agencia Estadual de Defesa agropecuária da Bahia
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BA	Bahia
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BN	Banco do Nordeste
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas da Região de Irecê
CDS	Conselho de Desenvolvimento Sustentável
CEASA	Centro de Abastecimento do Município
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPASG	Cooperativa Agrícola de São Gabriel
DAP	Declaração de Aptidão a Agricultura Familiar
DOE	Diário Oficial do Estado da Bahia
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
BEM	Estatísticas dos Municípios Baianos
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IGEO	Instituto de Geociências
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPÊTERRAS	Instituto de Permacultura em Terras Secas
LESTE	Laboratório Estado, Território e Desenvolvimento

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDSCF	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MOA	Mão de Obra Agrícola na Bahia
NERA	Núcleo de Estudos Regionais e Agrários
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPM	Produção da Pecuária Municipal
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SIAB	Sistema de Informações de Atenção Básica
SMASG	Secretaria de Agricultura do Município de São Gabriel
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
STRSG	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gabriel
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
UESC	Universidade Estadual Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR	28
2.1	Produção do espaço agrário no contexto da agricultura familiar.....	29
2.2	Considerações sobre o conceito de agricultura familiar.....	35
2.3	Considerações sobre a noção de pluriatividade.....	40
2.4	Afirmção da agricultura familiar e da pluriatividade no campo brasileiro.	46
3	IMPLICAÇÕES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA EM SÃO GABRIEL	50
3.1	A modernização conservadora da agricultura brasileira.....	51
3.2	Consequências da modernização na agricultura familiar.....	58
3.3	Possibilidades de sobrevivência e resistência na agricultura familiar.....	66
3.4	A pluriatividade no contexto da relação campo-cidade.....	72
4	A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL EM SÃO GABRIEL	86
4.1	Evolução socioespacial e a dinâmica territorial.....	87
4.2	Estrutura fundiária e a produção do espaço agrário.....	92
4.3	Organização socioespacial e as estruturas produtivas.....	102
4.4	Aspectos socioeconômicos da produção agropecuária.....	106
5	IMPLICAÇÕES DA PLURIATIVIDADE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO..	118
5.1	Pluriatividade como estratégia de sobrevivência na agricultura familiar...	119
5.2	Organização do trabalho e da produção na agricultura familiar.....	132
5.3	Dinâmicas das ocupações na agricultura familiar.....	148
5.4	Importância da pluriatividade na composição da renda familiar.....	159
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
	REFERÊNCIAS	175
	APÊNDECE	184

1 INTRODUÇÃO

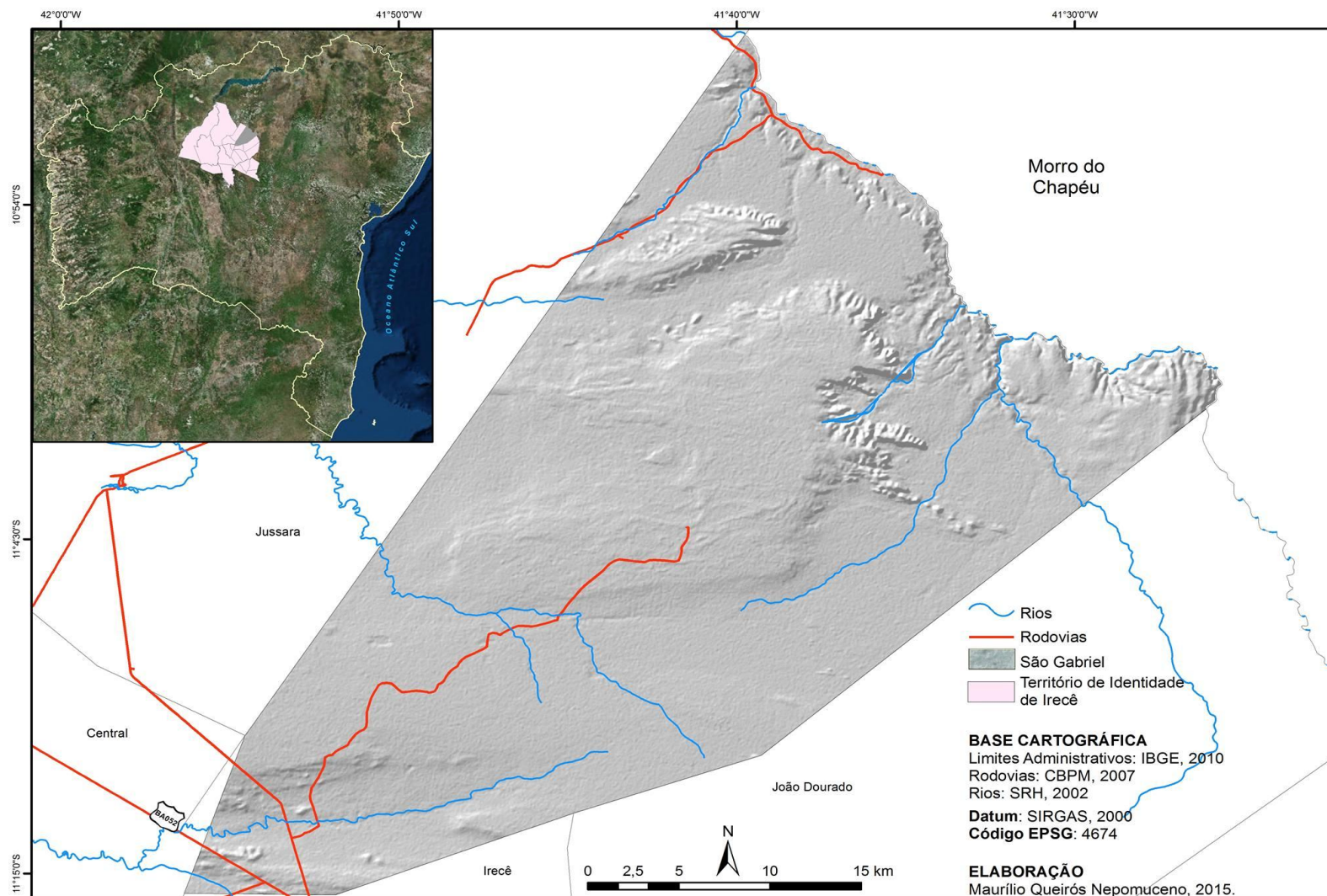
O espaço agrário brasileiro, enquanto campo de relações capitalistas de produção vem se modificando nos últimos anos. A agricultura familiar não é mais somente caracterizada apenas por atividades agropecuárias. Observamos a proliferação de uma multiplicidade de funções (produtivas e de geração de emprego e renda) que vão além da produção de alimentos e fibras. Essas funções são vistas como essenciais, seja para enfrentar as crises geradas pela mecanização seletiva e excludente, bem como, para superar as crescentes dificuldades produtivas enfrentadas pelos agricultores familiares em suas unidades de produção.

As rendas geradas pelas atividades agropecuárias na própria unidade de produção não estão sendo suficientes para cobrir os custos de produção e satisfazer as necessidades das famílias. A alternativa encontrada foi a conciliação de trabalhos agrícolas com atividades não agrícolas. Com isso, a pluriatividade surge como estratégia de sobrevivência e resistência do agricultor familiar no campo por falta de políticas públicas eficientes e inclusivas, da concentração de terras, e a situação de pobreza rural.

A pluriatividade é evidenciada de várias maneiras e em segmentos sociais diversificados que vão desde produção artesanal simples de base familiar até as atividades agroindustriais. A alternativa encontrada por uma parte dos agricultores seja: posseiros, arrendatários, meeiros ou proprietários foi tentar conciliar às atividades agrícolas com atividades não agrícolas, formando a categoria denominada por Schneider (1999, p. 23) de trabalhadores pluriativos.

Seguindo essa linha de pensamento, entende-se por pluriatividade as atividades desempenhadas pelas pessoas que compõem as famílias de agricultores em que um ou mais de seus membros exercem alguma atividade não agrícola que gera renda, que, por sua vez, é aplicada nas atividades de resistência na unidade familiar de produção. Destarte, o objetivo dessa pesquisa é analisar as implicações da pluriatividade na produção do espaço agrário no município de São Gabriel-BA, mapa 1, e, discutir em que medida o processo de modernização da agricultura contribuiu para o surgimento e desenvolvimento da pluriatividade; e, identificar as formas de trabalho na agricultura familiar e a pluriatividade como estratégia de sobrevivência e resistência da pequena produção.

Mapa 1 - Localização do município de São Gabriel - BA - 2013



Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Com base de dados (IBGE) - 2010

O debate acerca da pluriatividade está ligado intimamente com as relações de produção na agricultura familiar. Essas relações de produção são aqui entendidas como a forma de organização dos trabalhos no campo onde a gestão, os meios de produção (nem sempre a terra) e a força de trabalho pertencem à família. Trata-se de uma forma de produção, onde predomina a junção entre a gestão e o trabalho, pois os agricultores familiares têm certa autonomia no que se refere ao processo produtivo em sua unidade familiar, dando destaque na diversificação e utilização do trabalho familiar, e, em alguns casos, complementado com trabalhos assalariados.

Assim, concordamos com Wanderley (2004, p. 48) quando a autora defende que a agricultura familiar representa uma categoria social importante e que os agricultores familiares, ao longo do tempo, carregam e transmitem os seus ensinamentos, suas práticas sociais e os seus modos de vida, mesmo tendo que se submeter às transformações pela qual o espaço agrário vem sofrendo nos últimos anos. Os conhecimentos passados de geração em geração permanece inspirando e orientando as novas decisões que o agricultor familiar deve tomar nos novos contextos aos quais está submetido.

Analisar o contexto de surgimento e ampliação da pluriatividade e buscar avaliar suas implicações práticas, ou seja, seu efeito na produção de renda na agricultura familiar é de fundamental importância para identificar e compreender as estratégias que norteiam na atualidade a produção do espaço agrário.

Discutir num estudo de caso as implicações da pluriatividade dos agricultores familiares é fundamental, no sentido de se compreender como se dão as relações entre os agricultores familiares e suas estratégias de sobrevivência e resistência para continuarem trabalhando e vivendo no campo.

Para tanto, foi fundamental buscar respostas para as seguintes perguntas: Em que medida a modernização da agricultura contribui para a existência e ampliação da pluriatividade na agricultura familiar? Como os agricultores familiares tem se organizado estrategicamente para garantir sobrevivência e permanência no campo? E quais são as implicações da pluriatividade na produção do espaço agrário do município de São Gabriel?

O município de São Gabriel foi escolhido como recorte espacial para a realização dessa pesquisa pelos seguintes motivos: primeiro, por estar localizado no Território de Identidade de Irecê, um espaço de muita importância econômica no contexto do Estado da Bahia, devido à produção agropecuária e, principalmente,

pela quantidade de pessoas que vivem no campo; segundo, o município de São Gabriel está entre os três municípios do Território de Identidade de Irecê, com o maior número de agricultores familiares; terceiro, por apresentar uma grande quantidade de agricultores familiares que desempenham atividades não agrícolas; e por último, a proximidade do pesquisador com o recorte e com o tema, pois o mesmo é um dos vários agricultores familiares de São Gabriel que tiveram que recorrer às atividades não agrícolas para continuar produzindo na unidade familiar.

Assim, também é importante explicar que o espaço agrário no município de São Gabriel passou por profundas transformações a partir da década de 1970, com a implantação do programa governamental de “modernização agrícola”, com foco no Território de Identidade de Irecê.

Essa “modernização” acentuou o crescimento das áreas cultivadas com plantações de sequeiro, incentivadas pelo acesso fácil ao crédito agrícola, que por sua vez, possibilitou a aquisição de máquinas e insumos, proporcionando um aumento considerável da produção e da produtividade agrícola.

Na área em questão o modelo de modernização a base de pressupostos produtivistas¹ começou a entrar em declínio, na metade da década de 1990, e provocou sérios problemas para os agricultores familiares, houve uma queda considerável da produtividade agrícola e o aumento na irregularidade das chuvas.

As mudanças fizeram com que a ocupação da mão de obra na agricultura diminuísse. Com isso, outras atividades passaram a figurar como uma alternativa de sobrevivência para uma significativa parcela dos agricultores familiares. Ganha fôlego, então, a pluriatividade como um caminho de manutenção e resistência, utilizado pelo agricultor familiar.

Para entendermos melhor essa realidade, fez-se necessário um recorte temporal. Optamos por estudar as implicações da pluriatividade na produção do espaço agrário do município de São Gabriel, no período compreendido entre a década de 1970, quando se materializa o processo de modernização da agricultura,

¹Entre o final da II Guerra Mundial e os primeiros anos da década de 1970, a economia mundial apresentou grande expansão. Foram efetuados significativos investimentos em atividades produtivas, não somente nos países desenvolvidos, mas também em países subdesenvolvidos. No referido período, os conhecimentos da ciência e da tecnologia passaram a ser aplicados diretamente aos processos produtivos de todos os setores, inclusive da agropecuária, esse processo foi denominado de modernização produtivista da agricultura (HESPANHOL, 2008, p. 382). Disponível em <www.fct.unesp.br>. Acessado em jul.2015.

por meio do incentivo governamental a produção do triconsórcio feijão, milho e mamona para fins comerciais, até o esgotamento desse modelo na atualidade.

Sendo assim, é importante frisar que a produção do espaço agrário no município em debate está relacionada, principalmente, com as dinâmicas do capital e as estratégias de sobrevivência e resistência - dentre outras, a pluriatividade - que os agricultores familiares estão desenvolvendo ora por decisão própria, ora pela imposição da modernização, da falta de incentivos locais e territoriais, adequados às necessidades produtivas dos agricultores familiares e da concentração de terras que são concernentes às transformações que a agricultura vem passando nos últimos anos.

É importante, também, a análise das contradições no espaço agrário, pois ao mesmo tempo em que se desenvolvem alguns nichos de agricultura moderna com base na irrigação, o agricultor familiar busca alternativas de sobrevivência e permanência por meio do trabalho pluriativo, na busca de superar as crises geradas pela própria modernização da agricultura, dentre outros fatores.

Para analisar as implicações da pluriatividade na produção do espaço agrário de São Gabriel, foi adotado um conjunto de procedimentos dirigidos pelo referencial teórico, inserido na abordagem geográfica, buscando perceber as relações e as contradições entre as ocupações na agricultura familiar e a pluriatividade, atividades agrícolas e não agrícolas que permitam captar as transformações socioespaciais, econômicas e políticas.

Assim, as condições socioespaciais no mundo moderno são as responsáveis por criarem as contradições dialéticas entre os grupos sociais antagônicos, grandes produtores capitalistas e agricultores familiares. Neste sentido, Lefebvre (1983, p. 238) diz que:

A contradição dialética é a inclusão, plena e concreta dos contrários um no outro, e ao mesmo tempo, uma exclusão ativa. [...]. O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contrários, que os opõe, que faz com que se choque que os quebra ou os separa. [...]. Portanto, convém estudar o movimento, essa estrutura, suas exigências, com o objetivo de tentar resolver as contradições. Não existe, dialeticamente, a 'contradição' em geral, existem contradições, cada qual com seu conteúdo concreto, com seu movimento próprio, que deve ser penetrado em suas conexões (LEFEBVRE, 1983, p. 238).

Para ajudar a enfrentar o desafio de entender as contradições de forma concreta, este estudo fundamentou-se no materialismo histórico e dialético que

procura investigar uma realidade que está posta, destacando as possíveis contradições da realidade que se manifesta, configurando, com isso, um conjunto de análise científica coerente sobre as leis que regem o desenvolvimento da natureza e da sociedade.

Para Quaini (1979, p. 43), “ao usar o materialismo histórico não se perde de vista nem a historicidade da natureza, nem a naturalidade da história”. Neste sentido, considera a história como um fator essencial na análise, estudo e desenvolvimento dos processos socioespaciais.

À medida que se propõe o materialismo histórico e dialético como método, isso se infere que esta pesquisa tem um caráter analítico, de modo que este proporcione um aprofundamento da materialidade, expressa aqui pela pluriatividade em um recorte histórico compreendido entre a modernização da agricultura territorial, evidenciada no início da década de 1970 até a atualidade, e dialético, no sentido das contradições e das implicações dos processos na produção do espaço agrário.

Assim, foi realizada a análise das implicações da pluriatividade na agricultura familiar e no espaço agrário, observando suas propriedades e qualidades por meio de uma reflexão crítica que possibilite a descoberta das conexões entre os desdobramentos da pluriatividade.

Seguiu o princípio de que as quantidades não devem ser abolidas, mas devem servir de suporte para as análises qualitativas, pois elas permitiram a apresentação de manifestações avaliativas políticas, sociais e econômicas. Com isso, essa pesquisa não dispensou as quantidades, porque se entende que elas foram importantes para subsidiar o enriquecimento e aprofundamento das análises.

A estratégia de investigação adotada foi de quatro etapas, a primeira, tratou da análise de pesquisa ou trabalho de gabinete, no qual exigiu fontes de informações secundárias contidas na literatura especializada sobre o tema em livros, artigos e revistas especializadas, periódicos geográficos nacionais e internacionais e de outras áreas do conhecimento que abordam a importância das questões agrárias no cenário internacional, no Brasil e na Bahia. Como decorrência foi imprescindível a busca de dados em acervos de bibliotecas, institutos de pesquisa, dissertações, teses, anais de encontros científicos, internet e outros.

A segunda etapa é composta por uma pesquisa de campo pautado nas técnicas de pesquisa qualitativa com entrevistas, e, quantitativa, por meio da coleta e análise de informações secundárias fornecidas em órgãos estaduais e municipais.

Para elucidar a problemática sugerida, as implicações da pluriatividade da agricultura familiar na produção do espaço agrário, a pesquisa de campo teve uma relevância muito grande. Desta maneira, foram coletadas por meio de entrevistas, informações em setores institucionais e órgãos oficiais do Governo.

As entrevistas foram direcionadas aos “agentes sociais relevantes”, quadro 1.

Quadro 1- Órgãos governamentais e organizações coletivas

ÓRGÃOS E ORGANIZAÇÕES	TIPO DE ÓRGÃO
Gestores de programas ligados a agricultura familiar no município	1. Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) 2. Secretaria Municipal de Agricultura de São Gabriel (SMASG);
Classistas	1. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de São Gabriel (STRSG)
Sociedade Civil	1. Associações de Produtores Rurais 2. Cooperativa Agrícola dos Produtores Rurais de Eureca (COOPAE);

Elaboração, OLIVEIRA, E. F. de. (2015)

Também, foram aplicados questionários junto aos agricultores familiares em algumas comunidades rurais do município de São Gabriel, de forma que foram abrangidas diferentes partes da área em questão. Dessa maneira, pode-se avaliar o processo da pluriatividade no espaço agrário de São Gabriel em sua totalidade. Esses questionários foram compostos de 26 perguntas divididos em cinco eixos, a saber: 1 - Informações gerais; 2. - Estrutura fundiária; 3 - Ocupação da mão de obra; 4 - Produção agropecuária e mercado; e 5 - Renda.

Os questionados foram escolhidos de forma aleatória simples. Essa forma de amostragem, “consiste em atribuir a cada elemento da população um número único para depois selecionar alguns desses elementos de forma casual” (GIL, 2006, p. 101). E que sugere uma amostra em torno de 300 informantes, logo que o universo é composto por 2.975 agricultores familiares.

A terceira etapa consistiu na análise dos dados secundários, obtidos em institutos e órgãos do governo, que são os responsáveis pela manutenção, e armazenamento de dados referente aos agricultores familiares, no que tange as estatísticas e tratamento de dados, políticas públicas e de desenvolvimento rural, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Ministério do

Desenvolvimento Agrário - MDA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI e o Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, quadro 2.

Quadro 2 - Institutos de pesquisa

INSTITUTOS	ASSUNTOS DE PESQUISA
IBGE	1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2. Censo Agropecuário 3. Produção Agrícola Municipal (PAM) 4. Produção da Pecuária Municipal (PPM)
MDA	1. Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
SEI	1. Mão de obra Agrícola na Bahia (MOA) 2. Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) 3. Estatísticas dos Municípios Baianos (EMB)
INCRA	1. Estrutura Fundiária 2. Projeto de Reforma Agrária 3. Planos de Desenvolvimento Rural 4. Número e área dos Imóveis Rurais

Elaboração por, OLIVEIRA, E. F. de. (2015)

Foram analisados os dados com base em quatro variáveis: a estrutura fundiária; ocupação da mão de obra; produção agropecuária e a renda gerada pelas atividades agrícolas e não agrícolas. Por último, foi feita a análise dos dados obtidos, nas entrevistas e questionários, nas observações e na pesquisa documental no qual foram produzidos os resultados da pesquisa ora apresentada.

Com base nas premissas estabelecidas, esta dissertação está dividida, além desta introdução e das considerações finais, em quatro capítulos. Na introdução consta a visão geral da pesquisa, juntamente com os objetivos, o problema de pesquisa, a justificativa e o método de análise.

No primeiro capítulo: “A pluriatividade na agricultura familiar” discutimos a produção do espaço agrário e a agricultura familiar. Logo em seguida, apresentamos algumas considerações sobre o conceito de agricultura e agricultor familiar e também, considerações sobre a noção de pluriatividade. Por último, debatemos acerca da afirmação da agricultura familiar e do surgimento da pluriatividade no espaço agrário brasileiro.

No segundo capítulo: “Implicações da modernização agrícola em São Gabriel” faz-se uma discussão sobre o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira. Em seguida, abordamos as consequências da modernização na agricultura no Território de Identidade de Irecê, e em São Gabriel, bem como, são

apresentadas as possibilidades de resistência na agricultura familiar e a busca por alternativas. Por fim, é feita análise da pluriatividade no contexto da relação campo-cidade.

No terceiro capítulo: “A produção socioespacial do município de São Gabriel”, inicialmente abordamos a evolução socioespacial e a dinâmica territorial do município em questão. Em seguida é feito o debate sobre a estrutura fundiária e a produção do espaço agrário, bem como, é demonstrado a organização socioespacial e as estruturas produtivas presentes no espaço municipal. Ao final, é proposta uma reflexão acerca dos aspectos socioeconômicos da produção agropecuária.

No quarto capítulo: “Implicações da pluriatividade na produção do espaço agrário” são apresentadas as estratégias de sobrevivência e resistência desenvolvidas pelos agricultores familiares, dentre elas a pluriatividade. Na sequência é debatida a organização do trabalho e a produção agropecuária na agricultura familiar, além das análises das dinâmicas das ocupações e as implicações da pluriatividade. E, encerrando o capítulo, são expostas as análises que demonstram a importância da pluriatividade na formação da renda na agricultura familiar.

Nas “Considerações finais” expressamos algumas reflexões sobre as implicações da pluriatividade na produção do espaço agrário no município de São Gabriel e as alternativas encontradas pelos agricultores familiares para superar as dificuldades de produção e continuar resistindo e vivendo no campo.

2 A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

No contexto da economia nacional, a agricultura familiar ficou, durante muito tempo, às margens do processo de industrialização. E, para mudar esse quadro, foi necessário despertar um novo olhar para as políticas públicas destinadas a esse setor tão importante na produção de alimentos e na ocupação da mão de obra. Na medida em que o capital e suas relações de produção se intensificaram no espaço urbano e no rural, abriram-se as possibilidades e potencialidades para o surgimento e ampliação de atividades não agrícolas no campo.

As mudanças foram ocorrendo e oferecendo novos caminhos e possibilidades de geração de renda para os agricultores familiares. Nesse contexto, a pluriatividade aparece como uma estratégia de sobrevivência e resistência desenvolvida pelos agricultores familiares. As atividades agrícolas e não agrícolas desempenhadas pelos agricultores, dentro e fora da propriedade, passaram a interessar setores da economia que viram a possibilidade de resolver parte dos problemas da fome e do empobrecimento das populações sob uma nova proposta de desenvolvimento local.

A pluriatividade está relacionada à agricultura familiar, à medida que é possível que as atividades não agrícolas desempenhadas pelos agricultores familiares se materializam na dinâmica da produção do espaço agrário no contexto da globalização. Daí a importância de se destacar as relações e as contradições entre a produção do espaço agrário e por meio da análise da agricultura familiar, embasados nas categorias: espaço, agricultura familiar e a pluriatividade.

Assim, este capítulo tem com objetivo apresentar alguns elementos teóricos para a análise das implicações da pluriatividade na produção do espaço agrário, destacando algumas considerações sobre o conceito de agricultura familiar, com base nas principais correntes de debate na academia, nos movimentos sociais e nos organismos governamentais.

Buscamos, ainda, aprofundar o debate da pluriatividade, desde as análises clássicas até as novas abordagens, para que possamos entender os caminhos que levaram a afirmação da agricultura familiar e da pluriatividade no campo brasileiro.

2.1 Produção do espaço agrário no contexto da agricultura familiar

A produção do espaço agrário ocorre por meio de relações socioespaciais. Assim, a Geografia exerce um papel fundamental para o entendimento do campo na atualidade, pois é a ciência que estuda o espaço no contexto das interações de forma dialética entre a sociedade e a natureza. O homem como agente social, no transcurso de sua história produz e (re) produz o espaço conforme suas necessidades e interesses individuais e coletivos, provocando mudanças significativas na natureza, na medida em que busca desenvolver maneiras para melhorar suas condições de vida.

Seguindo essa linha de pensamento, Moreira (2000, p. 85) diz que “o espaço é a materialidade do processo do trabalho. É a relação homem/meio na sua expressão historicamente concreta”. Essa natureza é no sentido dialético, onde o espaço se transforma constantemente pelo trabalho humano.

Isso implica em um permanente processo de transformação do espaço, acompanhando e condicionando a evolução das sociedades. A dialética que preside a formação do sistema socioespacial, preside também ao seu funcionamento e permanência. Haja vista que “o espaço geográfico não é só resultado da produção social, como também da ação da natureza, transformando esse espaço. Assim, tem-se um espaço historicamente resultante da dialética sociedade/natureza” (RODRIGUES, 2008, p.131).

Analogamente, o trabalho e o espaço seguem-se numa linha de interação em que o espaço organiza-se segundo a estrutura social e as relações de trabalho. Segundo Santos (1986) “o espaço, como resultado do trabalho humano, ocupa caráter próprio durante a sua transformação, e que é através do seu produto que se atinge o conhecimento do espaço”. (SANTOS, 1986, p. 128). Então, isso significa que o conhecimento e a interpretação da realidade espacial não são perceptíveis e não se encontram nas sensações, e sim por meio da sua produção.

O trabalho é uma categoria fundamental na análise da produção do espaço, especialmente, na relação sociedade/natureza. Godoy (2008) destaca que:

Embora o conceito de produção, implique necessariamente em realização efetiva de trabalho, este se apresenta muito mais decisivo para a fundamentação da concepção sobre a produção do espaço, do que o próprio conceito de produção. [...] estabelece, em princípio, uma forma de analisar e entender a sociedade, o Estado, o capital, o poder, a produção e

as relações espaço/sociedade. O trabalho enquanto categoria de análise não se reduz à exploração apenas da natureza objetiva das condições materiais e imateriais da produção em geral, mas a compreensão do que está além da exteriorização da ideologia e da objetivação das formas concretas, o que conduz à compreensão da própria gênese cultural do homem. O homem histórico, neste caso, resulta do seu próprio trabalho (GODOY, 2008, p. 126).

Nesta relação dialética, as sociedades por meio do trabalho organizado, têm se apropriado do espaço a fim de produzir recursos e com isso obter a sua sobrevivência. Estabelece, então, a máxima de que o “espaço é um produto social” (LEFEBVRE, 2000, p. 33).

Assim, com relação à agricultura familiar, a produção do espaço implica na análise de fatores importantes para que ocorra essa produção, tais como: desenvolvimento local, políticas públicas, dinâmica de distribuição de renda, estrutura fundiária e implicações da pluriatividade. Esses fatores são fundamentais para a produção do espaço agrário e a sobrevivência e resistência dos agricultores familiares ao longo do tempo.

Isto implica dizer que vários programas e/ou políticas públicas vêm sendo criados para que a categoria denominada de agricultor familiar possa contribuir com a diminuição da pobreza em países industrializados ou em processo de industrialização. Sabemos que a agricultura familiar poderá favorecer a geração de renda e contribuir para redução da pressão sobre os serviços de infraestrutura nas áreas urbanas.

A agricultura familiar assume um papel fundamental na produção do espaço, uma vez que tem uma estrutura produtiva organizada para atender às necessidades básicas da família como provedora de alimentos, ou seja, há um ordenamento cuja função exercida é para a produção.

As unidades de agricultura familiar estão voltadas para fins produtivos. Numa perspectiva socioespacial, a agricultura familiar tem amplo potencial para ampliar e abastecer com qualidade o mercado interno e pode contribuir para a promoção do desenvolvimento local e territorial.

Mediante essa realidade, as relações tradicionais de produção - roçados, trabalho manual, produção para a subsistência - ficam marginalizadas pela ausência de inovação e pela expansão capitalista no campo, uma vez que a modernização conservadora da agricultura não incluiu todas as classes sociais de agricultores,

privilegiando as grandes propriedades em detrimento da pequena, acentuando as desigualdades e as contradições existentes no espaço agrário.

Nesse contexto de contradição, a agricultura é incorporada cada vez mais a esse sistema econômico, ao passo que as pequenas unidades familiares durante muito tempo foram incluídas de maneira subalterna, precária e marginal nesse processo. Recentemente, a produção agrícola familiar foi vista com um potencial no processo de reprodução do capital e despertou o interesse de setores hegemônicos da sociedade capitalista que outrora viam a agricultura familiar como pouco rentável, com relação à competitividade dos grandes empreendimentos capitalistas.

Com isso, na agricultura brasileira os grandes produtores capitalistas são beneficiados por subsídios para aquisição de máquinas e equipamentos, além das vantagens que possuem nas políticas de manipulação de preços.

Ao mesmo tempo em que as relações capitalistas de produção, por meio da intervenção do Estado, formam as bases dos empreendimentos capitalistas através do incentivo ao agronegócio, as relações não capitalistas de produção, a exemplo do trabalho na agricultura familiar, também, se mostram necessários ao capital em seu processo de produção.

Assim, “historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalista e o não capitalista. Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se” (LUXEMBURGO, 1985, p. 285). Para continuar garantindo a sua existência e expansão, o processo contínuo de acumulação do capital, contraditoriamente, necessita das relações não capitalistas de produção, a exemplo da agricultura familiar.

Nesta lógica capitalista, Soja (1993, p. 37) argumenta que “a modernização, como todos os processos sociais, desenvolve-se desigualmente no tempo e no espaço e, desse modo, inscreve geografias históricas bem diferentes, nas distintas formações sociais e regionais”. No caso brasileiro, atingiu setores essenciais da economia, como a agricultura.

Um exemplo desse contexto foi à modernização “conservadora” da agricultura brasileira, proporcionada pela revolução verde que favoreceu em sua maioria as grandes propriedades e os produtores/empresários capitalizados, ao passo que a agricultura familiar, mesmo ocupando a maior parte dos trabalhadores rurais, ainda, encontra-se marginalizada nesse modelo de modernização conservadora da agricultura.

Essa estrutura de produção, baseada no modo de produção capitalista, implica em grande parte a existência de capital social pouco desenvolvido, que configuram no campo situações como a pobreza, desemprego, subordinação, dependência, dificuldades de comunicação, baixa informação e capacitação, analfabetismo, clientelismo e outros. Esses elementos agregam-se numa estrutura que reduz drasticamente a participação social, acentuando assimetrias e desequilíbrios políticos, econômicos e comprometendo a cidadania desses grupos.

Essa situação aumenta o grau de pobreza dos trabalhadores que vivem da agricultura familiar, que ficam comprometidas por não conseguirem acompanhar as inovações técnicas, pois “o capital e a força de trabalho devem se unir em algum ponto específico do espaço para ocorrer à produção” (HARVEY, 2005, p. 144).

As inovações tecnológicas e os investimentos feitos no espaço agrário com objetivo da (re) produção do capital têm gerado uma diferenciação entre os ganhos obtidos nos grandes empreendimentos capitalistas em comparação com as unidades familiares de produção.

Na primeira, os ganhos são resultantes das vendas de *commodities* no mercado nacional e internacional, com alta especialização e uso de maquinaria e ferramentas modernas, além de fertilizantes e sementes modificadas geneticamente. Já na segunda, os ganhos constituem o produto do trabalho da família, que retira uma parcela para o seu sustento e comercializa o excedente. Assim, os agricultores familiares utilizam sua força de trabalho e de sua família, explora produtivamente a sua propriedade, obtendo com isso, o produto do seu trabalho, na qual utiliza para sua sobrevivência e manutenção da unidade produtiva.

O excedente deve ser entendido da seguinte análise: uma parte do que é produzido entra diretamente no consumo da família, como forma de subsistência e os excedentes são comercializados. Essa produção que é comercializada se faz com o intuito de obter outras mercadorias para satisfazer as suas necessidades.

Oliveira (1986), com base na discussão sobre a renda da terra, distingue-se na agricultura as seguintes formas de renda: (a) renda em trabalho, (b) renda em produto e (c) renda em dinheiro, (a) ocorre quando o produtor destina determinado período para trabalhar nas terras de outrem, recebendo em troca o direito de cultivar parte da terra; (b), ocorre quando o trabalhador cede parte da sua produção pelo uso da terra; (c) acontece quando o produtor paga ao proprietário da terra em dinheiro,

ou seja, converte o produto colhido em dinheiro. Além destas, acrescenta-se também, a forma de arrendar a terra para produzir com trabalho agrícola familiar.

Com relação à renda da terra, Santos J (2012, p. 35) aponta que: “A renda da terra é um componente fundamental no sistema econômico. Esta se encontra intimamente ligada com o uso da terra”. Esse uso da terra a qual se refere Santos J (2012) é um atributo da natureza, um componente social e uma categoria econômica. E que a terra neste caso, não é um produto do trabalho humano, pois é um bem que não foi construída por força das relações sociais mediadas e materializada no trabalho.

As relações entre agricultura, o uso da terra e o capitalismo tem um papel importante na produção do espaço agrário, na medida em que cria níveis desiguais de distribuição de renda, que por sua vez, vão gerar a diferenciação na intensificação do trabalho e da produtividade, produzindo como isso, formas diversificadas de ocupação e reprodução do capital no campo.

Contribuindo com esse pensamento, Amim e Vergopoulos (1997, p. 85) afirmam que no modo de produção capitalista, “a agricultura não é mais uma atividade sedentária submetida à codificação tradicional”, na verdade, é integrante do processo de reprodução do capital.

Esses fluxos e movimentos do capital e trabalho e sua desigual distribuição no espaço agrário não é simplesmente resultante de disparidades na própria estrutura, mas também o condicionante da diferenciação. Relaciona-se aos níveis de desenvolvimento econômico e tecnológico e ao projeto político de desenvolvimento, que marginaliza grande parte da população e valoriza uma pequena parcela de empresários do setor agroindustrial em detrimento aos agricultores familiares.

Essa marginalização da agricultura familiar em decorrência da concentração de renda e valorização das grandes propriedades com a modernização e a macroeconomia, deixou à margem grande parte da população das unidades de produção agrícola familiar, criando em determinadas porções do espaço uma força de trabalho migrante. Assim:

A administração da pobreza em áreas rurais serviu aos mesmos objetivos gerais: controlava o movimento social de trabalhadores em benefício da poderosa classe dos latifundiários do Brasil, enquanto garantiam uma parca subsistência a milhões de agricultores sem terra, erradicados e substituídos pelos negócios de agricultura de ampla escala (CHOSSUDOVSKY, 1999, p.182).

O favorecimento a agricultura patronal, por parte do Estado, por meio de políticas públicas em detrimento a agricultura familiar, foi verificada com mais ênfase no contexto dos anos 1990 do século passado, mas que possuem raízes históricas. Os desequilíbrios econômicos acentuam as disparidades entre a população no que se refere a oportunidades e distribuição de renda. A concentração da terra é marcante, bem como, o incentivo aos pequenos proprietários tem um caráter paliativo e não resolve a carência de políticas públicas eficientes destinadas à categoria social de agricultores familiares.

O que implica dizer que a queda dos rendimentos agrícolas tem levado os agricultores familiares a dependerem cada vez mais de atividades não agrícolas e de outras formas de transferências sociais, principalmente, pagamentos de aposentadorias rurais e pensões dos programas de transferências de renda do governo federal que se configuram como alternativas que os agricultores familiares encontram para garantir sua sobrevivência.

A queda da rentabilidade das atividades agrícolas de parte dos agricultores familiares, especialmente no Território de Identidade em questão, a concentração fundiária, falta de políticas públicas, assistência técnica, baixa instrução, estão associada a fatores como a queda dos preços dos produtos agrícolas, aumento dos custos de trabalho e do crédito rural. Esses obstáculos fazem com que os agricultores familiares recorram ao trabalho não agrícola como forma de permanecer no campo e conseguir satisfazer as necessidades básicas de sua família, e com isso, se tornam trabalhadores pluriativos.

Percebemos que o espaço agrário na contemporaneidade vem passando por muitas transformações, na base técnica, no regime de trabalho e, principalmente, na produção de rendimentos. E a agricultura familiar não foge a esse contexto e se mostra como uma alternativa viável ao capital para se reproduzir no espaço agrário em seu processo de expansão.

Para continuar sobrevivendo no campo em meio a contradições e preceitos do capital em seu processo de expansão, o agricultor familiar procura desenvolver alternativas que possam viabilizar a sua permanência na unidade familiar de produção. As alternativas desenvolvidas pelos agricultores familiares, vão desde a diversificação das atividades produtivas (policultura de cereais e frutas) a conciliação de atividades agrícolas com outras não agrícolas, desenvolvidas pelos membros da família dentro e fora de suas propriedades e, principalmente, nos centros urbanos mais próximos.

2.2 Considerações sobre o conceito de agricultura familiar

A unidade familiar de produção enquanto espaço de relações socioespaciais, constitui-se em um rico ambiente para os estudos acerca das dinâmicas do espaço geográfico e da complexidade na sociedade atual. A agricultura familiar vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões e debates, no contexto político e social da contemporaneidade, como também, no meio acadêmico brasileiro.

Os estudos referentes ao agricultor e a agricultura familiar despertaram o interesse dos pesquisadores brasileiros que abordam essa temática não se atendo apenas a agricultura e a produção agrícola, mas também, atribuindo maior importância às relações sociais, aos modos de vida e aos fatores responsáveis pela produção do espaço agrário.

Assim, Wanderley (2000b, p. 25) diz, que “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”, e passou a ser vista como uma alternativa viável para aumentar a produção de alimentos, ocupação de mão de obra e geração de renda da população que vive no campo.

Entretanto, os termos agricultor e agricultura familiar ainda enfrentam resistência por parte de muitos pesquisadores que defendem que esse tipo de agricultura não representa uma categoria de análise que responda pela diversidade dos agentes que vivem no campo. Assim, o debate acerca da busca mais adequada para conceituar o agricultor familiar e a agricultura familiar, não se constitui em uma das tarefas mais fáceis, porém, se faz necessária para o entendimento da realidade socioespacial do campo na atualidade.

O que se observa é que os termos agricultor e agricultura familiar só recentemente ganharam legitimidade política, social e acadêmica no Brasil. Antes da década de 1990, vários outros termos eram utilizados para designar e caracterizar os trabalhadores da agricultura que eram chamados de pequenos agricultores, pequenos proprietários, posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros, lavradores, trabalhadores rurais e camponeses.

Essas denominações não desapareceram por completo, mas perderem força, acima de tudo, no que se refere a implementação de políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Logo, não podemos analisar a realidade a que se reproduz a categoria social, denominada de

agricultura familiar, sem observar o contexto político e socioeconômico, em que ela está inserida, pois na medida em que as relações capitalistas de produção apropriam-se do trabalho familiar na agricultura, o agricultor familiar usa seus conhecimentos para superar as dificuldades.

Dificuldades impostas pela modernização das práticas agrícolas, pelo acesso cada vez mais restrito a terra, dentre outros obstáculos que se colocam ao agricultor familiar nos mais variados contextos. E que viver as próprias práticas de reprodução material seria uma maneira de resistir às tormentas da dominação dos agentes mais poderosos no modo de produção em que se encontram os sujeitos.

Com as práticas de resistência (diversificação da produção, escolha de cultivos mais resistentes as irregularidades das chuvas e a adoção da pluriatividade) os agricultores familiares se fortalecem, à medida que lutam por sua permanência e para isso busca o reconhecimento de sua importância política e econômica na sociedade brasileira. Agricultores familiares das mais diferentes categorias muitos deles atendidos e beneficiários do PRONAF com suas lutas, procuram não apenas permanecer na terra de trabalho, mas produzir e se reproduzir social, política e economicamente. Talvez as formas de resistência desenvolvidas pelos agricultores familiares, sejam o elemento básico na evolução da questão agrária na atualidade (MEDEIROS, 2007).

Deste modo, é correto afirmar que o debate conceitual mais aprofundado sobre a agricultura familiar é recente na literatura nacional e, principalmente, nos meios acadêmicos, visto que, só há pouco tempo é que se despertou um olhar diferenciado para esta categoria de análise. Isto se deve em parte pelo lugar de destaque que a agricultura patronal desempenhou com relação às políticas públicas que foram desenvolvidas no espaço agrário.

A discussão conceitual a respeito da agricultura familiar, *a priori*, surgiu no período colonial. Porém, só ganhou força a partir da década de 1990 com o redimensionamento das políticas públicas destinadas ao espaço agrário e as possibilidades de reprodução do capital no campo, pois a agricultura familiar.

[...] teve sua origem vinculada à história do regime colonial e sempre esteve relacionada com as transformações socioeconômicas vividas no campo. Desenvolveu-se subordinada a uma estrutura concentrada da propriedade da terra e dos mercados e não foi eliminada pelas transformações dos processos produtivos, ocorridos a partir dos anos de 1960, como resultado da expansão do capitalismo no campo (MESQUITA; MENDES, 2012, p. 15).

Diante desse contexto a agricultura familiar é entendida como uma forma de produção, em que se deve predominar a junção entre a gestão e o trabalho, pois os agricultores familiares têm a autonomia no que se refere ao processo produtivo, “onde o trabalho, a terra e a família estão inteiramente relacionadas” (CARNEIRO, 1999, p. 65) e, nesse sentido, o agricultor familiar dá maior destaque à diversificação e utilização do trabalho da família e, em alguns casos, utiliza-se também, o trabalho assalariado.

Contribuindo com essa definição, Wanderley (1999, p. 23) ressalta que se entende por agricultura familiar “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. E, ainda, acrescenta que a agricultura familiar constitui-se na atualidade em um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares nas quais os agricultores familiares correspondem a uma dessas formas particulares (WANDERLEY, 1999).

A agricultura familiar deve ser interpretada como uma forma viável de desenvolvimento, e justifica a importância que a mesma está tendo nos debates acadêmicos e da formulação de políticas públicas, pois além de propiciar melhores condições de vida, contribui na luta contra a pobreza que assola as pessoas que vivem no campo.

Podemos também considerar que a agricultura familiar aos poucos tem contribuído para uma produção agrícola mais sustentável, a partir da constatação de que tem sido mais usual a adoção de práticas de cultivo que primam por uma diversificação dos cultivos, redução de insumos industriais e a preservação do ambiente na agricultura familiar se comparadas com as práticas produtivas das grandes organizações produtoras.

Nesta perspectiva, Mesquita e Mendes (2012, p. 25) dizem que “o debate sobre a importância do papel da agricultura familiar no desenvolvimento agrário brasileiro, ganhou muita força nos últimos anos, colocando essa categoria em destaque nos meios acadêmicos e organismos oficiais do Governo”, pois para esses autores, “a agricultura familiar passou a ser vista como uma forma de geração de emprego e de ocupações produtivas no desenvolvimento da sociedade”. Por essa mesma linha de raciocínio, Schneider diz que:

[...] a expressão “agricultura familiar” vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil, passando a ser utilizada com crescente frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHNEIDER, 2004, p. 57).

E ainda aponta que o surgimento da expressão agricultura familiar seguiu quase que, simultaneamente, em duas esferas de atuação, no campo político, por meio dos movimentos sociais e nos meios acadêmicos.

A partir da unificação do discurso político, os sindicatos e movimentos sociais no campo passaram a se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congregava uma miríade de categorias sociais unificadas sobre uma mesma denominação. Assim, as entidades de representação política dos pequenos agricultores vislumbraram a demarcação de uma base social numericamente bem mais extensa, o que ofereceria a possibilidade correta de afirmação e ampliação de sua legitimidade política (SCHNEIDER, 2003, p. 31).

A partir daí, surgem estudos que direcionam a importância da agricultura familiar no contexto político e socioeconômico do Brasil por se tratar de uma categoria que possibilita a geração de emprego (com ganhos para as pessoas que vivem no campo e na cidade) e permite a sobrevivência e permanência das famílias agricultoras no campo, diminuindo as migrações campo-cidade e a superpopulação nas áreas urbanas.

Transformando a importância da agricultura familiar em números, observamos que esta, representa 4,3 milhões de estabelecimentos rurais (ou 84,4% do total nacional) e é responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária, por 74,4% do total das ocupações rurais e respondem pela maior parte da produção dos principais alimentos da mesa dos brasileiros. E isso ocupando apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos do país (IBGE, 2014).

Entretanto, a maioria dos autores costuma conceituar a agricultura familiar, a partir da dicotomia, agricultura familiar x agricultura patronal. O próprio governo por meio do INCRA e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, de forma generalizada, definem a agricultura familiar a partir de três características centrais e coloca essa dualidade em evidência:

1. A gestão da unidade produtiva - que é realizada por pessoas que mantêm entre si laços de parentesco e casamento;
2. O trabalho (em sua maior parte) é realizado pelos membros da família; e

3. Os meios de produção (embora nem sempre a terra) pertencem à família.

Com base nesses critérios, o estabelecimento integrante da agricultura familiar é aquele dirigido pelo próprio produtor rural e que utiliza mais a mão de obra familiar que a contratada, sendo esta permanente ou temporária.

Ainda, aprofundando a análise dos critérios estabelecidos pelos organismos governamentais e entidades que analisam a realidade socioespacial do campo, a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, denominada de Lei da Agricultura Familiar, estabelece que a definição mais adequada para o agricultor familiar ou empreendedor rural ou aquele que pratica atividades no meio rural, deve respeitar as seguintes características (BRASIL, 2006a):

- a) Não tenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- b) Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c) Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- d) Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Seguindo esse parâmetro, a agricultura familiar representa um modelo produtivo muito peculiar e que deve ser observado no contexto territorial a qual se manifesta, e, tendo que ser respeitadas as suas particularidades.

O que fica evidente é que a maioria das definições de agricultura familiar, adotadas em trabalhos acadêmicos, órgãos oficiais do Governo ou Leis que tratam sobre a temática, baseiam-se em sua grande maioria, na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola, e, mais recentemente, nas rendas geradas pelas atividades não agrícolas.

Em todas, segundo Wanderley (1999) há um ponto em comum, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento, sendo a responsável pelo gerenciamento dos ganhos, decorrentes das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas na unidade familiar de produção.

Para entender melhor esse processo dialético, faz-se necessário um aprofundamento sobre a noção de pluriatividade para dar um suporte que possa explicar a diversidade de atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares e suas relações com a produção do espaço agrário, que são impulsionados pelo modo capitalista de produção.

2.3 Considerações sobre a noção de pluriatividade

A agricultura brasileira, no contexto da economia globalizada, tem passado por algumas transformações nas últimas décadas, promovida pela aplicação do pacote tecnológico, conhecido como revolução verde. Parte da agricultura familiar, a partir da década de 1990, também é inserida nesse pacote tecnológico, na medida em que essa atividade econômica não pode ser mais caracterizada, apenas pela produção de alimentos, pois observamos uma multiplicidade de funções que a agricultura familiar desenvolve que não se limita às atividades agropecuárias.

O processo de urbanização de determinados espaços rurais e a ampliação de serviços antes tidos como urbanos, no campo configuram-se na atualidade como importantes geradores de oportunidades de trabalhos em atividades não agrícolas no campo. O trabalho em atividades não agrícolas se constitui com uma forma de sobrevivência e resistência utilizada pelo agricultor familiar para superar as crises geradas no setor pela falta de políticas públicas eficazes, pela concentração fundiária e, principalmente, para enfrentar a pobreza no campo.

As rendas geradas pelas atividades agrícolas não estão sendo suficientes para cobrir os custos da produção e satisfazer as necessidades das famílias. A alternativa encontrada com estratégia de sobrevivência e permanência foi a conciliação de trabalhos agrícolas com atividades não agrícolas. Com isso, a pluriatividade se apresenta como uma alternativa para o agricultor familiar no campo.

A prática da pluriatividade como estratégia usada pelos agricultores familiares, também representa uma resposta dos mesmos, ao processo de modernização das formas de produção e expansão do capital no campo. A modernização denominada por muitos autores de conservadora, devido a sua base técnica, na propagação do trabalho assalariado e nos investimentos nas atividades agrícolas, provocou sérias transformações no espaço produtivo do campo. Também gerou uma aproximação nas relações entre o campo e a cidade, aumentando a ocorrência das atividades não agrícolas e da expansão de elementos urbanos para o campo. Essas mudanças fizeram com que novos termos, conceitos e noções fossem aplicados na tentativa de explicar essa realidade.

Para tanto, ao analisarmos as relações de produção no campo como o advento da modernização conservadora da agricultura, e do avanço das relações

capitalistas de produção, algumas questões vem à tona e se colocam como referencial necessário para explicar a flexibilidade das atividades agrícolas nessa realidade. Daí, a importância dos termos agricultura em tempo parcial e pluriatividade. Esses termos vêm ganhando destaque nos meios acadêmicos e órgãos que trabalham com a realidade espacial do campo.

Os termos, “part-time farming” (agricultura em tempo parcial) e “Pluriactivité”, (pluriatividade) foram, durante algum tempo, usados como sinônimos, porém são práticas diferentes de atuação do trabalho no campo. O primeiro foi utilizado de forma pioneira na década de 1930 pelos economistas estadunidenses e “refere-se ao regime de dedicação despendido para a atividade agrícola pelo principal operador da propriedade” (CUNHA, *et al.* 2000, p. 03).

Inicialmente, esse conceito foi aplicado na caracterização do nível de envolvimento do produtor no trabalho, dentro e fora da propriedade, destacando a importância da esfera agrícola que é referenciada em função da renda obtida e do tempo de trabalho dedicado.

O segundo termo, denominado de pluriatividade, é uma importação acadêmica das atribuições que nos anos 1960, os técnicos e organismos públicos franceses utilizavam para caracterizar as propriedades que desempenhavam múltiplas atividades produtivas (SCHNEIDER, 1999). O termo pluriatividade toma a família como referencial de abordagem, dando destaque para os trabalhos não agrícolas dos membros da família dentro e fora das suas propriedades, que são intensificados na geração de renda.

De acordo com Cunha, *et al* (2000, p. 04), o termo pluriatividade se refere à “análise das atividades realizadas em adição a atividades agrícolas tais como assalariamento em outras propriedades, atividades para agrícolas como o processamento de alimentos e outras atividades não agrícolas realizados na propriedade”. A mudança de foco do chefe para a família e do agrícola para o rural, constitui a principal diferença entre a análise da agricultura em tempo parcial e a pluriatividade.

Ambos os termos (agricultura em tempo parcial e pluriatividade) enfrentaram e/ou enfrentam uma série de questionamentos, com a alegação de que as práticas que dão origem a estes termos constituem-se em um obstáculo à modernização produtiva nas atividades agropecuárias. Essa divergência mostra que:

[...] de um lado, há os que julgam que o campesinato sempre foi pluriativo e, portanto, o que se estaria havendo hoje é um fortalecimento de uma prática histórica [...], do outro, há os que consideram uma nova forma, pois se trata (sic.) de uma multiplicidade de estratégias que nada tem em comum, a não ser a negação da forma moderna da agricultura familiar (ALENTEJANO, 1999, p. 148).

O termo pluriatividade se diferencia dos demais termos empregados para caracterizar as práticas não agrícolas de outrora, pois este vem sendo recriado na medida em que os agricultores reinventam atividades que lhes permitem enfrentar as crises geradas pela modernização da agricultura e pelas políticas públicas mal executadas nos territórios a qual os agricultores familiares estão inseridos.

Com o passar do tempo, a noção de agricultura em tempo parcial foi gradativamente sendo substituída pela noção de pluriatividade, com o propósito de estabelecer uma maior consistência acadêmica, ao debate. Deste modo, a pluriatividade na atualidade coloca-se como uma das principais formas para explicar as multiplicidades de trabalho e renda na unidade agrícola.

Assim sendo, “com essa definição, os estudiosos não apenas têm conseguido abarcar diferentes contextos nos quais o fenômeno se manifesta, desde pequenos produtores mercantis de grupos identificados com o trabalho familiar, mas também examinar as relações entre os trabalhos formais e informais” (SCHNEIDER, 2003, p. 185).

A pluriatividade é utilizada para explicar o funcionamento das atividades dentro e fora da propriedade e vai apontar o surgimento de novas formas de produção no espaço agrário. O desenvolvimento do trabalho pluriativo está intimamente atrelado ao processo de industrialização que, por sua vez, impulsionou a urbanização e que acabou gerando uma série de mudanças nas relações de produção no campo.

Ultimamente, as análises da pluriatividade avançaram que não é possível associar a pluriatividade apenas a esses dois processos. O trabalho pluriativo cresce e assume novas formas em conjunto com outras atividades como o turismo e o lazer. A explicação para esse processo está no desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo que provocou uma revisão nos padrões de produção, devido ao grande aumento do trabalho assalariado temporário e pelo deslocamento do agricultor familiar para trabalhar em atividades urbanas e industriais.

Schneider (2004, p.186) assinala que serão “cada vez mais numerosas as propriedades de agricultores em que algum membro da família estará empregado em uma atividade não tipicamente agrícola ou dedicará algum tempo às atividades não agrícolas”. Observamos também, que está ocorrendo uma intensa alteração na divisão social do trabalho entre homens e mulheres, principalmente quando o chefe da família é quem exerce as atividades não agrícolas, forçando-o ao aumento de sua jornada de trabalho, possivelmente aumentando a renda familiar e o bem estar da família.

Ainda segundo Schneider (1999, p.187), “essa parece ser uma das consequências mais importantes reveladas pela emergência da pluriatividade na estrutura agrária contemporânea”. A divisão entre os sexos está muito ligada ao tipo de emprego, que um ou vários membros da família exerce fora da propriedade.

Outra possibilidade que mostra a relevância nesse debate é apresentada por Wanderley (2004), quando a autora adverte que:

No caso da mulher, o trabalho externo pode ter duas significações principais: às vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participar dos ganhos da família (ela contribui para a família com o dinheiro que ela mesma ganhou); às vezes, o que ela ganha é investido de alguma forma na produção ou destinado a pagar dívidas do estabelecimento familiar. Em outros casos, o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento em relação ao estabelecimento familiar. É uma autonomia para fora, semelhante à individualização dos jovens. É como se ela tivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor (WANDERLEY, 2004, p. 53).

É interessante destacar que aliado à inserção cada vez maior de práticas capitalistas no espaço agrário, provoca uma mudança nas relações de trabalho e fundamenta a ideia de que os filhos dos agricultores demonstram pouco interesse pelas atividades agrícolas. O preconceito, o baixo nível de renda e o grau de esforço físico exigido no trabalho agrícola afastam os jovens da profissão de agricultor, “é por isso que, na maioria dos casos, são os filhos dos trabalhadores que se proletarizam”, a não serem aqueles filhos que não tem outra opção, e veem nas práticas agrícolas a única maneira de sobrevivência (OLIVEIRA, 2002, p. 83).

Por outro lado, a predominância de pequenos proprietários e de unidades de pequeno porte associadas à oferta de emprego nas proximidades, são condições que favorecem a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas por um mesmo produtor. Porém, esse processo não é homogêneo, ou seja, sofre variações no

tempo e no espaço, sendo mais intenso em um local em detrimento de outro (CARNEIRO, 1998).

A exigência do mercado capitalista para que os trabalhadores tenham uma especialização está diretamente ligada ao objetivo de alcançar o máximo de produtividade possível por capital social empregado. “Os trabalhadores devem aparecer no mercado, como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho” (OLIVEIRA, 1990, p. 57). Isso quer dizer que o agricultor que é assalariado e ao mesmo tempo, exerce outra atividade independente temporária, deve se separar legalmente das atividades de sua propriedade, deixando-a com a sua esposa sem abandonar suas funções para não perder o acesso ao crédito agrícola oficial.

Entretanto, no que se refere à propriedade, o produtor é detentor do direito de decidir como e o que produzir e com isso gera seus próprios recursos na unidade familiar. A posse da propriedade faz com que o produtor mantenha relações com o mundo comercial, com a comunidade da qual participa, se comunicando também com outras comunidades mais próximas ou distantes. Seu sucesso ou fracasso depende de sua força de trabalho, dos recursos naturais e da ajuda da comunidade, derivando daí sua autonomia (MULLER, 1994).

O produtor pode usar o trabalho não agrícola como importante alternativa às crises que a agricultura vem passando, a ponto de exercer funções inerentes às práticas agrícolas. Mas, a pluriatividade como fenômeno transcende essa necessidade de responder as crises instaladas na agricultura e faz do agricultor pluriativo integrante de uma nova camada social que congrega ao mesmo tempo, a visão capitalista do trabalho (relações capitalistas) com a forma tradicional de subsistência na unidade familiar de produção (relações não capitalistas de produção). Essa camada, ainda, se distingue na medida em que absorvem valores próprios que transpõem os limites do campo e da cidade, sendo responsável pelas transformações no espaço agrário.

Segundo Carneiro (1998, p.161), “essa categoria social denominada de agricultores familiares, teria, paradoxalmente, recuperando a autonomia camponesa de gerenciar as múltiplas oportunidades que o campo lhe oferece”, dando-lhes a oportunidade de efetivar atividades de produção e comercialização de produtos agropecuários com atividades em outros setores. As práticas de atividades não agrícolas dentro da unidade familiar levam em consideração o tamanho da

propriedade, o capital acumulado pela família, o tempo ocioso dos membros da família, as oportunidades de emprego no contexto territorial e o modo de vida das famílias, “assim um filho de um artesão dificilmente se tornaria um agricultor em tempo integral” (CARNEIRO, 1998, p.164).

As atividades pluriativas vêm assumindo um papel importantíssimo na consolidação das práticas capitalista no espaço agrário. E com isso, provocando um redimensionamento da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que contribui para sua sobrevivência e resistência no campo na medida em que “a pequena unidade de produção familiar, para permanecer no processo produtivo, desenvolve estratégias que além de possibilitar sua reprodução tornou significativa a sua participação nas atividades agrícolas” (MATTA, 1994, p. 51). E, contribui para aumentar as relações entre o campo e a cidade.

A pluriatividade deve ser considerada como mais uma estratégia para a diversificação e ampliação das rendas na agricultura familiar, geradas dentro e fora da unidade familiar de produção, de modo em que essa renda possa possibilitar o fortalecimento das famílias para que consigam investir em novos produtos e na compra de mercadorias. A pluriatividade deve ser considerada também, como uma estratégia capaz de dar certo suporte à agricultura familiar nos períodos de crises, possibilitando o fortalecimento das práticas agrícolas e das famílias, através de atividades que podem produzir uma renda adicional ao agricultor.

Assim, para Godoy e Wizniewsky (2013) a especialização das atividades produtivas, leva o agricultor familiar a uma instabilidade e dependência econômica. Entretanto, quando este exerce simultaneamente múltiplas atividades produtivas, faz com que, o agricultor familiar obtenha certo grau de autonomia e a ocupação plena da força de trabalho das pessoas que compõem a sua família.

Analisando com mais intensidade essa questão, Alves (2002, p. 58) coloca que “a pluriatividade tanto pode representar uma estratégia de sobrevivência da família, quanto uma estratégia de expansão do capital”. Com base nisso, este autor sugere que a análise da pluriatividade deva contemplar não apenas a unidade produtiva, mas também o contexto, pois considera que sua ocorrência é uma das respostas que as famílias procuram dar às mudanças das circunstâncias tanto econômicas, quanto sociais.

Por tudo isso, entendemos que o debate sobre a agricultura familiar no contexto da pluriatividade e suas implicações no espaço agrário é de fundamental

importância para que se possa compreender o processo de produção do espaço agrário na contemporaneidade.

2.4 Afirmação da agricultura familiar e da pluriatividade no campo brasileiro

A agricultura familiar no Brasil sempre desempenhou uma função secundária no contexto da economia nacional. Basicamente, sua função era o abastecimento do mercado interno desde os tempos coloniais até os dias atuais. Esse contexto se deve aos interesses de uma sociedade latifundiária centrada na monocultura de cana de açúcar, café, criação de gado e outros produtos tropicais.

As políticas públicas foram sempre voltadas para o segmento latifundiário exportador em detrimento dos incentivos aplicados à agricultura familiar. Essa situação só começou a mudar com o aumento das relações capitalistas no campo brasileiro, a partir da década de 1990, quando a agricultura familiar passou a ser encarada pelos organismos públicos como uma possibilidade de geração de emprego e de ocupações produtivas no campo, contribuindo de maneira decisiva para o desenvolvimento da sociedade.

O renascimento do debate acerca da agricultura familiar no Brasil, segundo Schneider (2001) é decorrência de dois eventos principais: primeiro, no conjunto político, devido à adoção da expressão ter sido encaminhada como uma nova categoria síntese pelos movimentos sociais no campo efetivado com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas - CONTAG; segundo, com a afirmação no cenário social, decorrente da criação do PRONAF em 1996.

Para Santos J (2012, p. 40), além da pressão dos movimentos sociais e do cenário político, “o PRONAF também foi influenciado pelo reconhecimento da importância da agricultura familiar em absorver grande quantidade de mão de obra, sendo assim, uma opção importante para combater parte dos problemas sociais relacionados ao campo”.

Esse programa serviu como “divisor de águas” nas políticas públicas voltadas para o segmento agrícola na medida em que “atendeu a uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais que colocavam a necessidade da formação e prática de políticas de desenvolvimento rural, específica para o segmento numericamente mais importante” e o mais fragilizado da agricultura brasileira (MATTEI, 2001, p. 01).

Porém, o termo pluriatividade é recente nos trabalhos acadêmicos no Brasil, principalmente, dos geógrafos agrários. Daí, a valorização do termo pluriatividade no campo brasileiro foi discutida *a priori* por cientistas não geógrafos, como: Schneider (1999 e 2001), Graziano da Silva (2002), Sacco dos Anjos (2003) e Kageyama (1998a) entre outros.

Assim, a pluriatividade familiar é evidenciada de várias maneiras e em segmentos sociais diversificados. Desde produção artesanal das mais variadas modalidades até as atividades agroindustriais, além do turismo e do lazer. A pluriatividade se mostra como uma alternativa encontrada por uma grande parte de agricultores sejam posseiros, arrendatários ou proprietários, na tentativa de conciliar às atividades agrícolas com trabalhos não agrícolas, formando a categoria social de trabalhadores familiares pluriativos.

Mesmo assim, o debate acerca do termo pluriatividade ainda é muito limitado e não se consolidou em definitivo nos estudos agrários no Brasil. Essa limitação decorre, fundamentalmente, da consideração de que esse termo não é diretamente aplicável ao espaço agrário brasileiro, devido ao caráter altamente concentrado da estrutura fundiária. Fato que não procede, uma vez que justamente a percepção do perfil, especialmente diferenciado do espaço agrário, promove a possibilidade de articulação das múltiplas formas de organização socioespaciais (ALENTEJANO, 1999).

Ainda para Alentejano (1999, p. 167), “o reconhecimento de que a pluriatividade é um fenômeno em expansão no país, é de que essa vem se desenvolvendo nos assentamentos rurais”. Esse fato é indicador de que há uma necessidade premente de se repensar os estudos agrários no Nordeste, principalmente, na Bahia cuja produção intelectual está mais centrada em questões fundiárias, de assentamentos e conflitos pelas terras. Cabe voltar-se para estudos detalhados de trabalhos pluriativos, tanto no âmbito do urbano quanto do rural, estabelecendo parâmetros comparativos para se compreender essas questões e como estão processadas, inclusive, em áreas de conflitos.

Assim, vale à pena salientar que, mesmo sendo a grande propriedade a forma espacial predominante na estrutura fundiária do Brasil não se pode ignorar a relevância da agricultura familiar, de modo que essa é fornecedora de agricultores como mão de obra e também pelo seu importantíssimo papel na produção de

alimentos. Soma-se, ainda, a impossibilidade de analisar a agricultura brasileira, dissociada dos processos capitalistas de produção.

Esses processos desenvolvem-se de forma contraditória e combinada, “pois ao mesmo tempo em que segue reproduzindo relações capitalistas mais avançadas, produzem também, igual e contraditoriamente, as relações não agrícolas de produção e de trabalho” (OLIVEIRA, 2002, p.73). Essa contradição é evidenciada pela ascensão e expansão da agricultura familiar, que se mantém subordinada ao capital monopolista a qual se apropria da renda da terra dos trabalhadores, transformando-a em capital.

Para Graziano da Silva (2002), a emergência das atividades não agrícolas e a pluriatividade no campo brasileiro é decorrente de três causas principais, a saber: primeira, a urbanização pela qual o campo vem passando nos últimos anos, através do transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seus entornos; segunda, decorrente da crise do próprio setor agrícola; terceira, a causa que explicaria o surgimento das atividades rurais não agrícolas que está relacionada aos limites do crescimento do próprio emprego agrícola, resultante da modernização dos processos produtivos e assalariamento da força de trabalho.

Desse modo, o autor expressa a preocupação em mostrar que o meio rural brasileiro ganhou novas funções e, por isso, já não pode ser mais tomado apenas como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais. E, ainda, considera que a existência de um "novo rural brasileiro" está associada às transformações na agricultura, no que se refere à queda na rentabilidade dos principais produtos agropecuários e aumento de produtividade decorrente da adoção de tecnologias que proporcionam a queda na oferta do emprego agrícola e faz como que sejam redimensionadas as estratégias que as famílias elaboram como alternativa capaz de assegurar sua permanência no campo.

Este “novo rural”, denominado por Graziano da Silva (2002, p. 43), então coordenador do projeto Rurbano² é um espaço constituído de novas atividades ligadas às transformações na base técnica da agricultura, que parecem não refletir a realidade dos territórios, cuja agricultura não passou por um processo de

²Projeto de pesquisa da Universidade de Campinas - UNICAMP - cuja proposta foi de explorar a relevância dos cortes urbano/rural e agrícola/não agrícola no desenvolvimento brasileiro recente, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

modernização tecnológica. Nessas áreas, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas representa uma estratégia de sobrevivência e resistência do trabalho familiar.

Para Santos J (2009, p. 58) os argumentos contidos no projeto Rurbano, “revelam uma visão de espaço rural a partir de uma nova perspectiva, ou seja, um novo rural com novas relações de trabalho, atividades, padrões de produção e principalmente com novas estratégias de sobrevivência”.

Já para Dantas, *et al* (2012), na segunda metade dos anos 1990, o referido projeto concebe um importante marco com o desígnio de pesquisar as tendências de ocupação no meio rural brasileiro, a partir das análises dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, do IBGE, o que possibilitou o despertar de um novo olhar sobre o espaço agrário no Brasil, abrindo novas perspectivas de análise da realidade das famílias de agricultores que vivem e trabalham no campo.

Seja como for, é importante salientar que a valorização das relações de trabalho e das práticas produtivas, via introdução do capitalismo no campo e as transformações que têm ocorrido nas unidades familiares de produção, como a diminuição do tempo destinado às atividades agrícolas, a diminuição da renda agrícola e a busca de outras atividades para complementação da renda têm provocado o retorno para as áreas rurais, de pessoas oriundas do urbano, sobretudo, aposentados, que passam a se dedicar não somente às atividades agrícolas como também às não agrícolas.

Por outro lado, também é grande o número de agricultores familiares, que por falta de condições estruturais e financeiras de se manter na terra de trabalho, tem migrado para os centros urbanos, e até mesmo para outras partes do Estado da Bahia e fora dele, em busca de condições de sobrevivência.

Desse modo, a análise da pluriatividade no campo brasileiro é evidenciada de forma heterogênea, variando de um lugar para o outro conforme as condições socioespaciais dos territórios e de suas respectivas especificidades.

O agricultor familiar é integrante de um processo produtivo que, ao mesmo tempo em que reproduz as práticas capitalistas do campo, promove a expansão da agricultura familiar em suas relações com o contexto a qual está inserida, expressando como isso, as suas múltiplas funções e particularidades.

3 IMPLICAÇÕES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA EM SÃO GABRIEL-BA

As mudanças na base técnica que afetaram o campo brasileiro nos últimos anos, e que ficaram conhecidas como “modernização da agricultura” representaram um importante desafio analítico aos pesquisadores que estudam a realidade do campo. Em poucos anos as formas de apropriação e de uso do solo foram alteradas, emergindo o modelo de intensificação da produção de lavouras mecanizáveis em substituição às culturas que demandavam intensa mão de obra (PAULINO, 2006).

A sociedade brasileira sempre esteve marcada profundamente pelo campo, pela produção agropecuária. Essa atividade tem passado por transformações profundas, principalmente, na utilização cada vez maior de tecnologias. As transformações a partir dos anos de 1970 provocaram mudanças estruturais importantes, não só no campo como também nas cidades. Intensificaram-se as migrações em direção as áreas de fronteiras agrícolas e principalmente, para os grandes e médios centros urbanos.

Observamos que houve o surgimento de alguns nichos agropecuários, que se efetivaram por meio, de um lado, do desenvolvimento de culturas destinadas à exportação e do outro, da ampliação de áreas de cultivos de alto valor comercial para abastecer o mercado interno brasileiro.

Neste contexto de transformações socioespaciais, são formuladas as bases materiais para a propagação de novos arranjos produtivos, a exemplo do que ocorreu no Território de Identidade de Irecê, no sertão baiano, em especial no município de São Gabriel.

O processo de modernização conservadora da agricultura, tanto brasileira, quanto no âmbito territorial, tem suas implicações materializadas na produção do espaço agrário, refletindo diretamente na organização da produção agropecuária, principalmente na produção da agricultura familiar e nas relações sociais entre o campo e a cidade e na ampliação das atividades não agrícolas e da pluriatividade.

Esse capítulo tem como objetivo analisar as transformações no espaço, decorrente da modernização agrícola e de suas implicações no espaço agrário do município de São Gabriel, as relações de trabalho e a geração de renda na agricultura familiar.

3.1 A modernização conservadora da agricultura brasileira

O processo de modernização da agricultura brasileira foi propiciado por fatores econômicos, políticos e sociais, que nortearam as políticas públicas, principalmente a partir da década de 1970, por meio do chamado milagre econômico brasileiro. Nesse período houve um “crescimento linear da produtividade pela substituição da mão de obra e terra (fatores tradicionais) por fatores modernos e intensivos de capital (máquinas, irrigação, fertilizantes químicos, etc.)”- (SILVEIRA, *et al.* 2004, p. 09), por meio de subsídios e créditos com o objetivo de facilitar as inovações na economia e, principalmente na agropecuária.

As transformações impostas pela modernização agrícola, preconizadas pelo “pacote tecnológico” da revolução verde³, contribuíram para a manutenção das desigualdades sociais no campo brasileiro, à medida que a agricultura patronal continuou recebendo maior atenção por parte das políticas públicas destinadas ao campo, e com isso, privilegiando algumas atividades agrícolas mais competitivas no mercado, a exemplo das ligadas aos complexos agroindustriais de produção de alimentos e fibras destinados a exportação.

Assim, Bernardo Sorj (1980) argumenta que, a partir da revolução verde.

O campo passou a sofrer uma mercantilização de seu espaço, dentro de um contexto que poderia ser denominado de modernização conservadora, no qual havia alterações de produção na agricultura que, no entanto, não alteravam a estrutura fundiária vigente e ao mesmo tempo marginalizavam os agricultores de menor porte, aos quais sobrava a opção de produzir para suprir o mercado local (SORJ, 1980, p. 25).

A modernização da agricultura recebeu a denominação de conservadora, por que, ao mesmo tempo em que houve um grande avanço nas técnicas de produção e na produtividade agrícola, preservou a estrutura fundiária que há tempos predominava no espaço agrário brasileiro, pautada na concentração de terras, com a ocorrência de latifúndios improdutivos e na marginalização dos agricultores com

³A introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade foi denominada Revolução Verde. Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico e industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção (HESPANHOL, 2008, p.375). Disponível em <www.fct.unesp.br>. Acessado em jul.2015.

menor poder aquisitivo. Ao lado dos latifúndios, contraditoriamente, estão às pequenas propriedades que mal permitem a obtenção da renda para a subsistência dos agricultores familiares.

Assim, o processo de modernização da agricultura se deu de forma desigual e em espaços diferenciados, beneficiando a reprodução do capital, com maior atenção para as grandes propriedades patronais e prejudicando consideravelmente os agricultores familiares, que são os menos integrados, a exemplo dos que vivem no espaço agrário do município de São Gabriel, e que foram inseridos de forma subalterna no processo de modernização agrícola.

Os agricultores familiares não conseguiram também, em sua grande maioria, encontrar alternativas inovadoras de adaptação às novas dinâmicas econômicas e de reprodução social e, com isso, sofreram sérias consequências, como a marginalização e a exclusão das políticas públicas e a marginalização socioespacial.

Apesar de algumas diferenças em relação às demais regiões do Brasil, sobretudo, a Sudeste e a Sul, quase todas as características da revolução verde e do processo de modernização conservadora da agricultura se fizeram presentes no Território de Identidade de Irecê, “a exemplo do elevado nível de modernização das lavouras, utilização e insumos importados; sementes melhoradas e mais produtivas; exploração da mão de obra não especializada e barata e a forte presença do crédito agrícola subsidiado pelo Estado” (MAIA NETO, 2008, p. 35).

Em face da modernização da agricultura, as transformações impostas pela política urbana e industrial que predominou no Brasil nos últimos anos, acentuaram o processo de mercantilização do espaço agrário e a sua especialização.

O fortalecimento das forças (políticas e sociais) que promoveram uma modernização da agricultura alterou as relações de produção no espaço agrário, mas continuou conservando a estrutura fundiária, como também, promoveu a precarização da agricultura familiar, logo que a grande maioria dos agricultores familiares não conseguiu acompanhar as transformações na base técnica trazidas pelo processo de modernização da agropecuária, pois:

Esses agricultores se encontravam descapitalizados e sustentados apenas na pequena produção de gêneros alimentícios para atender o mercado local, salvo algumas exceções, expressas pelos agricultores familiares que em algumas regiões do país, como a região sul, aderiu a este processo em curso, tornando-se agricultores familiares capitalizados (SORJ, 1980, p. 28).

Nessas circunstâncias, a expansão do capital pelo espaço agrário brasileiro foi viabilizada pelo Estado, que oportunizou a infraestrutura para que o capital se reproduzisse, bem como, propiciou os subsídios e investimentos para a agroindústria⁴ e com isso, abriu caminho para a consolidação do processo de modernização, haja vista que, “as ações do Estado nesse contexto orientou-se para a modernização da agricultura, a fim de integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima” (PERTILE, 2001, p. 36).

Oliveira (2012) estabelece em suas análises sobre o processo de modernização tecnológica do campo, que a agricultura brasileira no contexto do capitalismo monopolista, passou a se fundamentar em três pilares:

[...] na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Primeiro, visou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial [...] Segundo, as bolsas de mercadorias e futuro tornaram-se centro regulador dos preços mundiais dos *commodities* [...] e Terceiro, a constituição dos monopólios mundiais permitiu o controle monopolista da produção dos *commodities* do setor (OLIVEIRA, 2012, p. 06).

Podemos inferir que a modernização conservadora da agricultura se materializou no espaço agrário brasileiro alterando a composição e a perspectiva do trabalho, disseminando os serviços temporários, por meio da contratação de bóias frias e da efetivação do trabalho assalariado sob moldes semelhantes aos das organizações empresariais.

Muitos agricultores familiares foram expropriados de suas terras e se transformam em trabalhadores diaristas e assalariados. Ao contrário do que pregava o Governo, a modernização da agricultura não melhorou as condições de vida dos agricultores familiares e agravou o padrão injusto de distribuição da posse da terra.

Apesar das divergências encontradas em muitos discursos de especialistas, pesquisadores acadêmicos e nos órgãos que tratam de ruralidade no Brasil, algumas características são comuns a quase todas as análises do processo de modernização conservadora da agricultura. Delgado (2010, p. 22), neste sentido, estabelece as principais, que são:

⁴A agroindústria é o conjunto de atividades relacionadas à transformação industrial de matérias-primas oriundas da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 292). Disponível em <www.publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>. Acessado em Jul. 2015.

1. O crédito agrícola subsidiado concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste acentuando os desequilíbrios regionais existentes;
2. Privilegiou principalmente os grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária;
3. Favoreceu basicamente os produtos destinados a exportação;
4. A modernização da agricultura esteve intimamente associada a uma onda de internalização do que na época se chamou de complexo agroindustrial;
5. A conjuntura internacional foi favorável, tanto do ponto de vista da demanda por exportações de produtos agrícolas como pela disponibilidade de créditos no sistema financeiro internacional;
6. Promoveu um violento processo de expulsão da mão de obra no campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa.

Com base no panorama apontado por Delgado (2010), é importante perceber que o modelo de modernização produtivista da agropecuária, determinou custos significativos para o setor agrícola, sejam, econômicos, políticos e sociais. Assim, é importante apontar que o agricultor familiar, enquanto um dos agentes sociais mais importantes do campo brasileiro tem conseguido a duras penas, ao longo do processo de modernização da agricultura, resistir e continuar se reproduzindo socialmente.

Em meio às dificultadas, uma das formas que vem como estratégia de sobrevivência, viabilizado a reprodução da agricultura familiar é o uso da prática da pluriatividade, que veio como uma forma de amenizar esses ônus. São as várias atividades originadas e/ou valorizadas no espaço agrário oriundas do processo de urbanização e da descentralização industrial em expansão.

Contudo, é pertinente estabelecer um contraponto no debate sobre a modernização da agricultura de forma geral, para isso, buscamos o pensamento de Suzuki (2007), quando ele adverte que, “a modernização da agricultura não pode ser entendida somente a partir de sua fase última, relacionada com a introdução do pacote tecnológico” (SUZUKI, 2007, p. 83) e que esta questão deve ser analisada como um processo contínuo de reelaboração da base técnica e das relações de trabalho. E ainda acrescenta que:

[...] a modernização da agricultura vem acontecendo a partir do momento em que o homem começou a lidar com a prática do cultivo e dos sistemas criatórios. Modernização entendida, em sua dimensão produtiva, como

introdução de ingredientes técnicos, bem como alterações nas relações de submissão do trabalho [...] (SUZUKI, 2007, p. 83).

A ideia de modernização da agricultura como um processo em evolução ao longo dos anos, apontada por Suzuki (2007), contribuiu para o entendimento e surgimento da modernização conservadora da agricultura. Essa por seu turno, vai se materializar de diversas maneiras no espaço agrário brasileiro, desde integração do campo aos complexos agroindustriais, especialmente, no Sul do Brasil, até as áreas selecionadas para produção de culturas de valor comercial, a exemplo do Território de Identidade de Irecê, na Bahia.

Assim, o período vivenciado logo depois da Segunda Guerra Mundial foi muito relevante para a consolidação do processo de modernização da agricultura, por meio da implantação de um pacote de tecnologias, que teve como objetivos aumentar a produtividade e ao mesmo tempo diminuir a área ocupada com atividades agropecuárias.

Porém, essas características são as consequências do processo histórico de evolução da agricultura. A modernização via corrente conservadora da agricultura, pode ser inserida como uma estratégia, associada à lógica produtivista, amplamente adotada pelo governo brasileiro.

Os agricultores familiares que conseguiram se integrarem em partes no mercado, ou os que têm buscado alternativas de sobrevivência e resistência na atividade agrícola, quando procuram intensificar a diversificação de suas atividades, tem usado a prática da pluriatividade como uma forma de sobreviver e resistir às pressões do mercado capitalista. Isso interfere nos preços dos principais produtos agrícolas e das máquinas utilizadas na produção, nas relações de trabalho e na geração de renda. Assim é interessante para o capital que haja também, a integração da agricultura familiar ao circuito nacional da economia agrícola.

Para que ocorra a integração entre a agricultura familiar e o capital nacional e internacional no Território de Identidade de Irecê, e mais especificamente no município de São Gabriel, as ações do Estado e dos bancos foram fundamentais: a construção de vias de acesso e escoamento da produção agropecuária territorial; de infraestruturas produtivas; incentivo ao fortalecimento de um mercado nacional de consumo de gêneros alimentícios por meio de tabelamento de preços, do feijão; e, principalmente, disponibilidade de créditos a juros baixos, para financiar a produção e comercialização dos produtos agrícolas.

Essas foram algumas ações empreendidas pelo Estado, e pelas instituições financeiras no pacto firmado com o capital para o desenvolvimento do processo de modernização conservadora da agricultura no referido Território de Identidade.

Então o que observamos, é que o campo brasileiro nos dias atuais, e muito em função das implicações da modernização conservadora da agricultura, não é mais caracterizado apenas por atividades agropecuárias. Embora essas sejam as mais relevantes em muitos territórios no interior dos estados, outras atividades não agrícolas são vistas como integrantes da dinâmica do espaço agrário de muitos municípios do interior do Brasil.

Assim, a partir da consolidação dessas novas dinâmicas (modernização das atividades agrícolas e efetivação da pluriatividade) não se pode pensar o campo de forma isolada, sem inserir de forma mais acentuada, as cidades nesse contexto, pois “a maior parte dos pequenos municípios do interior do país são essencialmente rurais e a dinâmica de funcionamento das respectivas cidades-sedes são estabelecidas a partir dos espaços rurais que as circundam” (HESPANHOL, 2007, p. 271).

É no campo que os problemas estruturais, como a exorbitante concentração da propriedade de terras, a continuação da exploração do trabalho e as desigualdades sociais são mais efetivas e precisam de maior atenção por parte das políticas públicas. Porém, esses apelos não são ouvidos pelos gestores e a população que vive no campo continua sendo a parcela mais pobre, especialmente nos espaços rurais menos dinâmicos.

Ao observar a compreensão de Hespanhol (2007) sobre o assunto, percebemos que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial rural restringiram-se, até recentemente, ao apoio à produção, principalmente aos segmentos voltados à exportação e ao fornecimento de matérias primas para as agroindústrias, tendo, portanto, caráter setorial e de cunho essencialmente produtivista.

Essas políticas foram efetivadas por meio da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR em 1964, com o objetivo de fornecer créditos agrícolas com base em subsídios direcionados aos médios e aos grandes proprietários, para principalmente, financiar o custeio e a comercialização de produtos agrícolas de alto valor de mercado.

Os resultados dos altos volumes de créditos destinados à modernização das atividades agropecuárias não atingiu todos os segmentos sociais que representam as pessoas que vivem e trabalham no campo, pois a sua oferta se limitou aos grandes e médios produtores.

Assim, “a grande maioria dos agricultores familiares, notadamente os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, cujas condições de acesso a terra eram precárias, não foi atendida pelo crédito rural oficial” (HESPANHOL, 2007, p. 274), e com isso tiveram uma maior dificuldade para diversificar a produção por meio do uso de máquinas agrícolas e de novas variedades que objetivavam aumentar a produtividade e conseqüentemente, lhes ajudar a permanecer no campo.

Essa situação só começou a ser amenizada com a criação do PRONAF em 1996, por meio do qual os agricultores familiares com até quatro módulos fiscais e dois trabalhadores contratados “passaram a usufruir de tratamento diferenciado, tendo acesso ao crédito oficial a taxas de juros mais baixas do que as modalidades convencionais, sendo utilizados, para tanto, os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT” (HESPANHOL, 2008, p. 175), constituindo com isso, os mecanismos financeiros, de assistência técnica e de comercialização, capazes de possivelmente proporcionar melhores condições de trabalho e renda aos agricultores familiares.

Com isso, percebemos que nesse contexto de modernização da agricultura, algumas áreas do território brasileiro foram escolhidas para fazerem parte da implantação dos pacotes tecnológicos e de produção de gêneros agrícolas destinados a exportação, bem como, outras, foram selecionadas, para ocupar-se da produção de cultivos comerciais com abrangência no mercado nacional e local, pois, “a modernização da agricultura expandiu-se pelo país de forma seletiva e excludente” (SANTOS J, 2012, p. 133).

O Território de Identidade de Irecê foi uma das áreas selecionadas pelo capital e pelo Estado para compor em parte, de um amplo processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, que de forma interconectada com as dinâmicas do capital internacional, forma o que Duarte (1963, p. 453) denominou de “uma área agrícola insulada no sertão baiano”, estabelecendo nesse Território, portanto, uma das áreas mais produtivas do Nordeste, especializadas na produção de feijão, milho e logo em seguida da mamona.

Assim, a atividade agropecuária no Território de Identidade de Irecê e em São Gabriel especificamente, ampliou o uso de crédito agrícola e aumentou o emprego de insumos industriais, agrotóxicos, fertilizantes químicos, máquinas e equipamentos em geral. A produção passou a estabelecer maior vinculação com setores industriais, assim como, houve uma grande aproximação com o capital financeiro por meio da comercialização dos principais produtos agrícolas para mercado interno.

3.2 Consequências da modernização na agricultura familiar

A modernização da agricultura no âmbito da acumulação capitalista é um processo de contradições, tanto nos arranjos estruturais, quanto nas relações socioespaciais. No Território de Identidade de Irecê essas relações foram pautadas em uma reorganização do espaço agrário, a partir da década de 1970, com o desenvolvimento do processo de modernização das atividades agrícolas.

A implantação do sistema viário por meio da construção da BA - 052, conhecida como a “estrada do feijão”, contribuiu para que houvesse uma maior integração do referido Território com os demais do Estado da Bahia. Essas políticas estruturantes tiveram como objetivo o aumento da produtividade do trabalho, da produção de gêneros agrícolas e da substituição de parte da agricultura de subsistência por uma agricultura comercial voltada para atender os anseios do grande mercado e da acumulação de capital.

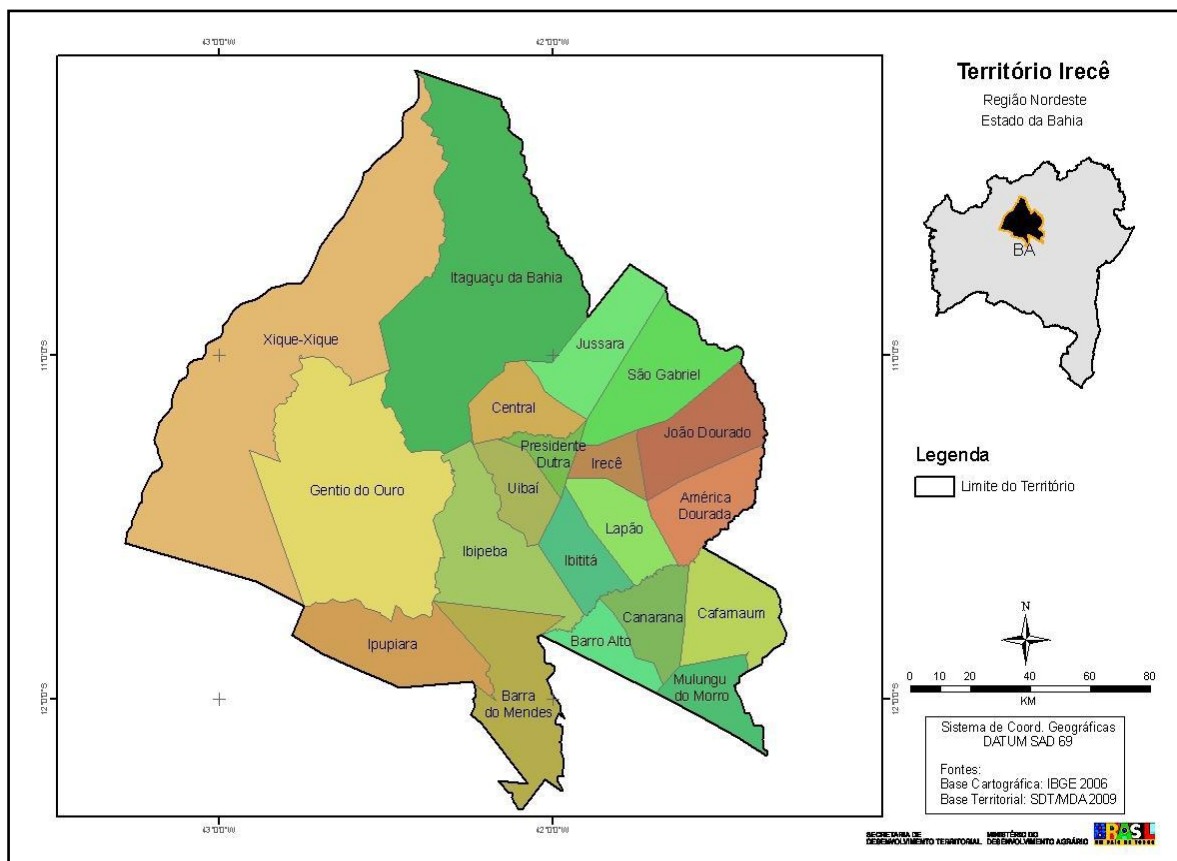
Assim, o Território de Identidade de Irecê pode ser compreendido como a base territorial estabelecida por meio da regionalização elaborada pelo MDA, em 2003, e que se constitui como a divisão territorial mais utilizada pelo governo do Estado da Bahia, a quem compete às políticas de desenvolvimento territorial e local e que “vai ser aplicada em um primeiro momento, naquelas regiões onde predomina a agricultura familiar” (SERPA, 2015, p. 21).

O Território em questão é composto por 20 municípios, mapa 2, a saber: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique. Todos os municípios possuem antecedentes históricos comuns, já que foram

se originando de desmembramentos territoriais dos municípios de Morro do Chapéu, Irecê, Central e Xique-Xique.

Os municípios que formam a área em debate constituíram-se *a priori* como regiões de mineração, de exploração da pecuária extensiva e de agricultura familiar de subsistência, desenvolvendo posteriormente a agricultura comercial, capitalizada e com o uso intensivo de máquinas agrícolas.

Mapa 2 - Divisão política e administrativa do Território de Identidade de Irecê - 2003



Fonte: MDA (2003). Disponível em <<http://mda.gov.br/download/ptdrs/territorio>>. Acessado em mar. 2015

Os municípios que compõem o referido Território de Identidade possuem, também, características sociais, ambientais, econômicas e culturais semelhantes. Sendo que o território em análise está totalmente inserido no Semiárido baiano, fazendo fronteira ao oeste com o Território de Identidade do Velho Chico, ao sul com o da Chapada Diamantina, a leste com Piemonte da Diamantina e ao norte com o Sertão do São Francisco, totalizando uma área territorial de 27.490,80 km².

Possui uma população de 403.070 habitantes, e destes, 155.392 vivem no campo, que corresponde a 38,55% da população total. É o Território de Identidade

da Bahia com o maior número de agricultores familiares, totalizando 41.011, dos quais 1.532 são formados por famílias assentadas (IBGE, 2015).

O município de Irecê possui uma centralidade territorial e exerce certa influência aos demais municípios do Território. São Gabriel, que pela proximidade, desenvolve com o município de Irecê uma intensa relação comercial e de troca de serviços.

Os governos: federal e estadual exerceram um papel fundamental na produção do espaço agrário no Território de Identidade de Irecê, pois levado por motivos econômicos estabeleceu um processo de remodelação do capitalismo de forma conservadora e suas implicações foram expressas através da modernização da agricultura, que no Território ficou conhecida como “Operação Irecê”, um programa de assistência técnica e de material permanente.

Essa operação seguiu a lógica do que já havia sido designada para outras áreas do Brasil e consistia na implantação de culturas de valor comercial em substituição aos cultivos de subsistência, pois, “a mecanização veio possibilitar a utilização de uma área maior para as lavouras comerciais, daí ser um fator do crescente aumento da produção agrícola. Além disso, acarretou uma economia de mão de obra, de modo especial nos períodos do plantio e colheita” (DUARTE, 1963, p. 349). Posteriormente ao desenvolvimento da “Operação Irecê”, foram implantados órgãos governamentais e instituições de desenvolvimento agrícola, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento agropecuário com base nas plantações de feijão, milho e mamona para fins comerciais.

Com isso, instalaram-se no atual Território de Identidade de Irecê a Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE que, mais tarde, passaria a se chamar de Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco - CODEVASF, atuando no empréstimo de maquinário agrícola, em especial tratores, semeadeiras, arados e colheitadeiras.

Assim, “na década de 1970, havia na região 1 trator para cada 306 pessoas em atividade agropecuária. E, em todo o Estado da Bahia, havia 1 trator para cada 1.156 pessoas em atividade agropecuária, mostrando assim o alto índice de tratorização na região de Irecê” (RUBEM, 1997, p. 207). Esse órgão governamental proporcionava também, a assistência técnica aos agricultores, e continua até hoje atuando no Território como um agente responsável pela promoção do desenvolvimento agropecuário.

Logo após a chegada dessas instituições e de suas atividades, a produção agrícola aumentou consideravelmente, fator que incentivou a instalação de agências dos Bancos do Brasil - BB e do Nordeste - BN, na área em questão, que passaram a atuar como fornecedores de crédito para financiamento, custeio e comercialização da safra de grãos, primeiramente, para os grandes produtores e a partir da década de 1970, também passaram a financiar as atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares.

O abundante subsídio creditício agrícola, o estímulo ao cultivo de monoculturas e as mudanças técnicas na base produtiva, sob a justificativa de aumentar a produtividade, ensejou uma reorganização da estrutura agrária. As condições edafoclimáticas⁵ presentes no espaço agrário, também contribuíram para a configuração do novo quadro econômico, modificando as relações sociais, econômicas, políticas e culturais (NEPOMUCENO, 2014).

As ações governamentais exercidas no espaço agrário na região de Irecê são relevantes para atual formação econômica dos municípios que hoje formam o Território de Identidade. As atividades agropecuárias foram durante as décadas de 1970 e 1980 as principais atividades econômicas da região, como também, respondia por abranger a maior parte da População Economicamente Ativa - PEA.

Nas duas décadas apresentadas na tabela 1, houve uma predominância das ocupações nas atividades agropecuárias.

Tabela 1 -Território de Identidade de Irecê: PEA, segundo os setores das atividades econômicas- 1970/1980

Setores de atividade	1970			1980		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Agropecuária	50.757	3.695	54.452	52.337	4.219	56.556
Indústria	1.904	57	1.961	4.983	341	5.224
Comércio	1.827	101	1.928	3.361	950	4.311
Serviços	710	1.549	2.259	2.318	1.951	4.269
Transportes	525	14	539	1.402	14	1.416
Adm. Pública	349	41	390	412	205	617
Total	56.072	5.457	63.183	64.813	7.680	75.176

Fonte: SEI (1994, p. 403), com base nos dados do IBGE (1990)

⁵São as condições de interrelações entre os elementos do ambiente, clima, relevo, a litologia, tipos de solos, temperatura, unidade do ar, radiação, composição atmosférica e a precipitação pluvial (BARBOSA, 2000, p. 98).

O período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980 corresponde com o auge do modelo de modernização produtivista da agricultura, fazendo dessa atividade a principal em todos os municípios que atualmente compõem o referido território. Logo em seguida, vinham às atividades industriais de base quase que artesanal, como as confecções de tecidos e roupas simples, a produção de material para construção, de processamento de produtos agrícolas, dentre outras que foram resumidas por Rubem (1997).

Grande parte da produção da região de Irecê passava por um processo industrial bem arcaico, principalmente na produção de milho, mandioca e cana de açúcar. Tudo isso era industrializado para o consumo caseiro nos engenhos, moinhos e pilões das fazendas, movidos a energia braçal. [...] Outra forma de atividade industrial era a extração de matérias primas como o sisal que dele era extraídos as fibras e com elas eram fabricados as linhas que depois eram transformados em tecidos grosseiros. [...] Da madeira era fabricado o carvão, do barro era fabricado os tijolos e telhas que eram usadas nas construções das casas. [...] Chegaram indústrias de produção de farinha de mandioca, rapadura, cal, produtos de panificação e pequenas fábricas de manteiga [...]. Na década de 1980 a região de Irecê já possuía 51 estabelecimentos industriais de diversas transformações, 10 de produtos minerais, 32 de produtos alimentícios e 2 de editorial e gráfica (RUBEM, 1997, p. 216).

O comércio e os serviços no período analisado ainda não tinham o peso que tem atualmente na ocupação da mão de obra, e representavam a terceira e quarta opções respectivamente da PEA dos municípios que formam atualmente o Território de Identidade de Irecê. Mesmo assim, “havia na década de oitenta uma grande variedades de produtos oferecidos tanto no atacado, quanto no varejo. O comércio varejista era composto por 385 estabelecimentos e 57 faziam parte do atacadista” (RUBEM, 1997, p. 214).

Por último, se encontrava as ocupações nos serviços públicos, funcionalismo de modo geral, a exemplo de serviços ligados a educação, a saúde, ao saneamento básico, a assistência social, dentre outras atividades que fazem parte dos setores públicos das prefeituras e câmeras de vereadores dos municípios.

Com tudo isso, para que o projeto de modernização da agricultura alcançasse resultados positivos era necessária a seleção de culturas que melhor respondesse as demandas territoriais, tanto no que se refere à produção, quanto à comercialização. Assim, os cultivos que foram melhores aproveitados foi os que formam o triconsórcio: feijão, milho e mamona. Esse aproveitamento, segundo a

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional-CAR (2002, p. 35) foi motivada por dois fatores:

Primeiro: o feijão e o milho têm ciclo de vida curto, uma característica essencial para as regiões onde predominam a escassez de chuvas e que essas são concentradas em apenas três a quatro meses no ano. Além de não exigirem grandes áreas de cultivos para se tornarem rentáveis economicamente, e o Território em debate, já tinha uma tradição muito grande do cultivo desses produtos em sua grande maioria à base do sistema de subsistência. E, Segundo: a mamona surgia como uma importante opção para as médias e grandes propriedades e a sua produção foi incentivada como o objetivo de aproveitar o mercado internacional que começava a se expandir no período pós Segunda Guerra Mundial (CAR 2002, p. 35).

A facilidade de obtenção de créditos agrícolas nesse período, também pode ser considerada como um fator preponderante para que o projeto de modernização da agricultura tivesse êxito, disponibilizado tanto para o custeio, quanto para o investimento e comercialização, favoreceu muito a expansão dos cultivos e facilitou a obtenção de tratores, arados, agrotóxicos e demais insumos agrícolas, tabela 2.

Tabela 2 - Território de Identidade de Irecê: Financiamentos concedidos aos produtores rurais e as cooperativas por atividades econômicas-1980/1990

Ano/ Atividade	Custeio		Investimento		Total	
	Projetos	Valores*	Projetos	Valores	Projetos	Valores
1980						
Agrícola	307.607	17.936	21.654	4.773	329.261	22.709
Pecuária	18.748	1.714	32.063	2.680	50.811	4.394
1990						
Agrícola	45.274	1.114.789	2.958	158.512	48.232	1.273.301
Pecuária	2.236	638.859	9.653	107.590	11.889	746.449

* Valores em Reais (R\$), convertidos a partir de Cruzeiros (Cr\$) por meio do conversor de moedas do Banco Central do Brasil. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pec/conversao>>. Acessado em Jul. 2015.

Fonte: SEI (2000), com base nos dados do Banco Central do Brasil (2000)

A análise que pode ser feita a partir dos dados da Tabela 2, é que na década de 1980 o volume de projetos financiados pelos Bancos do Nordeste e do Brasil (mais de trezentos mil) que em parceria com o Estado foi relevante para a economia dos municípios que compõem o Território de Identidade de Irecê.

Para os agricultores familiares que puderam investir os recursos na produção de milho, feijão e posteriormente de mamona, pois, “esse crédito exerceu o papel de principal indutor das mudanças na estrutura produtiva da região” (CAR, 2002, p. 56),

se tornando fator fundamental para que o projeto de desenvolvimento territorial por meio da modernização da agricultura alcançasse resultados positivos - na ótica da produção capitalista - em tão curto período.

Já na década de 1990, houve uma redução no número de projetos financiados pelos agentes do crédito agrícola oficial, tanto para agricultura quanto para a pecuária, em contrapartida, os valores dos projetos foram muito altos, chegando a mais de um milhão de reais, na sua grande maioria investimentos feitos na agricultura, beneficiando principalmente, os grandes e médios produtores.

A pecuária, por sua vez, recebeu menos recursos para o custeio e o financiamento nas décadas analisadas, haja vista que a atividade era tida como secundária e que havia à predominância dos interesses governamentais em privilegiar a agricultura de grãos de alto valor comercial.

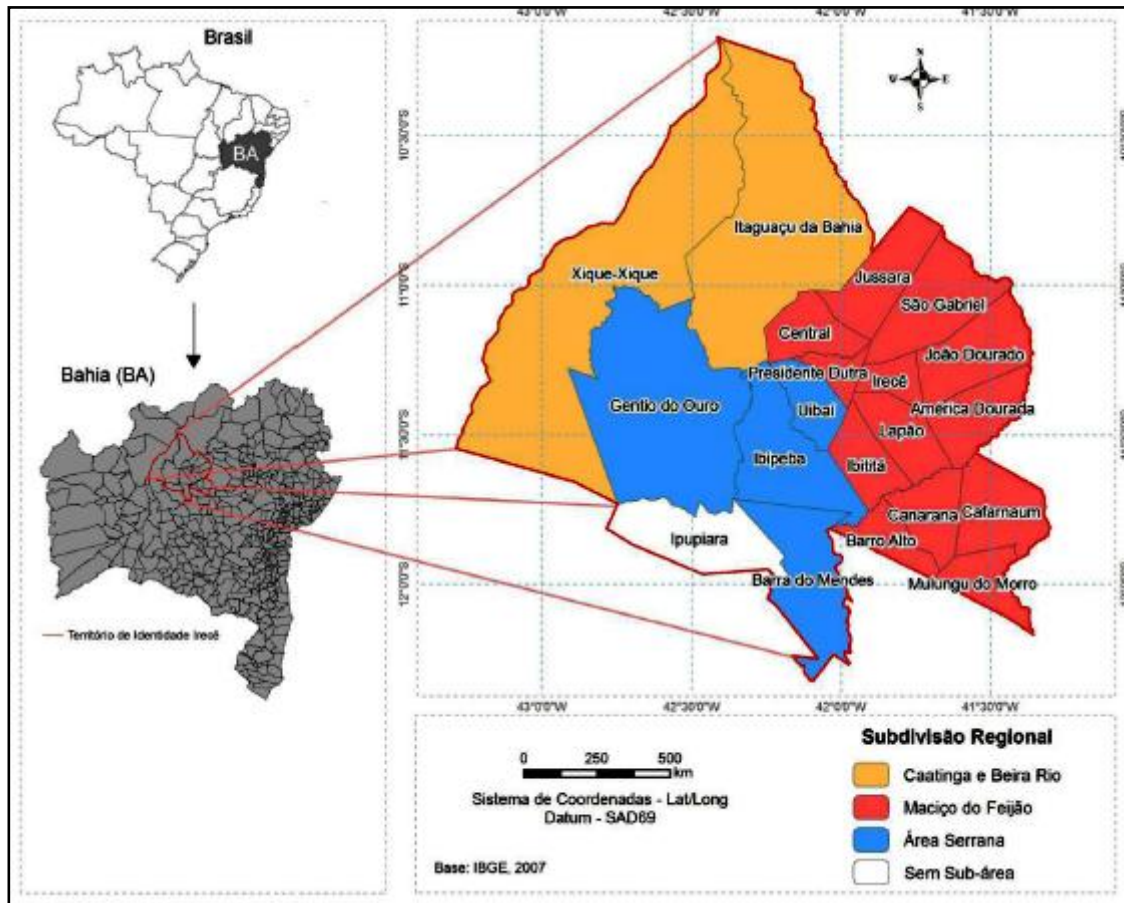
Os investimentos tiveram implicações diretas na grande quantidade de tratores disponíveis para os produtores, tanto para o preparo do solo, quanto para o capina e colheita dos cultivos. O agricultor que não possuía a máquina tinha a oportunidade de “contratar os tratores de outras pessoas, para efetuarem os serviços em suas propriedades. Somente poucos agricultores continuavam usando a tração animal no preparo do solo, usando animais apenas na capina das lavouras” (RUBEM, 1997, p. 208).

Essa disponibilidade de tratores era maior nos municípios que formam o chamado platô de Irecê, que corresponde à área do Território de Identidade que houve uma maior intensificação do processo de modernização da agricultura.

Assim, os municípios que formam o platô de Irecê, mapa 3, área conhecida com maciço do feijão, tiveram em seus territórios as implicações decorrentes do processo de modernização da agricultura com mais intensidade que as demais áreas do Território em questão, a exemplo da (catinga e beira rio e da região serrana) e, conseqüentemente, foi também a área que mais atingiu índices de produtividade agrícola e de concentração populacional.

O crescimento populacional deve-se em grande parte às correntes migratórias, dentro do próprio Território de Identidade de Irecê, e, a de várias regiões do Estado da Bahia e de outros estados do Nordeste (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), principalmente, em direção ao município de Irecê, que exerce uma centralidade, dentre os municípios que compõem o referido Território.

Mapa 3 - Território de Identidade de Irecê: delimitação das subáreas - 2007



Fonte: Organizado por SANTOS J. A. Lobo e elaborado por SANTOS, Pablo. Base de dados do (IBGE) - 2007

A ocupação mais intensiva do maciço do feijão é em parte explicada segundo Santos J (2012, p. 126), pela.

[...] necessidade de expansão das atividades produtivas, junto ao forte predomínio do latifúndio nas áreas de pecuária e mineração, tais como nos município de Morro do Chapéu, Xique-Xique e Gentil do Ouro, motivou a mobilidade de trabalhadores para outras áreas, o que culminou na ocupação do Maciço do Feijão na Chapada de Irecê. Essa ocupação foi facilitada pela existência de solos relativamente férteis e disponibilidade de água, na qual, parte dessa riqueza hídrica pôde ser captada e utilizada na produção agrícola [...] (SANTOS J, 2012, p. 126).

As dinâmicas socioespaciais provocaram o aumento dos fluxos migratórios dentro do Território em direção ao platô, especialmente, para o município de Irecê, e fizeram desse município, e da área por ele polarizada, a mais importante e dinâmica do Território de Identidade.

A consolidação da área que corresponde ao atual Território de Identidade de Irecê como um pólo econômico com base na agricultura comercial, foi decisiva na formação das correntes migratórias dentro e fora do Território em questão, acima de tudo, no município de Irecê e nos circunvizinhos, a exemplo de São Gabriel.

Esses fluxos migratórios foram atraídos pelo crescimento das atividades agropecuárias, pela oferta de oportunidades de emprego em atividades agrícolas e também não agrícolas, no comércio local, nas fábricas de processamentos de grãos e cereais e nos serviços públicos diversos, principalmente em Irecê que já se formava com centro econômico do Território.

Assim, com as transformações na agricultura no referido território, que era basicamente formada pela policultura de gêneros agrícolas destinados ao consumo interno e da pecuária extensiva nas décadas de 1950 e 1960, para uma agricultura moderna, por meio do cultivo de grãos de valor comercial a partir das décadas de 1970 e 1980 a área que hoje forma o Território de Identidade de Irecê, recebeu o título de maior produtora de feijão e mamona do Nordeste. Com isso, rapidamente se tornou um importante centro de produção de alimentos básicos para o mercado interno brasileiro.

3.3 Possibilidades de sobrevivência e resistência da agricultura familiar

O Território de Identidade de Irecê apresentou sucessivos momentos de expansão econômica e demográfica, devido a condições ambientais singulares no semiárido baiano (solo e água subterrânea, principalmente no maciço do feijão) e concessões de crédito subsidiado por entidades governamentais e financeiras nas décadas de 1970 e 1980. As transformações no espaço agrário do referido Território de Identidade não ocorreram de forma hegemônica em todo o território, como visto anteriormente.

A partir da década de 1990, esse modelo de desenvolvimento territorial começou a apresentar sinais de declínio, culminando com desarticulação da produção com base no triconsórcio (feijão, milho e mamona), que por muito tempo se configuraram como os principais produtos comerciais do Território, com destaque para o feijão que passou a enfrentar sucessivas quedas nas safras. “[...] a região entrou em uma das maiores crises de sua história, onde a imagem dos vastos

campos produtivos de milho, feijão e mamona, deram lugar a um cenário de desagregação econômica e miséria absoluta de seu quadro social” (MAIA NETO, 2008, p. 36).

Os motivos para o esgotamento desse modelo que ocasionou a queda considerável da produção agrícola, segundo os estudos de pesquisadores de várias áreas do conhecimento e órgãos do governo, a exemplo de Maia Neto (2008), Rubem (1997), Nepomuceno (2014), e CAR (2002), estão elencados a seguir:

1. A substituição das variedades tradicionais de feijão (mulatinho, vagem roxa e rosinha) pela variedade (carioquinha) por ser mais produtivo e ter um maior valor comercial. Essa variedade não se adaptou às irregularidades das chuvas que a cada ano diminuía no Território “[...] a opção em introduzir algumas espécies exóticas, a exemplo do feijão carioquinha, não seguiu os tradicionais cultivos adotados pelos agricultores, muito menos considerou as peculiaridades dos geossistemas [...]” (NEPOMUCENO, 2014, p. 119);
2. O processo de degradação dos solos pelo seu manejo inadequado e principalmente pelo uso intensivo da mecanização, processo denominado por Rubem (1997) de tratorização, provocou danos irreparáveis aos solos do Território de Identidade em questão.
3. O Ministério da Agricultura, em seu zoneamento para alocação de créditos agrícolas, retirou a região de Irecê das áreas que seriam beneficiadas com os financiamentos destinados a cultivo do feijão (CAR, 2002);
4. Endividamentos dos agricultores familiares em decorrência do abuso em recorrer ao crédito fácil no auge do processo de modernização da agricultura e que com as frustrações nas safras agrícolas, não puderam sanar suas dívidas com os bancos, esses por sua vez, retiraram os programas de apoio aos agricultores pelas perdas na produção, a exemplo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (MAIA NETO, 2008). E, também, pela necessidade por parte dos agricultores de criarem e manter as estruturas de produção e as condições de investimento na produção, garantindo com isso a reprodução e acumulação do capital, pelos bancos e atravessados;
5. O desaparecimento das empresas governamentais que prestavam serviços de assistência técnica aos agricultores. Como por exemplo: a Agência

Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB e da EBDA. Essa última inclusive acaba de ser destituída pelo atual Governo da Bahia.

Assim, não podemos apontar apenas um fator com causa principal para a estagnação econômica no Território de Identidade de Irecê logo após o esgotamento do modelo produtivista de modernização da produção agrícola. Houve sim, uma conjugação de fatores (climáticos, políticos, econômicos e sociais) que culminaria nesse contexto de desorganização produtiva.

As crises decorrentes de estiagens impactaram negativamente a lavoura, tendo como consequência à queda na produtividade, dificultando ao agricultor familiar o acesso a recursos para a produção e comercialização.

O modelo de desenvolvimento adotado na região e fundamentado nas monoculturas do feijão, do milho e da mamona transformou o atual Território de Identidade de Irecê em um espaço de muitos problemas ambientais, sociais e econômicos, com a contribuição da pecuária intensiva, das pequenas atividades agrícolas e da irrigação nas planícies do Rio São Francisco, dentre outras que continuam sendo desenvolvidas pelos agricultores familiares.

Diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares em decorrência da estagnação econômica foi necessário o desenvolvimento de formas alternativas de geração de renda, para superar as crises geradas pelo modelo de modernização adotado nas décadas anteriores.

Dentre as alternativas, se destaca a diversificação dos plantios de culturas de sequeiro que são mais adaptadas às condições climáticas locais, a exemplo do sorgo, do algodão e da própria mamona que são cultivos mais resistentes a irregularidade das chuvas e responde bem aos solos presentes no território do município.

Outra possibilidade de sobrevivência e resistência, usada pelos agricultores mais capitalizados e alguns familiares consiste no uso intensivo da irrigação. São cada vez mais comuns as áreas com cultivos irrigados, foto 1, por meio da captação de água do subsolo, contribuindo para o aumento das áreas irrigadas nos últimos anos. A prática da irrigação no Território de identidade de Irecê, e, em São Gabriel, particularmente, “embora presente desde os anos 1970, com bases tecnológicas modernas só vem a se expandir no final da década de 1980, com a queda na produção do sistema de sequeiro” (MAIA NETO, 2008, p. 43).



Foto 1 - Plantação de coentro irrigado no povoado de Baraúna no município de São Gabriel. Fonte: OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Jun. 2015

Atualmente as áreas irrigadas (de grandes proprietários ou de agricultores familiares) estão presentes em quase todos os municípios que compõem o Território de Identidade de Irecê, mesmo havendo uma variação no tamanho da área utilizada, nas variedades dos cultivos e na disponibilidade dos recursos hídricos por meio da captação de água do lençol freático, foto2.

Podemos observar que, em algumas áreas em muitos municípios, a exemplo de Lapão, João Dourado, Irecê e Presidente Dutra, devido ao uso indiscriminado das águas subterrâneas por meio da perfuração de poços artesanais, a falta de água interfere na expansão das áreas irrigadas.



Foto 2 - Perfuração de poço artesiano no povoado de Itapicuru no município de São Gabriel. Fonte: OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Fev. 2015

A escassez da água tem levado os grandes proprietários de terras e também alguns agricultores familiares que possuem melhor condição financeira, a migrarem

com suas estruturas de produção para outras áreas do município ou até mesmo para os municípios vizinhos, onde a ocupação das terras para o uso da irrigação é menor e, conseqüentemente, também é menor o uso dos recursos hídricos.

Para Thomaz Junior (2012) a garantia da terra e, sobretudo, da água é de fundamental importância para o capital se reproduzir no espaço agrário, pois a água é cada vez mais incorporada à dinâmica do capital e a ocupação dos espaços com maior disponibilidade hídrica, formando o que o autor chama de “agrohidronegócio”.

Não somente os grandes empreendimentos capitalistas do agronegócio, mas também a produção agropecuária na agricultura familiar é muito dependente da disponibilidade dos recursos hídricos, pois:

[...] a interação entre terra e água não está somente para o capital, por meio de suas diferentes formas de expressão e espalhamento (de sistemas produtivos, de grandes extensões de terras cultivadas e acionadas por pivôs centrais, represas, de canais de irrigação etc.), mas também para os trabalhadores, para os agricultores. No entanto, o cenário lhes é desfavorável, ou seja, estes, desprovidos ou com poucos recursos próprios e desprivilegiados das políticas públicas específicas para correção de solo, plantio, comercialização, irrigação, ou ameaçados e atingidos pelo processo de expansão do capital no campo, da mesma forma aqueles que estão submetidos aos mecanismos de exploração do trabalho, ou ainda as parcelas minoritárias que estão envolvidas em ações de resistência e reivindicam acesso a terra - e em menor medida acesso a água -, para produzir alimentos para subsistência e comercialização [...] (THOMAZ JUNIOR, 2012, p. 97).

A estreita relação entre a expansão das áreas de plantios irrigadas e a disponibilidade dos recursos hídricos tem sido importante como estratégias de reprodução do capital, bem como, para ampliação do agronegócio no Território de Identidade de Irecê, aumentando ainda mais as desigualdades sociais no campo.

Assim, “a posse da terra e da água nos remete a refletir o papel do Estado no empoderamento do capital e seus efeitos no quadro social da exclusão, da fome, e da emergência da reforma agrária e da soberania alimentar” (THOMAZ JUNIOR, 2012, p. 98).

O surgimento dos nichos de irrigação no referido Território, tem se mostrado em expansão, tanto para os grandes e médios produtores, quanto para alguns poucos agricultores familiares, que usam a prática da irrigação como uma alternativa viável para produção de alimentos, haja vista, que a produção de sequeiro não está sendo suficiente para suprir as necessidades das famílias no campo.

Entretanto, o acesso aos recursos hídricos por meio dos projetos de irrigação, ainda não atingiu a maioria dos agricultores familiares do Território em questão. Concordamos com Santos J (2012) quando aponta que no Território de Identidade de Irecê, os agricultores familiares quase não têm acesso aos perímetros irrigados, desenvolvidos pelo Estado, a exemplo do projeto Baixio de Irecê e outros. Com isso, para o autor.

No Território em questão, o que sobrou para a grande maioria dos agricultores familiares, por via muita mobilização social, foram os pequenos projetos voltados à construção de reservatórios para a captação de água da chuva nos estabelecimentos familiares, a construção de sistemas de produção e de consumo e a perfuração de poços artesianos comunitários (SANTOS J, 2012, p. 170).

No projeto Baixio de Irecê, citado por Santos J (2012), houve uma materialização das desigualdades de acesso a terra e aos recursos hídricos para o uso em áreas irrigadas, pois, a participação dos agricultores familiares é pequena se comparada ao número de projetos destinados as empresas do agronegócio.

Segundo Dourado (2015, p.243). “[...] a proposta é destinar 22% da área para lotes de agricultores familiares e 78% para empresas e, da área destinada às empresas, 30,4% corresponde a grandes empresas e 69,6% a médios produtores [...]”. Assim, percebemos que o acesso aos recursos hídricos no referido Território é carregado de disputas, de cunho, político e de classes, e que é marcante, a subordinação dos agricultores familiares à lógica de expansão do capital.

Além da diversificação das culturas de sequeiro e do uso da irrigação, percebemos que a partir da segunda metade da década de 1990, houve uma retomada da pecuária, por meio da criação de bovinos, caprinos, suínos, equinos e outros.

Com relação à criação de caprinos, Rubem (1997, p. 212) esclarece que “o bode se adapta facilmente às secas da região. Engorda em pouco tempo, alimentando-se de cascas de árvores, cactos, folhas verdes. Come até folhas de avelós. É bem menos afetado do que os outros animais, nos anos secos”.

Quanto à criação de gado bovino de corte observamos que aumentou consideravelmente no município de São Gabriel na última década, a prova disso foi o crescente avanço no número de açougues na sede do município, que em cinco

anos de 2010 a 2015, passou de 8 para 28 estabelecimentos, conforme dados da SMASG.

Apesar das tentativas de diversificação da produção agrícola e da criação de animais, os agricultores familiares ainda enfrentam muitas dificuldades para continuar trabalhando e vivendo no campo. Essas dificuldades são agravadas à medida que há uma ampliação dos obstáculos quanto à comercialização dos seus produtos, ainda dominada pelos atravessadores que definem e controlam os preços e as condições de pagamento.

Assim, uma alternativa viável que os agricultores familiares encontraram para contornar os obstáculos apontados anteriormente, foi à obtenção de renda, oriunda de atividades não agrícolas que são desenvolvidas no tempo em que não estão envolvidos diretamente com as atividades agrícolas.

Com isso, a pluriatividade se materializa no espaço agrário do Território de Identidade de Irecê, em especial no município de São Gabriel, por meio das relações existentes entre o campo e as oportunidades de emprego e renda em atividades não agrícolas nas áreas urbanas mais próximas.

3.4 A pluriatividade no contexto da relação campo-cidade

A compreensão dos pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentam os estudos da relação campo-cidade passa necessariamente pelo entendimento de que esse debate é alicerçado pelo paradigma dualista de análise socioespacial, no qual se baseiam na dicotomia entre o rural e o urbano, resultados da própria fragmentação dos campos de estudos da ciência geográfica.

A Geografia tem se debruçado em estudar a relação campo-cidade há algum tempo, contudo o tema ainda é passível de investigações que contribuam para a análise desse processo na atualidade. Diante das transformações pela qual a sociedade brasileira vem passando nos últimos anos, “o rural e o urbano não podem mais ser vistos como contrários, nem do ponto de vista espacial, nem do ponto de vista da organização e produção das relações sociais que são travadas neles” (OLIVEIRA; COSTA, 2014, p. 02).

Assim, nas análises feitas por Suzuki (2007) sobre o assunto, fica evidente que o campo e a cidade por meio das transformações socioespaciais pelo qual

passaram nos últimos anos precisam ser avaliados, tanto nas suas formas, como em seus conteúdos, para então poder mensurar suas potencialidades, observando os novos arranjos em que se delineiam estes espaços.

Essa avaliação pode ser feita, segundo Suzuki (2007), quando se leva em consideração:

[...] Os limites do critério de separação da população urbana e rural, o perímetro urbano é extremamente falho para a diferenciação do rural e do urbano, sobretudo porque há, por um lado, muito de rural em aglomerações urbanas, particularmente as mais diminutas, mas, também, nas médias e nas grandes, ou mesmo nas metrópoles. Enquanto, por outro lado, a muito de urbano no campo brasileiro, sobretudo nas áreas mais próximas das metrópoles ou das cidades de maior porte (SUZUKI, 2007, p. 145).

A análise mais acertada para Suzuki (2007) deve partir da compreensão de que:

A presença do urbano, no campo brasileiro, pode ser reconhecida, sobretudo, nas atividades fabris com uso intensivo de tecnologia, nos hotéis-fazenda, nos parques temáticos, nos pesque pagues, nos restaurantes, etc. [...] O rural, nas aglomerações urbanas, está muito presente, principalmente, no modo como muitos moradores concebem e vivem a dinâmica dessas aglomerações. Geralmente, esses moradores são marcados pelo estranhamento em relação ao modo de vida urbano e citadino. Estão dentro das aglomerações, mas não integrados a sua dinâmica de forma densa [...] A distinção entre o rural e o urbano, muito mais vinculada à lógica da reprodução das relações sociais que a materialidade espacial, campo e cidade, permitem pensar que há rural na cidade e urbano no campo (SUZUKI, 2007, p. 146).

Deste modo, o autor reelabora a concepção do rural e do urbano na dialética das contradições existentes nas relações sociais e alerta que é necessário que se busque um caminho metodológico que possa dar conta de identificar essas distinções. E que esse caminho possa superar a delimitação política relacionada apenas ao perímetro urbano que estabelece apenas uma mera fronteira geográfica entre o rural e o urbano e o campo e a cidade.

Assim, concordamos com Suzuki (2007) quando ele propõe que há uma necessidade de se redefinir campo e cidade, à luz das transformações da sociedade brasileira, dos novos elementos da reprodução das relações sociais, inserindo como categorias essenciais, a propriedade, o trabalho e o capital; o que permitirá a superação de leituras marcadamente quantitativas.

Ao analisar o campo e a cidade por meio das relações sociais com base nas categorias: propriedade, trabalho e capital é importante perceber que embora os

critérios adotados oficialmente pelos órgãos do governo, a exemplo do IBGE, que diz que todas as sedes municipais (cidades) e sedes distritais (vilas) são definidas como espaços urbanos, muitos municípios de pequeno porte no interior do Brasil a exemplo de São Gabriel, ainda encontra-se ligados em seu espaço urbano, as características do mundo rural.

Portanto, o que se percebe é que os municípios de pequeno porte em sua grande maioria suprem apenas as necessidades básicas de seus habitantes e volta-se para o desenvolvimento de poucas atividades econômicas, em São Gabriel, a agropecuária.

A busca em suprir as necessidades básicas das famílias, em serviços de educação, saúde, e oportunidades de emprego em atividades agrícolas e não agrícolas nas cidades maiores (Irecê, por exemplo) faz com que haja no município de São Gabriel, um lento crescimento do comércio, dos serviços e de geração de novos empregos, o que leva a uma saída da população mais jovem e a diminuição do crescimento urbano local.

Em geral, os municípios que compõem o Território de Identidade de Irecê se caracterizam por apresentar papéis urbanos pouco expressivos (a exceção é Irecê), com ausência de infraestrutura e serviços que proporcionem aos habitantes uma mínima condição de vida. São cidades que apresentaram intenso grau de dependência em relação a outras cidades no que tange aos serviços especializados de saúde, administração, educação, entre outros. Há uma dependência econômica das atividades rurais que geralmente se configuram como a principal atividade econômica.

Por outro lado, a expansão dos níveis de instrução da população rural, especialmente dos jovens, a baixa rentabilidade das atividades agropecuárias, a expansão da eletrificação rural e as maiores facilidades de locomoção e de comunicação entre os espaços rural e urbano têm feito com que uma parcela cada vez maior da população do campo nos pequenos municípios, a exemplo de São Gabriel, desenvolva atividades na cidade, embora permaneça residindo na zona rural.

Assim, concordamos com Hespanhol (2007, p. 278), quando o autor adverte que “a prática da pluriatividade é cada vez mais expressiva entre as pessoas que vivem no campo”. E, somado com a renda advinda das aposentadorias rurais e dos programas sociais de transferências de renda, passaram a se constituir como

importantes estratégias de sobrevivência para boa parte da população residente nas áreas rurais.

Com isso, não podemos analisar a pluriatividade sem levar em conta a economia local, regional e até mesmo nacional, pois, são nessas escalas que se originam a maioria dos postos de trabalho assalariado (mercado de trabalho) ou trabalho autônomo (mercado de serviços, produtos e insumos) que possibilitarão a segunda ocupação de emprego. A disponibilidade de trabalho nas cidades próximas ao campo é fundamental para que o agricultor familiar possa dedicar parte de seu tempo de trabalho em outra atividade senão a agrícola.

Geralmente a estratégia da prática da pluriatividade é utilizada pelo agricultor familiar porque a renda (ou a falta dela por completo) gerada pela atividade agrícola não está sendo suficiente para cobrir os custos da produção e gerar ganhos necessários à sobrevivência das famílias, ou seja, “de um lado, tem-se a questão da renda agrícola, cada vez mais insuficiente para manter a família e, de outro, há uma pressão pela liberação da força de trabalho em várias operações de cultivo, que eram intensivas em mão de obra” (COUTO FILHO, 2007, p. 46).

Estes acontecimentos estão levando os agricultores familiares a procurarem outras atividades, não agrícolas, que complementem a renda advinda da agricultura e ocupe a mão de obra disponível, com isso, “a agricultura pode estar se convertendo em uma atividade de tempo parcial e cada vez menos esta atividade responde pela renda e pelo tempo de ocupação da família que vive no meio rural” (COUTO FILHO, 2007, p. 47).

A retenção da mão de obra no campo está estritamente ligada à estrutura agrária regional e local, em atividades desenvolvidas pelos agricultores em suas propriedades familiares, assim como, em outras propriedades por meio do trabalho assalariado.

A disponibilidade de oportunidades de emprego nos centros urbanos mais próximos, principalmente em atividades não agrícolas, somado a capacidade dos agricultores familiares de diversificar a produção, para poder enfrentar as crises decorrentes das instabilidades do mercado de produtos agrícolas, tem assegurado a uma parcela da população rural de continuar vivendo no campo.

A adesão dos agricultores familiares às políticas de governo a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e do PRONAF, também tem ajudado no desenvolvimento das

atividades no campo e da permanência do agricultor familiar em suas atividades agrícolas, apesar das adversidades e da concentração de terras.

No Estado da Bahia, a estrutura agrária predominante, até que permite o desenvolvimento das práticas agrícolas necessárias a sobrevivência das famílias que trabalham no campo. Entretanto, nas análises feitas por Couto Filho (2007).

Ainda que o tamanho da área seja insuficiente para manter uma família, o fato de esta ser a proprietária possibilita outras formas de ocupar as pessoas e complementar a renda agrícola. Alguns membros da família podem, por exemplo, trabalhar temporariamente em lavouras em outras terras ou em outras atividades, seja no campo ou nas cidades mais próximas, e ter garantido um lugar e uma renda mínima para sobreviver. Ou seja, assim como nas regiões mais desenvolvidas, a Bahia tem seu agricultor em tempo parcial em busca de uma renda complementar. Neste Estado, entretanto, a mão de obra disponível não é resultado das tecnologias desempregadoras da modernização agrícola, mas, sim, do superpovoamento das pequenas propriedades (COUTO FILHO, 2007, p. 49).

No processo de produção do espaço agrário, o tamanho do estabelecimento não é garantia de sucesso na produção e na permanência do agricultor no campo, porque, somados ao tamanho da propriedade, existem outros fatores, como: inserção no mercado, infraestrutura, aparato técnico de produção, condições climáticas, solos e disponibilidade de água. As atividades não agrícolas também interferem nesse processo, contudo, “ter um estabelecimento rural que atenda, em suas dimensões, às necessidades da família já é um bom começo” (SANTOS J, 2009, p. 56).

No que se refere à relação existente entre o tamanho do estabelecimento e a capacidade produtiva, tanto, Couto Filho (2007) quanto, Santos J (2009), apontam que no Território de Identidade de Irecê e também no Estado da Bahia de modo geral, o tamanho do estabelecimento, sozinho não é um indicador para garantir a manutenção das pessoas no campo e apontam que outros fatores e formas de obtenção de renda são fundamentais com estratégias de sobrevivência.

Assim, em várias porções do espaço agrário baiano, a exemplo do Território de Identidade de Irecê, os agricultores familiares, que possuem variados tamanhos de propriedades, acabam recorrendo a outras possibilidades de obtenção de renda. Essas possibilidades se materializam como “estratégias de sobrevivência, que visam à reprodução social, e com isso, causam o crescimento da pluriatividade e das

ocupações não agrícolas” (COUTO FILHO, 2007, p. 66), como o objetivo claro de manter e continuar trabalhando na unidade familiar de produção.

Sendo assim, é importante dizer que mesmo não sendo o único condicionante observado, a modernização da agrícola no Território em questão, efetivada na década de 1970, provocou sérias transformações no espaço agrário e nas relações de trabalho na agricultura familiar.

De início houve uma reorganização da estrutura agrária com a busca do aumento da produtividade e da substituição da agricultura de subsistência por uma agricultura com base tecnificada, voltada para a acumulação de capital e para o abastecimento do mercado nacional. Contudo, esse modelo criado e impulsionado pelo Estado por meio de políticas públicas não conseguiu se sustentar por muito tempo, vindo a entrar em decadência a partir de meados da década de 1990.

Os problemas relacionados à desorganização desse modelo, que com o tempo, afetaram as estruturas produtivas e as relações capitalistas que se materializaram no campo, os agricultores familiares por serem mais frágeis nesse contexto, foram os mais prejudicados, pois sem o crédito agrícola oficial e a queda na produção dos principais cultivos agrícolas, principalmente, o feijão e milho e a irregularidade das chuvas a partir da referida década, obrigaram-nos a recorrerem a outras formas de obtenção de renda.

A irregularidade das chuvas no Território em questão e no município de São Gabriel vem variando ao longo dos anos. A década de 1990 é considerada uma das mais irregulares. Segundo Barbosa (2000).

A ação da estiagem severa como a de 1993, que se prolongou até 1996/97, sempre resulta em altos riscos de produção. A comparação da distribuição mensal das precipitações com a normal no período, tanto para o ano civil, quanto para o ano agrícola, revela grandes desvios na distribuição pluvial, durante o período chuvoso (BARBOSA, 2000, p. 81).

Entretanto, mesmo a irregularidade das chuvas terem contribuído para a desorganização produtiva no referido Território, a crise econômica se deveu mais em razão da falta de uma política agrícola e creditícia eficiente e de apoio aos agricultores, do que pelo evento da seca em si. Os problemas enfrentados pelos agricultores familiares foram às bases materiais para que as alternativas de geração de renda fossem desenvolvidas neste espaço de desorganização produtiva, tanto no campo, quanto na cidade.

A desorganização das atividades agrícolas e a possibilidade de obtenção de renda em outras atividades, é que vão concretizar a pluriatividade no contexto da relação campo-cidade, formando com isso, as principais evidências da diversificação das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares no Território de Identidade de Irecê.

Assim, no que se refere às relações campo-cidade é importante destacarmos que o município de São Gabriel, possui limites com cinco municípios do referido Território: Irecê, Presidente Dutra, Jussara, Central e João Dourado, e ainda com o município de Morro do Chapéu que faz parte do Território de Identidade da Chapada Diamantina.

A sede do município de São Gabriel localiza-se a 10 km de (Irecê) e a 478 km da capital do Estado (Salvador). Possui uma área de 1.199,52 km² de extensão (IBGE, 2010). A grande extensão territorial faz com que se desenvolvessem alguns pequenos aglomerados urbanos no interior do município, mapa 4.

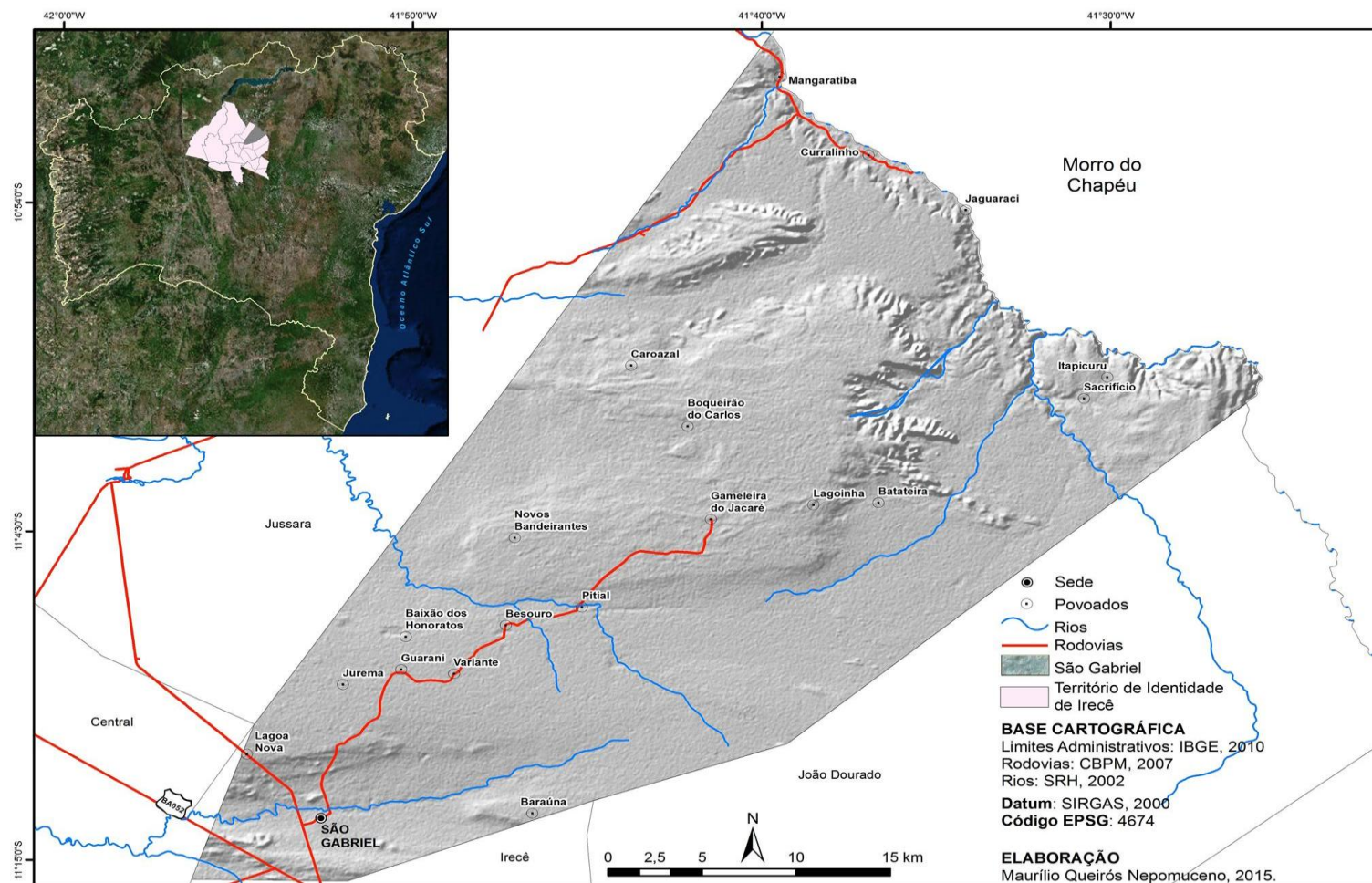
Administrativamente o referido município é subdividido em três bases territoriais, ou distritos. O distrito sede (cidade), e os distritos de Gameleira do Jacaré, localizado a 32 km da cidade e que foi criado pela (Lei Municipal nº 253/99) e o do Besouro, que está localizado a 18 km da sede do município e foi criado pela (Lei Municipal nº 518/11).

Os distritos são formados por muitos povoados⁶ e comunidades rurais, que apresentam as atividades agropecuárias como as mais importantes para suas economias, a exemplo dos cultivos de sequeiros e a criação de animais de pequeno porte. Também, apresentam baixas taxas de crescimento populacional.

Estabelecem certo grau de dependência em relação os centros urbanos maiores e mais próximos, como a sede do município de São Gabriel e do município de Irecê, no que se refere à procura de serviços especializados de saúde, educação, lazer e de assistência social.

⁶Caldeirão de Florindo, Lagoa Nova, Alto de Quindinho, Jurema, Queimada, São José, Alto da Jurema, Diamantina, Tanque Novo, Guarani, Baixão dos Honoratos, Variante, Pital, Baraúna, Tábua do Moinho, Novos Bandeirantes, Esconde, Paraíso, Carozal, Esplanada, Junco, Boi Peba, Boqueirão dos Lopes, Boqueirão dos Carlos, Boqueirão de Guilhermino, Boqueirão de Passo, Boqueirão de Ezequiel, Triângulo, Massapé, Mangaratiba, Manga, Ilha, Eneinos, Currálinho dos Teixeira, Currálinho, Jaguaraci, Quixabeira, Caldeirão do Veadó, Alto Bonito, Baixão de Zuma, Lagoa Nova de Abílio, Lagoinha, Lagoa Grande, Lagoa do Meio, Lagoa de Fora, Carrapicho, Mandacaru, Itapicuru, Sacrifício, Umbuzeirão, Eureka, Boa Hora, Batateira das Mangabeiras, Batateira do Liolino, Batateira dos Santos e Várzea da Pedra.

Mapa 4 - Localização dos principais aglomerados urbanos do município de São Gabriel - 2013



Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Com base de dados (IBGE) - 2010

De acordo com os dados referentes à evolução populacional do município, de São Gabriel, apresentados na tabela 3, podemos inferir, que desde meados da década de 1980, mais precisamente em 1985, (quando houve a emancipação política), este vem apresentando um pequeno crescimento populacional, porém, um acentuado processo de urbanização.

Tabela 3 - População residente, taxa de urbanização e densidade demográfica do município de São Gabriel - 1990/2015

Ano	População Residente					Taxa de Urbanização (%)	Densidade Demográfica (hab/km ²)
	Urbana	(%)	Rural	(%)	Total		
1990	7.007	39	10.901	61	17.908	39,13	15,28
2000	9.811	53	8.601	47	18.412	53,28	15,92
2010	10.494	57	7.933	43	18.427	56,95	15,36
2015	11.709	60	7.833	40	19.542	59,73	16,29

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1990; 2000; 2010 e Estimativa para 2015

A população na década de 1990 era predominantemente rural, com 61% da população residente no município, situação que se inverte na década seguinte a de 2000, onde se observa que a população rural diminui para 47% do total. Na década de 2010 essa tendência se concretiza, logo que a população urbana chega a 57% da população residente no município, enquanto que a rural responde com apenas 43% dos habitantes.

O crescimento da população urbana, projetado para o ano de 2015, segundo a estimativa do IBGE, indica que a população do município será de 19.542 habitantes, sendo que 60% residente na área urbana e 40% na zona rural. O crescimento da população urbana entre as décadas de 1990 e 2000 pode ser explicado em parte, dentre outros fatores: pelo melhoramento na infraestrutura do município, com a construção de escolas, estradas ligando a cidade aos diversos povoados, construção do hospital, implantação de sistemas de água encanada, iluminação e pavimentação urbana.

No que se refere à densidade demográfica, esta tem se mostrado constante no período analisado, já a taxa de urbanização tem crescido a cada década, passando de menos de 40% na década de 1980 para quase 57% na década de 2010, com projeção de quase 60% para 2015.

Vale à pena ressaltar que a predominância da população urbana é verificada para o município de São Gabriel se for considerado os critérios definidos

oficialmente pelo IBGE, que foram apontados anteriormente. Porém, se for observados os processos que formam a dinâmica populacional em áreas tidas como urbana essa predominância da população urbana pode não ser tão marcante.

No distrito de Gameleira do Jacaré que possui uma população de 5.725 habitantes, juntando a vila, imagem 1, e, os demais povoados. A principal atividade econômica é a agropecuária, onde se “planta: milho feijão, mamona, sorgo, sisal, e criam-se bovinos, suínos, caprinos e ovinos, Tem um comércio simples, formado por mercadinhos, açougues, um posto de combustíveis, uma lojinha de roupas e de calçados” (PEREIRA; PREREIRA, 2013, p. 251).

A sede do distrito, a vila de Gameleira do Jacaré, possui certa infraestrutura para os serviços simples de saúde e educação, mais não possui serviços mais especializados nessas áreas, levando a grande maioria das pessoas do distrito a se deslocarem para a sede do município de São Gabriel ou para o município de Irecê para suprir essas necessidades.

Dentre os distritos do município de São Gabriel o de Gameleira do Jacaré é o que possui o maior número de povoados, com destaque para Currealinho, Lagoinha (reconhecida como comunidade quilombola desde 2007), Batateira e Carozal.



Imagem 1 - Vista parcial da Vila de Gameleira do Jacaré no município de São Gabriel. Fonte: Imagem de Satélite. Disponível em <www.google.earth.com> Acesso em Jun. de 2015

Já o distrito de Besouro possui 2.557 habitantes entre a vila, imagem 2, e, as comunidades rurais. Esse por seu turno, “[...] possui um grande potencial para a irrigação, devido à disponibilidade de água, por meio da presença de lençóis freáticos” [...] (PEREIRA; PREREIRA, 2013, p. 253).

Dentre os povoados que formam o distrito em debate, destacamos o da Tábua do Moinho e do Pital. Esse último possui uma barragem que capta água da

chuva e serve para os agricultores familiares do povoado, tanto, para o uso doméstico, quanto, para irrigar pequenas áreas e para as criações de peixes.



Imagem 2 - Vista parcial da Vila de Besouro no município de São Gabriel. Fonte: Imagem de Satélite. Disponível em <www.google.earth.com> Acesso em Jun. de 2015

Deste modo, a prática da agropecuária no município de São Gabriel é mais acentuada nos distritos, que possuem a atividade agrícola como principal fundamento, à medida que são importantes produtores de alimentos, que abastecem a sede do município e outros centros urbanos do Território de Identidade de Irecê.

Os dados da população dos distritos usados nessa pesquisa são com base nos levantamentos feitos pelos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, disponibilizados pelo Sistema de Informações de Atenção Básica - SIAB, da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB. O município de São Gabriel tem um total de 6.499 famílias, sendo que 4.609 vivem em domicílios urbanos e 1.890 residem em domicílios rurais.

Assim, podemos perceber que a predominância da população urbana pode não ser tão evidente à medida que essas pessoas que vivem nessas localidades têm relações sociais muito mais próximas do mundo rural, mesmo em suas sedes, que relações propriamente urbanas.

Conforme os dados apresentados na tabela 4, constatamos que, grande parte da população residente está concentrada na sede (cidade) 11.542 habitantes, o que representa uma percentagem (57%) da população, os demais distritos juntos, possuem apenas 8.282 habitantes (43%) do total da população do município.

Assim, podemos verificar através dos dados, o alto grau de urbanização da sede (cidade de São Gabriel), porém, nos demais distritos a urbanização é tímida, enquanto que a população residente da zona rural é maior que à urbana.

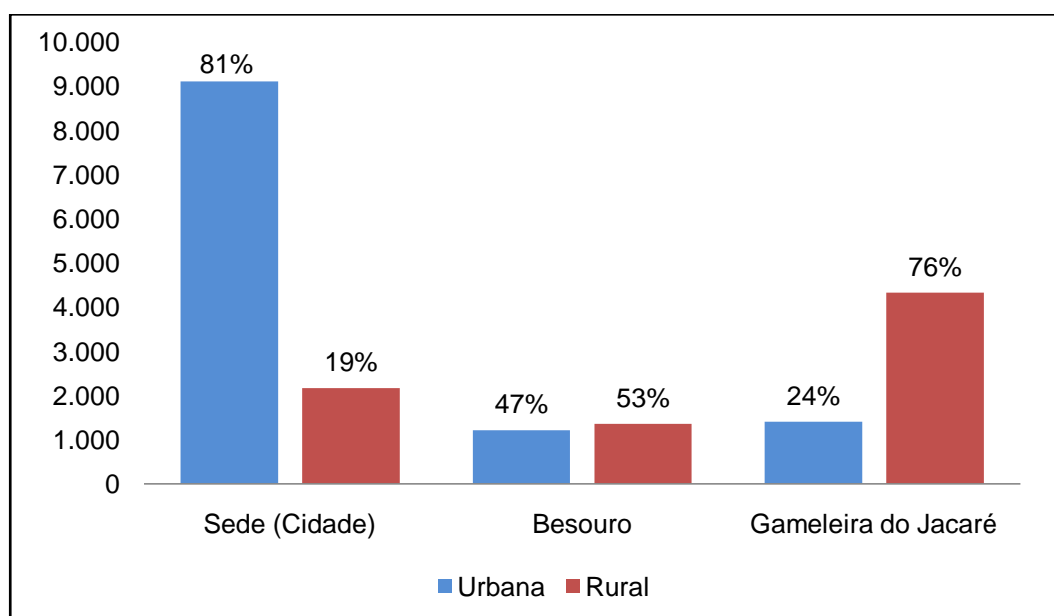
Tabela 4 - Distribuição da população segundo os distritos no município de São Gabriel - 2015

Distritos	Urbana	Rural	Total
São Gabriel (Município)	11.709	7.833	19.542
São Gabriel (Cidade)	9.102	2.158	11.260
Besouro (Vila)	1.205	1.352	2.557
Gameleira do Jacaré (Vila)	1.402	4.323	5.725

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB) - 2015

Analisando o gráfico 1, constata-se que depois da sede do município, o distrito de Gameleira do Jacaré possui o maior contingente populacional e a maior população rural entre os demais distritos, com um total de 5.725 habitantes, sendo que 76% residem na zona rural e 24% na zona urbana, ou seja, na vila do distrito.

Gráfico 1 - Percentual da população urbana e rural segundo os distritos do município de São Gabriel - 2015



Fonte: Elaborado por OLIVEIRA, E. F de, com base em SIAB (2015)

Pode-se atribuir a maior quantidade de habitantes no distrito de Gameleira do Jacaré, entre outros fatores, a posição geográfica da vila que se localiza no centro do território do município de São Gabriel, sendo com isso, mais fácil o acesso da população da parte norte do município de se deslocarem para a vila de Gameleira do Jacaré do que para a sede do município que se localiza no extremo sul do território. Já o distrito de Besouro, mesmo estando mais próximo da sede do

município é formado apenas por uma população de 2.557 habitantes, sendo que (47%) dos habitantes vivem na sede da Vila e (53%) residem na zona rural.

As relações (econômicas, de modo de vida, políticas e até mesmo ideológicas) da população do município com o campo ficam mais evidentes quando se analisa os povoados, pois, mesmo sendo comunidades rurais com pequeno contingente populacional, esses se configuram como espaços relevantes no tocante a participação da população total de habitantes e no número de famílias residentes.

A maioria dos pequenos aglomerados urbanos se encontra nessa situação e compreendem-se, os municípios com mais dificuldades financeiras, a exemplo de São Gabriel, com poucos recursos que possam suprir as demandas necessárias às mínimas atividades sociais e urbanas da população.

Assim, é importante destacar, que nos distritos que formam o espaço agrário do município de São Gabriel, há uma diversidade de situações que levam os agricultores familiares a buscarem formas alternativas para continuar vivendo e resistindo no campo. A falta de infraestrutura eficiente nas comunidades rurais é um fator de muita relevância na intensificação das relações entre este, e os centros urbanos mais próximos.

Com as constantes crises econômicas, advindas das quedas dos preços dos principais produtos agrícolas e da escassez e irregularidade das chuvas, ineficiência da maioria das políticas públicas e outros, a maior parte das receitas municipais advém da transferência de recursos do Estado e, sobretudo, da União através do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Com isso, podemos afirmar que São Gabriel se constitui como um município de pequeno porte, e que apresenta, de um lado, algumas transformações no campo, como a mecanização das técnicas de produção em algumas propriedades, resultado da modernização agrícola, com a presença do capital e das novas formas de organização da produção e comercialização, da emergência das atividades não agrícolas e da pluriatividade; e do outro, as mudanças na cidade ocorrem de forma mais lenta, pela própria base econômica do município e também pela dependência deste, em relação aos centros urbanos maiores, como Irecê que exerce uma função de centralidade no Território de Identidade.

Os agricultores familiares do município de São Gabriel vêm ao longo dos anos enfrentando sérios problemas para continuar vivendo e produzindo no campo. A intensificação das relações entre o campo e a cidade tem mostrado alternativas na

geração de renda para muitos agricultores familiares que vivem no campo, por meio do desenvolvimento de atividades não agrícolas.

A renda oriunda dos programas sociais do governo a exemplo da bolsa família, das aposentadorias rurais, mesmo sendo importantes para manutenção da família não é suficiente para sua reprodução social. Daí porque a prática da pluriatividade (que vem crescendo muito nas últimas décadas) pode ser considerada como uma estratégia de sobrevivência e resistência adotadas pelos agricultores familiares para enfrentar as crises que o campo vem passando, especialmente, no município de São Gabriel.

A relação campo-cidade está presente no espaço do município, pela presença da pluriatividade e da expansão das atividades não agrícolas. Pois a saída da população do campo em direção a cidade para buscar melhores condições de vida, por meio da prática de atividades agrícolas fora de suas propriedades, e não agrícolas na área urbana mais próxima, e sem haver o abandono da unidade familiar de produção no campo, estabelece, então, uma intensa relação campo-cidade.

A crescente demanda por produtos industrializados (máquinas agrícolas, equipamentos, insumos e agrotóxicos), e, serviços (construções de habitações no campo e atividades ligadas ao lazer), têm contribuído para a para intensificar as relações entre o campo e cidade. O movimento contrário também é percebido nessa relação, por meio da demanda por alimentos nos centros urbanos, pela absolvição da força de trabalho vindo do campo.

Na relação campo-cidade, a pluriatividade se constitui como uma forma de produção e organização socioespacial, se diferenciando das formas tradicionais de integração ao mercado, apenas por meio da venda e comercialização de produtos agrícolas.

O que observamos a respeito à importância da pluriatividade para o estreitamento das relações entre o campo e a cidade no município de São Gabriel, está fundamentado não só no comércio de mercadoria, mais também, na venda da força de trabalho dos agricultores familiares, que usa essa alternativa como uma das estratégias de sobrevivência e resistência para continuar vivendo no campo.

4 A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA

Para que possamos compreender melhor a dinâmica dos processos sociais, econômicos e políticos que têm ocorrido no campo é de fundamental importância entender que as relações e a produção do espaço agrário, em sua grande maioria, se transformaram e se dinamizaram por meio de relações socioprodutivas do modo capitalista de produção. Nas últimas décadas, à medida que se intensifica a industrialização e a urbanização expandem-se as relações capitalistas no campo, a agricultura, a pecuária, o extrativismo, agroindústria, artesanato rural e as atividades não agrícolas passaram a se organizar por meio da influência cada vez mais crescente do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção implicou em uma crescente mudança na estrutura produtiva do campo e que contribuiu ao processo de expropriação do agricultor familiar e de sua terra de trabalho, criando um ambiente socioespacial de péssimas condições de trabalho e renda, agravadas pelas constantes frustrações nas safras oriundas da agricultura familiar, decorrente da irregularidade das chuvas e da queda dos preços dos principais produtos agrícolas.

A falta de coerência da maioria das políticas públicas destinada ao campo, que privilegia a agricultura patronal, em detrimento da agricultura familiar, contribui consideravelmente para a manutenção das desigualdades no campo. Muitas dessas dificuldades são ocasionadas pelo forte papel que o Estado desempenha na agropecuária sob os preceitos do modo capitalista de produção, efetivadas pelo desenvolvimento de políticas territoriais e incentivos fiscais, que em sua grande maioria tem como objetivo, estimular o aumento da produção e de “setores competitivos da agricultura, principalmente daqueles voltados para a exportação, enquanto que aquelas culturas destinadas para a alimentação dos trabalhadores vão sendo abandonadas” (OLIVEIRA, 2002, p. 94).

Deste modo, este capítulo tem como objetivo analisar a produção do espaço agrário do município de São Gabriel, por meio da formação política, da dinâmica territorial e da evolução da estrutura fundiária, para que possamos exercer uma análise aprofundada das novas formas de ocupação e da mão de obra e das implicações da pluriatividade no contexto da agricultura familiar.

4.1 Evolução socioespacial e a dinâmica territorial

Ao analisarmos a produção do espaço e o processo de formação do território brasileiro notamos que se deu *a priori* de forma não muito organizada, no tocante a ocupação do espaço, e que este teve como base o rompimento de fronteiras estabelecidas por tratados e acordos. Segundo, Andrade (2000, p. 60), “partindo de uma análise apenas geográfica, é fácil admitir a existência de certa instabilidade entre fronteiras, até que elas se tornem permanentes”. Porém, essas fronteiras no passado avançaram e recuaram conforme o poder e a filosofia política dominante dos estados.

A colonização do Brasil apresentou-se de forma diferenciada dos demais países da América Latina, pois, levado por motivos econômicos, à defesa do território tornou-se prioridade para a metrópole, e com isso desenvolveu no território um sistema de produção voltado para o mercado exterior, de modo que “formou-se uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica e híbrida de índio e do negro na composição” (FREYRE, 2001, p.10), o que foi decisivo para a atual formação territorial e da população brasileira.

Diferentemente do litoral brasileiro - onde houve uma rápida concentração e expansão das atividades agropecuárias - a ocupação do sertão baiano, ocorreu lentamente, a partir do século XVII, motivada principalmente pela expectativa de descobrir pedras preciosas (ouro e diamante) e também impulsionada pela expansão da pecuária, através do rio São Francisco.

Barbosa (2000) argumenta que as prósperas lavouras canavieiras, praticadas nas terras úmidas do litoral direcionaram a pecuária, a produção de fumo, algodão e de alimentos para o interior, o qual penetrou no sertão pelo vale do rio São Francisco, a partir da Casa da Torre, propriedade dos Garcias D’ávila. Essa família recebeu da coroa portuguesa uma extensa área de terras no vale do rio São Francisco, que se transformaram em grandes fazendas de gado, que deram origem aos latifúndios e aos primeiros povoamentos urbanos.

No Território de Identidade de Irecê onde se localiza o município de São Gabriel o povoamento foi mais tardio, ocorrendo apenas no século XIX, através da descoberta do ouro a céu aberto na Serra do Assuruá em 1840, no atual município de Gentil do Ouro, que foi ocupado posteriormente pelas atividades de criação

extensiva e da lavoura de subsistência, após o esgotamento dos garimpos (CAR, 2002). Em vista disso, o povoamento de São Gabriel, só se processou no final do século XIX, após o esgotamento das lavras nas áreas próximas ao município.

A formação do território de São Gabriel se iniciou a partir da descoberta e ocupação das terras conhecidas como fazenda São Rafael, que fazia parte do município de Xique-Xique. Nesse espaço se localizava um olho d'água (nascente do riacho Baixão) denominado de São Gabriel, importante referência para o começo do povoamento do município em questão.

A fazenda São Rafael era de “propriedade de José de Alfredo Machado e de sua esposa Anna Joaquina Berta da Rocha Machado que a recebeu como forma de herança do coronel português Augusto Ernesto da Rocha Medrado” (PEREIRA; PEREIRA, 2013, p. 23). Em 1873, os proprietários trocaram essas terras, por um escravo conhecido como Domingos Cabra. A negociação foi feita com o senhor chamado José Pereira da Rocha que era morador da fazenda Canabrava do Gonçalo (atual município de Uibaí).

Nesse mesmo ano, foi celebrada a transferência da posse das terras, no Cartório de Registro de Terras da Bahia em Xique-Xique, onde foi oficializada a posse de três léguas de comprimento por duas de largura, que foram consideradas sobra de caatinga, em nome de José Pereira da Rocha, que passou a ser o proprietário legal das terras que corresponde o atual território de São Gabriel.

Parém a realidade da ocupação e posse desse território pode ser outra, pois alguns moradores mais antigos, netos dos fundadores da fazenda São Rafael, cogitam a possibilidade de que estas terras possivelmente foram griladas, pois a sesmarias a qual essas terras faziam parte era tão grande, que com o retorno dos donos para Portugal, não tinha como controlar a expansão da fronteira agropecuária que estava em crescimento naquele período em todo sertão baiano (MACHADO, 2004).

Assim, griladas ou ocupadas, as terras que hoje formam o município de São Gabriel, teve a sua ocupação populacional a partir de duas famílias de migrantes, os irmãos: Lourenço Rocha e Antônio Pereira da Rocha, filhos do proprietário das terras, que foram os primeiros a chegarem ao referidoterritório e são os responsáveis pelo início de sua ocupação.

São Gabriel permaneceu como fazenda ligada a município de Xique-Xique até 1926, ocasião em que passou a fazer parte do território de Irecê, que foi emancipado

nesse mesmo ano. Em 1921 foi construída a primeira Igreja, pelo pedreiro Benedito Siriema, auxiliado pelo seu filho Sirilo. Na sua inauguração foi celebrada a primeira missa pelo Padre Pedro. Também em 1921, a primeira escola foi construída para educar os jovens do povoado. A partir daí o território, foi gradativamente sendo povoado até a formação de um pequeno núcleo urbano.

Logo em seguida, chegaram migrantes de vários lugares do Nordeste e foi se formando um núcleo urbano mais denso, o número de habitantes aumentava rapidamente, e o povoado adquiria um aspecto de cidade. Porém, a falta de infraestrutura impedia o desenvolvimento, principalmente na zona rural, onde a falta de estradas dificultava o escoamento da produção agrícola.

Segundo Machado (2004, p. 27):

A economia da fazenda São Rafael começava a apresentar aspectos de um bairro rural baseava-se não apenas na pecuária extensiva, mais também em uma agricultura de subsistência, a qual era praticada a policultura, em locais cercados, onde se plantava o feijão, o milho, o algodão, a mandioca, a cana de açúcar e criava gado de corte, suínos e galinhas. Ali também existia uma indústria rudimentar como as casas de farinha e engenho de cana. As mulheres eram responsáveis por tecer às vestes dos maridos e dos filhos, bem como, as sacas para o armazenamento de alimentos e redes para os recém nascidos. O comércio dentro da fazenda era feito por meio de permuta e alguns itens como a carne de sol, rapadura, toucinho e farinha que também eram vendidos no mercado em Xique-Xique e com os ganhos dessas vendas, se adquiria ferramentas, louças e sal (MACHADO, 2004, p. 27).

De 1926 a 1985, o território de São Gabriel pertenceu ao município de Irecê, na condição de povoado. Em 1953, de povoado foi elevado a categoria de Vila, pois já se mostrava forte em alguns setores da economia, principalmente na agricultura, na pecuária e no comércio de cereais, foto3. Além disso, “Em muitos mandatos, elegeu vereadores para a câmara municipal de Irecê, tendo em algumas delas o vereador mais votado, por conta de algumas lideranças políticas que já se despontavam na época” (PEREIRA; PEREIRA, 2013, p. 117).

O desenvolvimento agrícola e o fortalecimento do poder político, foto 4, foram fatores decisivos para a emancipação política de São Gabriel, haja vista, que o rápido crescimento populacional, acompanhou o processo de intervenção do Estado, através de uma política agrícola voltada para a modernização da agricultura a partir da década de 1970, com o uso intensivo de insumos e de máquinas agrícolas. Assim, a vila e posteriormente o município de São Gabriel tiveram na agropecuária comercial a sua base econômica.

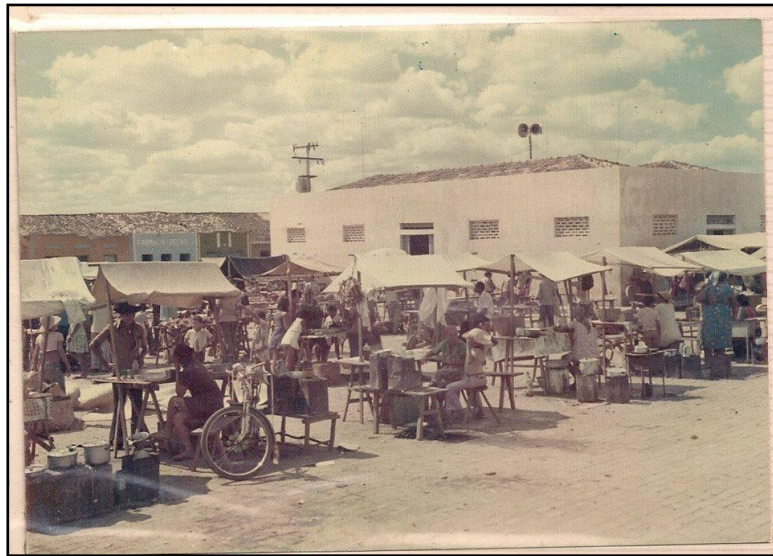


Foto 3 - São Gabriel - formação do núcleo urbano: Feira Livre na Praça Minervino José Vaz -1976. Fonte: Foto de arquivo do Estúdio Gama - 2012



Foto 4 - São Gabriel - Ato público a favor da emancipação política na Praça Largo da Pátria, atual praça da prefeitura - 1976. Fonte: Foto de arquivo do Estúdio Gama - 2012

A emancipação política do município de São Gabriel, só aconteceu em fevereiro de 1985, pela Lei Estadual n.º 4.407. Diário Oficial do Estado (BAHIA, 1985), estabelecendo a área territorial em 1.172 km², que posteriormente, passaria para 1.199,52 com a adesão de partes do território de Presidente Dutra e Central.

Com base nessas informações, observamos que as dinâmicas socioespaciais fundamentadas nos processos históricos, econômicos e de organização espacial, são os condicionantes para a atual configuração territorial do município em debate,

porém, outros fatores podem ser apontados como responsáveis pela produção do espaço agrário, a exemplo do:

Processo de ocupação, aliado às características naturais da região, como tipos de solo, proximidade com o Rio São Francisco e as estiagens, determinaram o fluxo migratório da população e a sua estruturação fundiária. A prevalência do poder econômico e político e os recursos a eles associados fizeram com que grande parte do processo de ocupação ocorresse a partir de grilagens, despejos violentos e aquisições fraudulentas (LASA; DELGADO, 2013, p. 80).

Até a década de 1970, a agricultura era desenvolvida em pequenas áreas e com sistemas produtivos diversificados, que predominaram formas tradicionais de produção e comercialização e com base nas relações não capitalistas de produção, por meio do trabalho familiar e comunitário. Para Luxemburgo (1985) o capitalismo vem ao mundo e se desenvolve historicamente em meio social não capitalista. A autora ainda acrescenta que:

Para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio constituído de formas não capitalistas de produção, Mas, não é qualquer forma aleatória que o satisfaz. Ele necessita de camadas sociais não capitalistas como mercado, para colocar sua mais valia; delas necessita como fonte de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial (LUXEMBURGO, 1985, p. 253).

A necessidade do capital de apropriar-se das relações não capitalistas de produção, por meio da subordinação do trabalhador familiar a lógica de comercialização e das políticas públicas de inserção no mercado, a exemplo do PAA, tem provocado transformações nas formas de trabalho na agricultura familiar, nos municípios onde a agropecuária é a principal atividade econômica. Dessa forma, notamos que em São Gabriel como o desenvolvimento da produção agropecuária, incentivada pelas ações governamentais, as formas tradicionais de se lidar com a terra baseadas nas relações não capitalistas, aos poucos e em sua maioria dão lugar à lógica capitalista de produção.

Os cultivos destinados ao consumo interno das famílias vão sendo substituídos por produtos de valor comercial, a exemplo do feijão, do milho e da mamona. Assim como, também são redirecionadas as relações comerciais entre os agricultores familiares, à medida que “quanto mais à produção agrícola se transforma em produção de mercadoria, menor é sua condição de conservador do nível de venda direta e permuta do produtor ao consumidor” (KAUTSKY, 1986, p.

20), pois quanto mais distantes e extensos se formam os mercados para a qual produz o agricultor familiar, mais difícil se torna para ele a venda direta de seus produtos ao consumidor.

As mudanças nas formas de produção e a substituição da policultura pela produção comercial de cereais, apesar de contribuir para a integração das várias partes do território do município, não foram suficientes para alcançar o desenvolvimento territorial e a prosperidade econômica, no que se refere à ocupação da mão de obra e de uma melhor distribuição de terras que permita ao agricultor familiar integrar a sua produção ao circuito comercial em sua totalidade.

Esses obstáculos têm proporcionado dificuldades na geração de renda por parte dos agricultores familiares, que usam com alternativa para superá-las a estratégia de dedicar uma parte de seu tempo de trabalho no desenvolvimento de atividades não agrícolas, como necessidade de sobrevivência e de somar ganhos aos produzidos com as atividades agrícolas.

Soma-se a esses problemas, o entendimento de que as práticas agrícolas se apresentaram como principal atividade econômica (praticada em sua maioria de forma rudimentar) e servem para a sustentação da economia local, também, provocaram sérias modificações no espaço, à medida que os desmatamentos e a utilização do solo há muito tempo acarretam problemas muitas vezes irreparáveis ao ambiente.

4.2 Estrutura fundiária e a produção do espaço agrário

A ocupação fundiária do município de São Gabriel foi intensificada por meio do estabelecimento das políticas de desenvolvimento territorial, que foram aplicadas no Território de Identidade de Irecê, a partir da década de 1970.

A ocupação das terras por lavouras de valor comercial e a disponibilidade de crédito agrícola oficial, dentre outras políticas, formam os principais condicionantes para a atual configuração territorial e fundiária do município em questão, pois, “as transformações na economia contribuíram ao longo dos anos para a integração seletiva do Estado, mesmo que de forma periférica, ao circuito de reprodução do

capital no Brasil, o que passou a ter forte rebatimento em pontos específicos do espaço baiano” (SANTOS J, 2009, p. 46).

Os rebatimentos a qual se refere Santos (2009) podem ser observados no modelo adotado pelo Estado, no projeto de desenvolvimento da agricultura no Território de Identidade de Irecê e conseqüentemente no município de São Gabriel. A estrutura fundiária concentrada, a relação do capital com a apropriação da terra são reflexos desse modelo.

Para Germani (2006, p. 142) a questão agrária brasileira “gerou e consolidou uma estrutura de propriedade das mais concentradas do mundo e, o pior, uma imensidão de terras sem uso algum”. E por outro lado, contraditoriamente, uma grande quantidade de agricultores sem trabalho e sem terras para trabalhar.

Os reflexos do contexto de desigualdades sociais e econômicas no campo são materializados no espaço agrário do município de São Gabriel, que vai desde concentração fundiária até a mínima mobilidade da terra, que permanece quase que estática desde o período de sua formação.

Assim, ao analisarmos a estrutura fundiária do município de São Gabriel é importante saber que atualmente existem várias formas de avaliar a concentração fundiária dos municípios brasileiros. Essas formas de avaliação são em sua grande maioria complementares, a exemplo das classificações do INCRA, do IBGE e a da que leva em consideração do Índice Gini.

Segundo Szmrecsányi, (1996, p.84) ao escolher qualquer uma dessas classificações de estrutura fundiária é necessário “trabalhar com um esquema de análise territorialmente diferenciado, no âmbito de cada um dos Territórios de Identidade, e, é preciso distinguir entre pequenos e grandes estabelecimentos, registrando as contradições e as relações que existem entre eles”. Os resultados vão depender do Território e das características econômicas, políticas e sociais de cada município analisado.

Com base no Estatuto das Terras (Lei nº 4.505/1964) os imóveis rurais podem ser classificados em: minifúndio, pequena, média e grande propriedades ou latifúndios. Os critérios levados em consideração para o cálculo do tamanho dos estabelecimentos rurais são realizados através do conceito de módulo fiscal.

Esse critério varia de um município para outro, pois o tamanho do módulo é estabelecido de acordo com as especificidades territoriais de cada um. Deste modo, as propriedades que contém menos de 1 módulo fiscal são classificadas como

minifúndio, entre 1 e 4 módulos fiscais são consideradas pequenas. E, entre 5 e 15 módulos fiscais são apontadas como médias propriedades. Já as propriedades que possuem mais de 15 módulos fiscais são consideradas grandes propriedades ou latifúndios (OLIVEIRA; STÉDILE, 2004).

Levando em consideração a classificação apresentada acima, e nos dados da tabela 5, o município de São Gabriel encontra-se com uma estrutura fundiária centrada na pequena propriedade, no que se refere ao número de estabelecimentos rurais, apresentando 63,79% dos estabelecimentos rurais com até 10 hectares, destes, há uma presença marcante dos minifúndios.

Tabela 5 - Estrutura fundiária do município de São Gabriel - 2013

Grupo de Área	Est.(Qt) ²	Área (ha) - MF ¹ : 65ha
Menos de 1 ha	197	134
1 a menos de 10 ha	1.808	8.304
10 a menos de 50 ha	822	19.499
50 a menos de 200 ha	270	14.873
200 a menos de 500 ha	30	8.761
500 a menos de 1000 ha	10	6.677
1000 a menos de 2500 ha	06	6.970
Total	3.143	65.618

1. Módulo Fiscal - 2. Est.(Qt) - Quantidade de Estabelecimentos

Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F de. Com base nas informações do IBGE - 2014

Já os estabelecimentos rurais que possuem de 10 a 1000 hectares, respondem por 36,01% das propriedades. Enquanto que, as áreas com mais de 1000 hectares representam apenas, 0,20% dos estabelecimentos rurais no município de São Gabriel.

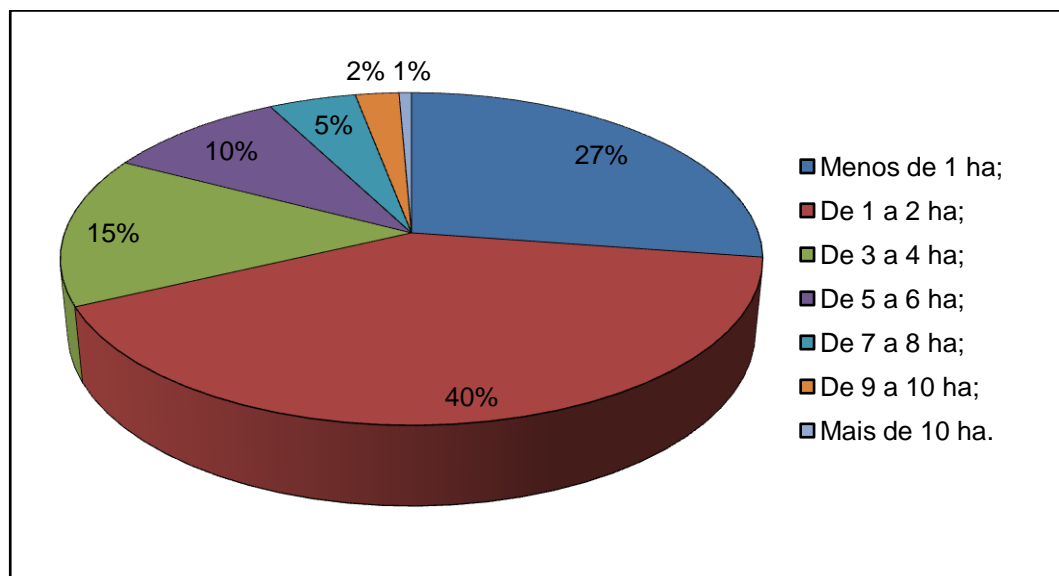
Contraditoriamente, quando se analisa a área ocupada pela pequena propriedade, observamos que estes estabelecimentos rurais, representam somente 10,62% da área rural do município. São nas pequenas propriedades onde trabalham e vivem a grande maioria dos agricultores familiares.

Os estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares respondem por 11,94% da área rural do município, demonstrando que não é relevante o número de latifúndios do espaço agrário de São Gabriel, já que os estabelecimentos rurais que estão entre 10 a 1000 hectares, abrangem a grande maioria das terras municipais, com 77,44% da área rural.

A predominância de estabelecimentos com menos de 10 hectares aponta para uma presença considerável dos minifúndios entre os estabelecimentos rurais do referido município. Essa constatação fica mais evidente quando analisamos o tamanho das propriedades rurais dos agricultores familiares questionados na pesquisa de campo.

Os resultados destes questionamentos estão expressos no gráfico 2, e, mostram que apenas 1% dos estabelecimentos rurais possui mais de 10 hectares. Enquanto que a faixa de 1 a 2 hectares, responde por 40% dos estabelecimentos rurais, seguidos pelos extratos: menos de 1 hectare, com 27%, de 3 a 4 hectares, com 15%, de 5 a 6 hectares, com 10%, de 7 a 8 hectares, com 5% e de 9 a 10 hectares, com 2% dos estabelecimentos rurais.

Gráfico 2 - Dimensão dos estabelecimentos rurais dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015



Fonte: OLIVEIRA. E. F, com base na pesquisa de campo - 2015

A predominância dos minifúndios e das pequenas propriedades pode ser explicada pelo grande número de estabelecimentos rurais onde predominam o trabalho familiar. Segundo dados da SMASG, da EBDA e da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura - SEAGRI (2014) o município de São Gabriel possui 2.975 agricultores familiares.

As terras destes agricultores em sua grande maioria, 88% são adquiridas por meio de títulos de heranças dos pais, o que evidencia a divisão das terras entre os

filhos, contribuindo da divisão das propriedades e conseqüentemente, para o grande número de minifúndios.

O papel das terras advindas de heranças na configuração do tamanho e da quantidade dos estabelecimentos rurais é comprovado na fala do agricultor familiar, A. da Silva Sobrinho do povoado de Lagoa Nova, questionado na pesquisa de campo.

Meu pai teve oito filhos, com muito trabalho ele conseguiu adquirir uma propriedade de 64 hectares. Quando ele faleceu em 1997, dividimos a terra, e toucou a metade para minha mãe, 32 hectares e cada filho ficaram com 4 hectares, então a terra ficou cada vez mais dividida. Isso não aconteceu só com a gente, ocorreu o mesmo com a maioria dos nossos vizinhos (SILVA SOBRINHO, 2015).

Para Santos J (2012) as comparações entre o tamanho das propriedades rurais e a quantidade de área ocupada por elas, são importantes, no sentido de compreender a dinâmica da pequena propriedade na área de estudo, e ainda argumenta que:

[...] a fragmentação da propriedade entre membros da família a título de herança, e a venda parcial da terra na tentativa de buscar recursos para possíveis investimentos na propriedade, ou até mesmo garantir a alimentação da família com o dinheiro da venda, são elementos que estão contribuindo para aumentar o número de pequenos estabelecimentos, mas também para reduzir a área média em ha ocupada por cada estabelecimento desse grupo de área (SANTOS J, 2012, p. 58).

Assim, podemos inferir que as propriedades com menos de 10 hectares são predominantes na estrutura fundiária do município de São Gabriel e que essas áreas são ocupadas em sua grande maioria pelos agricultores familiares. Esses agricultores por sua vez, respondem pela produção de alimentos para o consumo interno da população.

A agricultura familiar se constitui em um setor relevante para a economia do município, de modo que necessita ser repensada e melhor estruturada para possibilitar a prosperidade das famílias que dela dependem para sobreviver.

Entretanto, apesar da predominância dos minifúndios e da pequena propriedade, contraditoriamente, as políticas públicas destinadas à agropecuária e o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado ao longo dos anos, privilegiou os grandes proprietários de terras, por meio da utilização do crédito agrícola oficial,

beneficiando os grandes produtores em detrimento ao agricultor familiar, que em termos de quantidade de estabelecimentos rurais representam pela maioria.

A concentração de terras apontadas pela análise do módulo fiscal e a discrepância entre as áreas ocupadas pelos médios e grandes produtores e as destinadas a produção na agricultura familiar, também é observada quando é estabelecido como medidor da concentração fundiária o Índice de Gini.

O índice de Gini (valor que varia de zero a um) demonstra o grau de concentração fundiária de uma dada área, onde o valor zero indica uma distribuição equilibrada das terras, enquanto que, sua aproximação com a unidade (um) demonstra um grau elevado de concentração na estrutura fundiária.

Segundo dados do IBGE, por meio dos levantamentos feitos no Censo Agropecuário de 2006, o município de São Gabriel, está inserido numa realidade de Índice de Gini de 0,72, acompanhando a tendência apresentada pelo Estado da Bahia que possui índice de 0,84. Portanto, segundo essa classificação o município possui uma concentração fundiária que vai de forte a muito forte.

Assim, os dados analisados indicam uma manutenção da concentração da posse das terras quando se avalia a estrutura fundiária do município de São Gabriel, não havendo grandes alterações desde formação do espaço agrário até os dias atuais.

A compreensão das informações reveladas na pesquisa de campo e no contexto histórico nos permite afirmar que a estrutura fundiária do município em análise, é produto e condição das estruturas de poder e das ações do Estado que se estabelecem nesse espaço, desde o período da modernização conservadora da agricultura na década de 1970.

Os principais meios de produção, e conseqüentemente de poder, estão concentrados nas mãos da elite local (empresários e latifundiários) em detrimento da grande maioria da população, acima de tudo, dos agricultores familiares. Portanto, a concentração fundiária presente no município em debate, comprova que o domínio dos meios de produção no espaço agrário não se modificou de forma significativa ao longo do tempo.

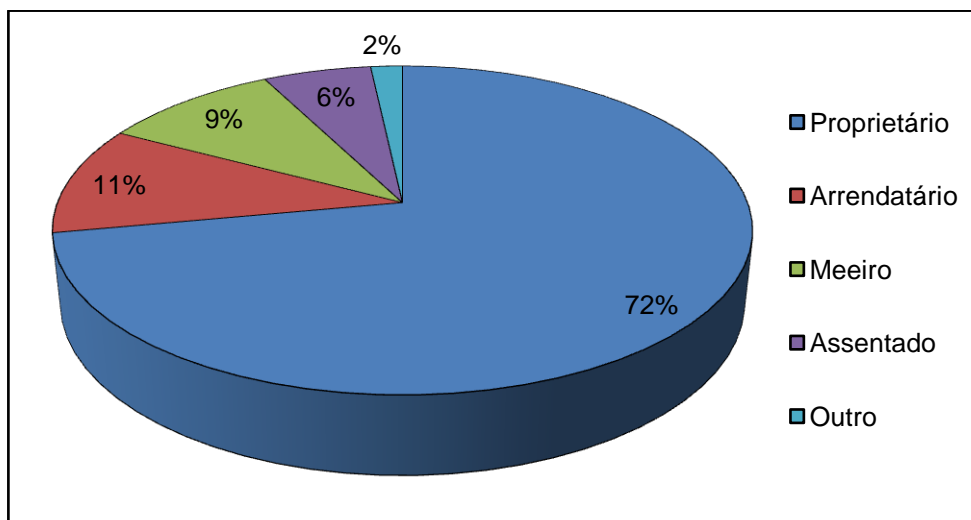
Para Santos J (2007, p. 84) em seus estudos referentes à estrutura fundiária “as relações que norteiam a posse da terra permaneceram estáticas no que diz respeito ao aumento da área ocupada pelos pequenos estabelecimentos com base produtiva familiar”. Essa situação representa uma continuação desigual na posse da

terra, da sua ocupação e distribuição o que contribui para agravar os problemas relacionados à questão agrária em São Gabriel, como também, na maioria dos municípios baianos.

Mesmo com as contradições na distribuição de terras, os agricultores familiares de São Gabriel, resistem em continuar vivendo e produzindo no campo. Essa afirmação é ratificada pelos dados do gráfico 3, que se refere à condição do agricultor em relação à posse da terra. Observamos que a maioria dos agricultores familiares questionados na pesquisa de campo são proprietários das terras que trabalham.

As terras cujo chefe da família é proprietário representam 72% das propriedades rurais onde há o trabalho familiar. Esse dado é relevante na medida em que aponta que os agricultores familiares em sua maioria são detentores do principal meio de produção no campo, a terra.

Gráfico 3 - Condição do agricultor em relação ao uso da terra na agricultura familiar no município de São Gabriel - 2015



Fonte: OLIVEIRA. E. F, com base na pesquisa de campo - 2015

Martins (1981) ao analisar a posse da terra na estrutura fundiária brasileira, destaca a importância da propriedade da terra para os agricultores e adverte que a propriedade privada da terra “não pode ser confundida com o capital, não pode ser analisada em suas consequências sociais, econômicas e políticas como se fosse capital igual àquele representado pelos outros meios de produção” (MARTINS, 1981, p. 160).

O capitalismo em seu processo de expansão se apodera dos meios de produção para continuar se reproduzindo, muitas vezes isso é perpetuado, “comprando a terra, para explorar e vender, ou subordinando a produção de tipo familiar, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra” (MARTINS, 1981, p. 177).

Assim, a posse da terra é essencial para que os agricultores familiares de São Gabriel continuem trabalhando e vivendo no campo, pois em muitos territórios nem mesmo a posse de suas terras, os agricultores familiares conseguiram preservar. Por outro lado, são menos marcantes as outras formas de ocupação de terras, pois apenas 11% das propriedades rurais são utilizadas por arrendatários.

O sistema de arrendamento funciona de duas formas: a primeira e mais comum entre os agricultores familiares do referido município - o dono da terra arrenda para o agricultor familiar sua propriedade, que em troca da sua utilização paga uma quantia em dinheiro; e na segunda - ao invés do dinheiro, o dono da terra da terra recebe do arrendatário uma parte da produção, que pode variar entre 10 a 20 % pelo uso da terra.

O baixo índice de arrendamentos de terras na agricultura familiar é explicado pela organização do trabalho familiar que é condicionada a minifúndios “[...] com vínculos culturais e afetivos marcantes entre trabalhadores e destes com a terra. Conseqüentemente, os arrendamentos ocorrerão na proporção da capacidade de trabalhar efetivamente novas terras” (CASTRO, 2013, p. 25).

Os meeiros respondem por apenas 9% da condição do agricultor em relação à posse das terras e a tendência é diminuir ainda mais nos próximos anos, dentre outros fatores, a baixa produtividade que faz com que os ganhos com a produção agrícola (ainda divididos pela metade) não sejam suficientes para a sobrevivência da família. Por sua vez, os assentados representam por 6% dos agricultores familiares questionados e são formados por agricultores assentados em um dos sete unidades de reforma agrária localizados no município.

Dentre os agricultores familiares que se autodenominaram de assentados, a maioria não possuem o título de posse da terra, pois, os agricultores que receberam as terras no período da implantação dos assentamentos, venderam seus lotes a terceiros, sem passar legalmente os documentos da terra, como relata o agricultor familiar, O. S. Misquita do assentamento de reforma agrária de Novos Bandeirantes

no Distrito de Gameleira do Jacaré. “[...] Eu trabalho e moro aqui há dois anos, comprei meu lote na mão de seu Tavares, que comprou do agricultor que recebeu as terras do governo. [...] comprei barato porque são terras que ninguém sabe se tem documentos [...]” (MISQUITA, 2015).

Os projetos de reforma agrária presente no município em debate se constituem como uma das poucas tentativas empreendidas pelo governo para diminuir a concentração fundiária, e melhorar a distribuição de terras as pessoas que não a possuem e dela necessitam para sua sobrevivência.

Assim, foram criados os assentamentos de reforma agrária em algumas comunidades rurais do município, tabela 6. Às áreas dos 7 assentamentos de reforma agrária, representam somente uma pequena parcela da área total do município. As quase 6 mil hectares pertencentes aos assentamentos, correspondem por apenas 8% das 65.618 hectares de terras que formam o território do município de São Gabriel.

Tabela 6 - Assentamentos de reforma agrária no município de São Gabriel - 2015

Assentamentos de Reforma Agrária	Área Ocupada/ha	%	Nº de famílias assentadas	%
Fazenda Jaguaraci	695,70	12	17	10
Fazenda Sacrifício	991,39	17	17	10
Fazenda Mangaratiba	1.343,78	23	43	24
Novos Bandeirantes	837,43	14	30	17
Fazenda Paraíso	457,07	08	23	13
Fazenda Espanada	676,66	12	28	16
Tábua do Moinho	787,36	14	17	10
Total	5.789,34	100	175	100

Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F de. Com base nas informações do IBGE - 2010

Todos os assentamentos implantados no município em análise foram criados no ano de 1998. Dentre outros, o objetivo do governo com a criação dos assentamentos de reforma agrária, era proporcionar um maior dinamismo econômico e social, promovendo a prosperidade e autossuficiência das comunidades atendidas.

As famílias que foram beneficiadas, além dos lotes de terras, também receberam do governo materiais e apoio para a construção de casas e instalações, recursos para a compra de animais (caprinos, suínos, ovinos e bovinos), foram abertos poços artesianos para abastecimento de água. “Foram distribuídos nos

assentamentos, kit de irrigação, construíram escolas, galpões, instalaram sistema de energia solar e depois elétrica” (PEREIRA; PEREIRA, 2013, p. 232).

Porém, esqueceram-se do essencial, assistência técnica e apoio à produção e comercialização, fazendo com que quase todos esses projetos de assentamentos fossem precarizados, obrigando muitos dos agricultores a venderem seus lotes e ir procurar uma atividade fora da agricultura para poder sustentar a sua família.

Além das formas de posse da terra descritas acima, outras aparecerem em menor proporção na agricultura familiar em São Gabriel, como por exemplo, parceiros e poceiros, que juntos representam somente 2% das propriedades rurais pertencentes aos agricultores familiares.

A concentração na posse de grande parte das terras, as constantes perdas da produção, a instabilidade de preços dos principais produtos agropecuários são algumas das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares em São Gabriel.

A situação ainda é agravada pela falta de incentivos governamentais, a exemplo do crédito agrícola que diminuiu muito no final da década de 1990, recuperando um pouco na década de 2010 com os programas: PRONAF, Brasil Solidário, Quintais Produtivos e com o Garantia Safra. Porém esses incentivos ainda não são suficientes para a manutenção e diversificação efetiva da produção dos agricultores familiares.

Muitos dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares são frutos da desorganização dos próprios agricultores, da falta de um sindicato mais atuante e do desaparecimento de órgãos do governo, responsável pela assistência técnica e apoio ao agricultor familiar que tem se mostrado insuficiente para atender as demandas dos referidos agricultores.

Sendo assim, é possível inferir que a produção do espaço agrário no município de São Gabriel é um reflexo dos interesses que nortearam o processo de ocupação do espaço, “pois a acumulação e o destino do capital empregado pelo governo passam, necessariamente, por algum aspecto, no bojo de seus interesses” (RUBELO, 2004, p. 109). As consequências da efetivação dos interesses do Estado foram materializadas na formação da estrutura fundiária que se processou de forma desigual, interferindo decisivamente na organização socioespacial e nas estruturas produtivas no município de São Gabriel, especialmente, na agricultura familiar que se apresenta como o seguimento mais marginalizado do campo em relação a agricultura patronal.

4.3 Organização socioespacial e as estruturas produtivas

A organização do espaço agrário do município de São Gabriel e a produção, com base na agropecuária passaram por um período de intensas transformações socioprodutivas, reflexos das ações dos governos: Federal e Estadual que redirecionam a base produtiva no Território de Identidade de Irecê, substituindo a policultura de gêneros alimentícios pela produção comercial de grãos (milho, mamona e feijão) e a criação de gado bovino, caprino e ovino, financiados pelo crédito agrícola oficial.

Os incentivos e metodologias produtivas, forçadas nas dinâmicas do mercado provocaram uma acelerada ocupação da terra para produção agropecuária, principalmente, a agricultura de feijão e milho, acarretando em uma grande devastação da mata nativa e da degradação dos solos, causados pela compactação e exposição ao sol e a chuva devido à retirada da cobertura vegetal que o protegia.

A adoção de práticas agrícolas associadas ao uso de técnicas modernas não atingiram todos os lugares da mesma forma e intensidade. A modernização ocorreu de maneira parcial, no sentido de atingir alguns produtos, em alguns territórios, beneficiando alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo (GRAZIANO DA SILVA, 2002). No município de São Gabriel a modernização da agricultura foi em partes à responsável pelos problemas sociais e ambientais presentes no espaço agrário e pela ocupação e uso da terra.

Num estudo realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (2000), foram identificadas as diversas modalidades de ocupação da terra no município em análise, permitindo as utilizações diferenciadas do solo, e, evidenciando também o uso mais intenso nas áreas de solos e relevos mais favoráveis. Assim, foram identificadas cinco categorias de ocupação e uso da terra, incorporado ao processo produtivo:

1. Culturas temporárias;
2. Culturas temporárias com pastagens e/ou vegetação natural;
3. Pastagens extensivas com culturas temporárias/vegetação natural;
4. Caatinga arbórea e/ou arbustiva como ocorrência de pastagens;
5. Contato caatinga arbórea e arbustiva/floresta caducifoliada.

Nas culturas temporárias podemos destacar a produção de feijão, milho e mamona, embora incorporem também outras culturas a exemplo do fumo, sisal, pinha, ou mesmo pequenas áreas de bacias, com cultivos de manga e banana, entre outras culturas.

As culturas temporárias com pastagens e/ou vegetação natural presentes no referido município, são compostas pela predominância dos cultivos temporários associados às pastagens incorporadas a pequenas manchas de caatinga. Acompanhado as áreas de bacias se localiza os solos com as características mais favoráveis a agricultura de sequeiro, mais intensiva e de maior produtividade.

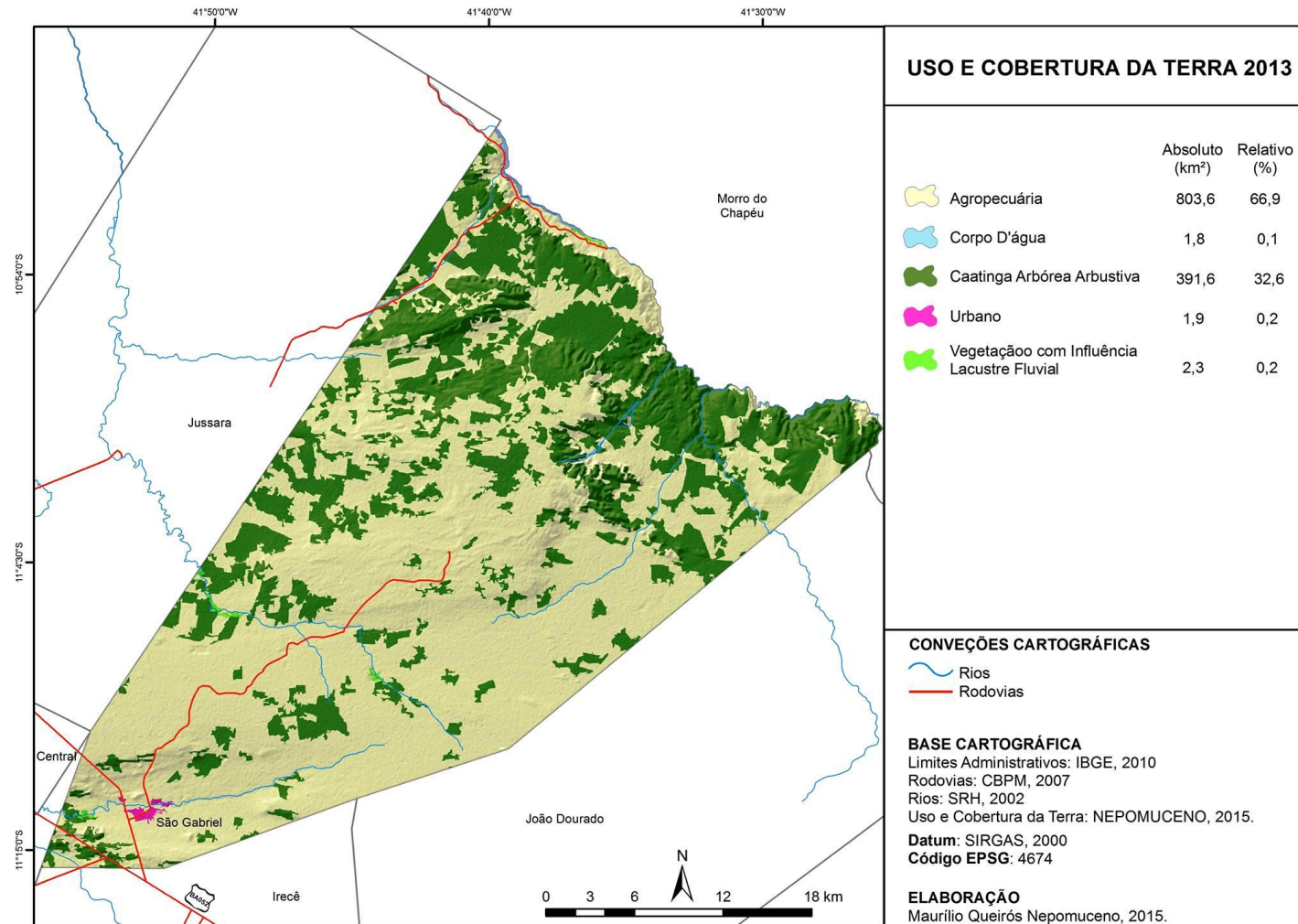
A área com predominância de pastagens extensivas está associada em menor produção, às culturas de subsistência e a vegetação natural. Essa categoria representa um pouco mais de 60% da superfície municipal, mapa 5. A incorporação de áreas ao processo produtivo é menos intensa nas áreas onde as condições dos solos e do relevo exigem um alto investimento de infraestrutura para a diversificação e a adoção da prática da irrigação.

No que se refere ao uso mais intensivo da cobertura da terra, podemos observar que a agricultura provocou ao longo dos anos sérios impactos a vegetação original. Segundo Machado (2004, p. 37) “até o final da década de 1980, a devastação da caatinga já atingia índices locais alarmantes, contribuindo para uma devastação ambiental assustadora”. Deste modo, às práticas agropecuárias, foram fundamentais na formação e manutenção do uso da terra no município de São Gabriel. As áreas mais escuras no mapa representam as matas de caatinga arbórea arbustiva⁷, que ainda não foram ocupadas por cultivos agrícolas. Essa ocupação, dentre outros danos, provocaram o assoreamento dos rios existentes no município.

As áreas com cobertura de matas ciliares atualmente respondem apenas por 0,2%, devido ao intenso desmatamento nas margens do riacho Baixão que corta a sede do município e mais recentemente no rio Jacaré e Vereda do Romão Gramacho no extremo norte do município, transformando esses cursos de água que antes eram permanentes, em rios intermitentes.

⁷Essa variedade de caatinga apresenta uma forte presença de arbustos com galhos retorcidos e com raízes profundas; os arbustos costumam perder, quase que totalmente, as folhas em épocas de seca (propriedade usada para evitar a perda de água por evaporação) e as folhas deste tipo de vegetação são de tamanho pequeno (BARBOSA, 2000, p. 95).

Mapa 5 - Uso e cobertura da terra no município de São Gabriel - 2013



Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Com base de dados (IBGE) - 2010

As demais áreas praticamente já foram desmatadas para a implantação de algum tipo de atividade produtiva, geralmente com a predominância de cultivos de sequeiro, a exemplo do milho e da mamona. Esses produtos agrícolas que são cultivados em sua maioria através do sistema de cultivo consorciado⁸ e da criação de animais, ovinos, caprinos e bovinos.

As áreas incorporadas ao processo produtivo correspondem às terras onde a exploração se deu de forma mais intensiva e estão concentradas nas áreas de solos mais férteis a exemplo dos eutróficos, principalmente, cambissolos que estão situados próximos a perímetro urbano da sede do município.

As áreas mais claras no mapa são ocupadas pelas plantações e pastagens que corresponde à maioria das terras, cujo desmatamento ao logo dos anos foi mais intenso. Os solos em situação de desmatamento por estar muito tempo exposto ao sol e a chuva não conservaram a fertilidade e necessitam de adubos para continuarem produzindo. Não por acaso nessas áreas podemos verificar o maior número de agricultores familiares que utilizam algum tipo de agrotóxico, fertilizante químico ou herbicida agrícola.

Assim, a análise da estrutura fundiária e da cobertura da terra é essencial para a compreensão das contradições que se estabelecem na produção do espaço agrário e ajudam a entender as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do campo. No final da década de 1970, a intervenção governamental redirecionou a base produtiva. A distribuição dos estabelecimentos e a ocupação atual das terras são consequências deste modelo de exploração.

Para Santos J (2012) a modernização da agricultura é baseada na lógica da exploração da renda no contexto de globalização. Para o autor.

É essa lógica de modernização, apoiada na capacidade do modo capitalista de produção de se adaptar, sobretudo por meio das crises, aos mais diferentes momentos históricos, que busca criar uma base técnica que proporciona ao sistema a racionalidade necessária à acumulação e reprodução do capital (SANTOS J, 2012, p. 130).

Com isso, foi no contexto da expansão capitalista no campo, que o Território de Identidade de Irecê e o município de São Gabriel foram inseridos no processo de modernização da agricultura. Deste modo, podemos apontar que a estrutura

⁸O sistema de cultivo consorciado constitui-se no cultivo simultâneo de duas ou mais espécies em uma mesma área de terra, por um período comum (ANDRADE, 2005).

fundiária do município foi condicionada aos fatores históricos de ocupação e das atividades produtivas que foram desenvolvidas em seu espaço agrário.

Houve uma mudança na estrutura produtiva que era baseado no cultivo de lavouras de subsistência como o milho, o feijão e legumes, e passa a ser implantado por meio do uso de tecnologias a exemplo do trator, o cultivo de produtos de maior valor comercial.

O intenso aproveitamento da terra, gerado pela preocupação de produzir mais alimentos estimularam o desenvolvimento de alguns nichos de irrigação, que utilizam as melhores terras e dispõem de uma boa quantidade de água do subsolo, provocando uma desigual produção no espaço agrário.

4.4 Aspectos socioeconômicos da produção agropecuária

A agropecuária é a atividade econômica de maior expressão no município de São Gabriel e está distribuída em quase todo o território. As lavouras temporárias de milho e mamona são atualmente as mais importantes e ao longo dos últimos anos, junto com as de feijão que diminui a cada ano, respondem pela maior parte das terras cultivadas. A pecuária, embora importante e concentrada em determinadas áreas do território municipal, não se caracteriza como uma atividade expressiva se comparada com a agricultura, ocupando uma superfície menor.

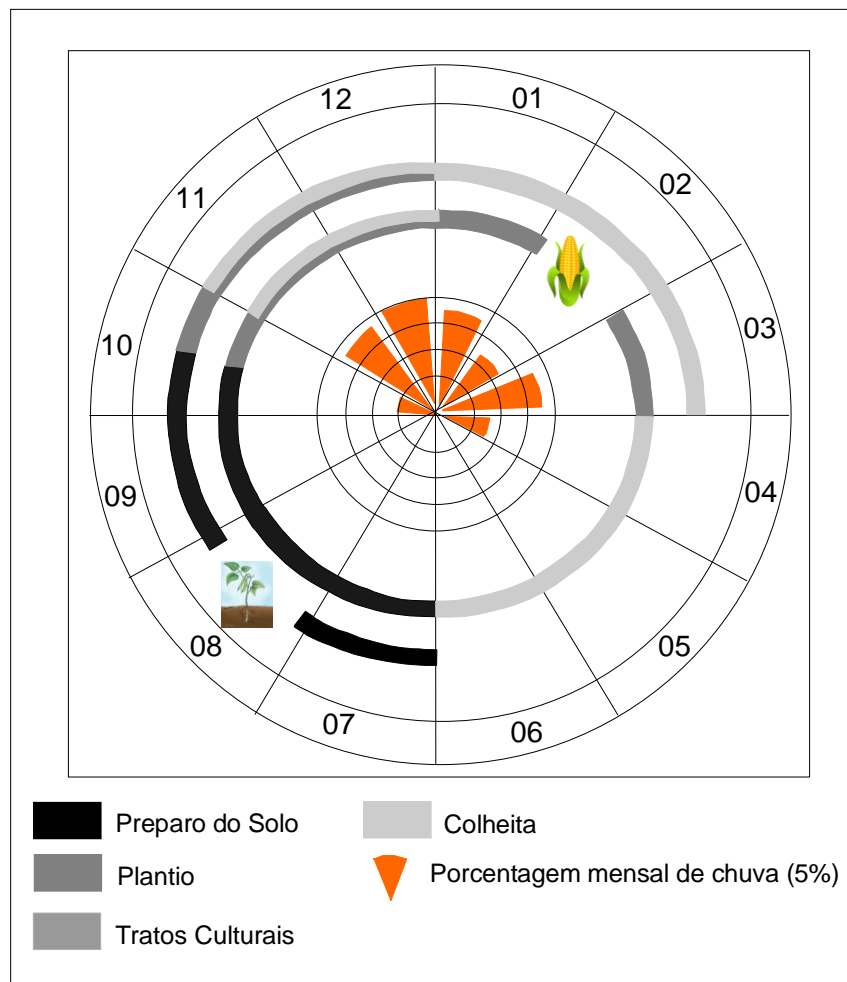
A exploração das culturas agrícolas de sequeiro depende em parte, das condições naturais, como o uso do solo e o clima, e, estão sujeitas às variações das precipitações anuais. Ayoade (2006) em seus estudos sobre a importância das condições climáticas para a prosperidade das atividades agrícolas, diz que:

[...] apesar dos recentes avanços tecnológicos e científicos, o clima mesmo não sendo a única, ainda é uma variável muito importante para a produção agrícola, afetando a adequação dos suprimentos alimentícios através dos imprevistos climáticos para as lavouras e do controle exercido pelo clima sobre o tipo de agricultura praticável, ou viável, numa determinada região (AYOADE, 2006, p. 124)

Nas áreas onde ocorrem as melhores colheitas, a produção e a produtividade são alcançadas graças, entre outros fatores, à regularidade na distribuição das chuvas, pois a maioria dos cultivos é formada por plantações de sequeiro. De modo

geral, o semiárido baiano apresenta precipitações concentradas em curto período de tempo, estando à maior parte do ano exposto à forte insolação e elevado déficit hídrico. Assim, “qualquer alteração poderá causar o surgimento ou a intensificação de uma dinâmica que pode trazer diversos transtornos à população e as atividades econômicas tradicionais, além dos impactos no ambiente” (LUCENA, 2012, p. 35).

Segundo Barbosa (2000) a distribuição mensal das precipitações durante o ano, acompanha uma estreita relação com o calendário agrícola, figura 1, pois, esse funciona como regulador da produção na agricultura, principalmente de sequeiro. No município de São Gabriel as chuvas ocorrem mais intensamente na primavera e verão (outubro, novembro a abril) com o mês mais chuvoso em dezembro. As plantações de sequeiro (feijão e milho) são as que necessitam desse tipo de regime de chuvas e a sua ausência pode provocar perdas da produção.



Fonte: Adaptado de BARBOSA (2000). Organizado por: OLIVEIRA, E. F. (2015)

Figura 1 - O calendário agrícola do município de São Gabriel - 2010

A quantidade e distribuição das chuvas interferem no crescimento dos cultivos. A estação chuvosa é bastante reduzida e obriga os agricultores familiares a optarem por culturas de ciclo curto, logo que:

É notável uma mudança no período das chuvas na última década. Os agricultores costumavam realizar seus plantios já nos meses de outubro e novembro com a chegada das primeiras chuvas, colhendo seus produtos entre janeiro e fevereiro. Ato que não vem mais acontecendo com frequência, já que é perceptível uma maior irregularidade do período chuvoso, que oscila a cada ano, apresentando uma sazonalidade entre os meses de outubro a abril (CUNHA, 2012, p. 01).

Os agricultores familiares são os que têm mais dificuldades de se adaptarem às inconstâncias dos períodos de chuvas, pois são os mais atingidos pelas consequências dos projetos agrícolas mal executados, que privilegiaram os grandes produtores de cultivos para fins comerciais.

O preparo do solo para a maioria das culturas ocorre no período onde a chuvas são escassas, de julho a outubro. O plantio se dá nos meses chuvosos, seguindo-se os tratos culturais, durante a fase de crescimento dos cultivos. A colheita é direcionada para cada cultura, dependendo de seu período de desenvolvimento.

O feijão é de aproximadamente três meses, já o milho é de quatro meses. Esses limites podem sofrer variações dependendo da época de plantio, da variedade da planta, e das condições de tempo durante o desenvolvimento dos cultivos (BARBOSA, 2000). Esses dois cultivos são os mais atingidos pela irregularidade das chuvas, fotos 5 e 6.



Foto 5- Principais cultivos afetados pela irregularidade das chuvas, plantação de milho no povoado de Baraúna município de São Gabriel. Fonte: OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Jul. 2015



Foto 6 - Principais cultivos afetados pela irregularidade das chuvas, plantação de feijão de corda no povoado de Lagoa Nova município de São Gabriel. Fonte: OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Jul. 2015

As limitações das condições climáticas e produtivas que ocorrem constantemente no município e a falta de planejamento na efetivação de políticas públicas, de assistência técnica e de diversificação das atividades, fazem com que as principais culturas de sequeiro, principalmente, as plantações de milho e de feijão, sejam as mais atingidas e as que mais sofram quedas na produtividade.

Ao contrário do feijão e do milho a cultura da mamona tem um período maior entre o plantio e a colheita, além de se adaptar melhor a ambientes secos, e com isso, está menos sujeita aos impactos da irregularidade das chuvas.

Para aproveitar as vantagens da plantação de mamona, os agricultores familiares aumentam a suas áreas com esse tipo de cultivo, que geralmente é acompanhada de forma consorciada com outras culturas, a exemplo do feijão e do milho ou consorciadas com ambas.

Além da maior resistência a períodos de escassez de chuvas, outros fatores são apontados por Santos J (2012) para o crescimento do cultivo e da produção da mamona no Território de Identidade de Irecê e conseqüentemente no município de São Gabriel.

Novas territorialidades se sustentam em uma engenhosa estratégia de se apropriar da renda da terra, por meio da monopolização do território, pois os agricultores estão sendo incentivados a concentrar esforços na produção familiar das lavouras de mamona [...]. A produção de mamona tem se constituindo no Território por diversas estratégias, o que perpassa pela orientação técnica, pela forma como o mercado está sendo organizado, pelos juros do crédito agrícola e por diversas outras formas [...] (SANTOS J, 2012, p. 194).

Com isso, o aumento da produção de mamona no município de São Gabriel fica mais evidente quando analisamos os principais produtos agrícolas cultivados, tabela 7.

Tabela 7 - Produção de feijão, milho e mamona no município de São Gabriel - 1996/2007/2012

Produtos Agrícolas (Triconsórcio)	Área plantada (hectare)	Área colhida (hectare)	Produção (Toneladas)	Rendimento Médio (Kg/hectare)	Valor em Mil Reais (R\$)
Ano - 1996					
Feijão (Grãos)	10.400	10.400	4.784	460	2.344.000
Milho	10.000	10.000	12.000	1.200	1.800.000
Mamona	8.200	7.000	980	140	362.000
Ano - 2007					
Feijão (Grãos)	6.800	800	240	260	480
Milho	10.000	7.000	5.600	1.200	2.145
Mamona	5.000	5.000	2.400	140	2.318
Ano - 2012					
Feijão (Grãos)	1.500	300	44	147	75
Milho	8.000	800	160	200	120
Mamona	8.000	8.000	2.600	400	2.400

Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F de. Com base nas informações do (PAM/IBGE) -2012

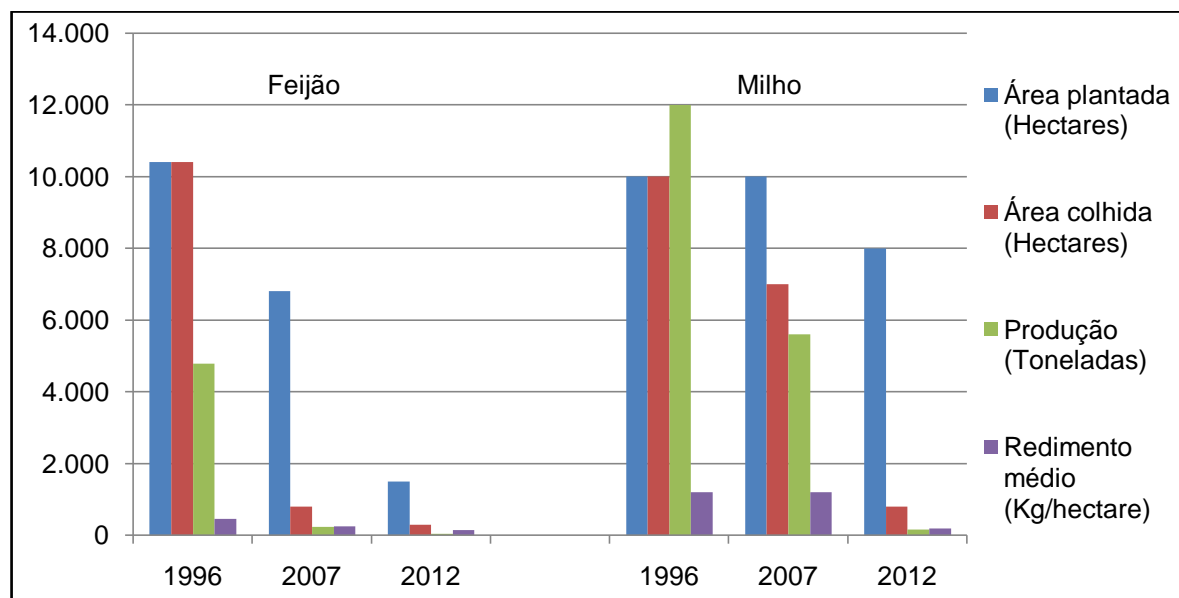
O que podemos retirar da análise da tabela 7, é que a produção de feijão respondia pela maioria das terras do referido município no período de 1996, e, conseqüentemente, representava a maior produção entre os cultivos, bem como, nesse período, gerava a maior receita entre os produtos agrícolas. Nos anos seguintes, 2007 e 2012 houve uma grande diminuição da área plantada e na quantidade produzida.

Apesar de apresentar aspectos positivos como o curto período entre a plantação e a colheita, o feijão e o milho são poucos resistentes à seca e apresenta frequentemente, queda de produção. A partir da década de 2000, houve uma redução considerável da produção de feijão, caindo 460 em 1996, para 260 em 2007 e chegando apenas 147 toneladas em 2012.

A queda também pode ser observada, no tamanho da área plantada, que passou de 10.400 em 1996 para 6.800 e 1.500 hectares em 2007 e 2012, respectivamente. Houve também, no período analisado uma redução na área colhida que em três décadas passou de 1.400 para apenas 300 hectares, gráfico 4.

Aplica-se a mesma análise para a produção de milho, que reduziu a área plantada e, conseqüentemente, a produção caiu em três décadas de 12.000 para 160 toneladas.

Gráfico 4 - Produção de feijão e milho no município de São Gabriel -1996/2007/2012



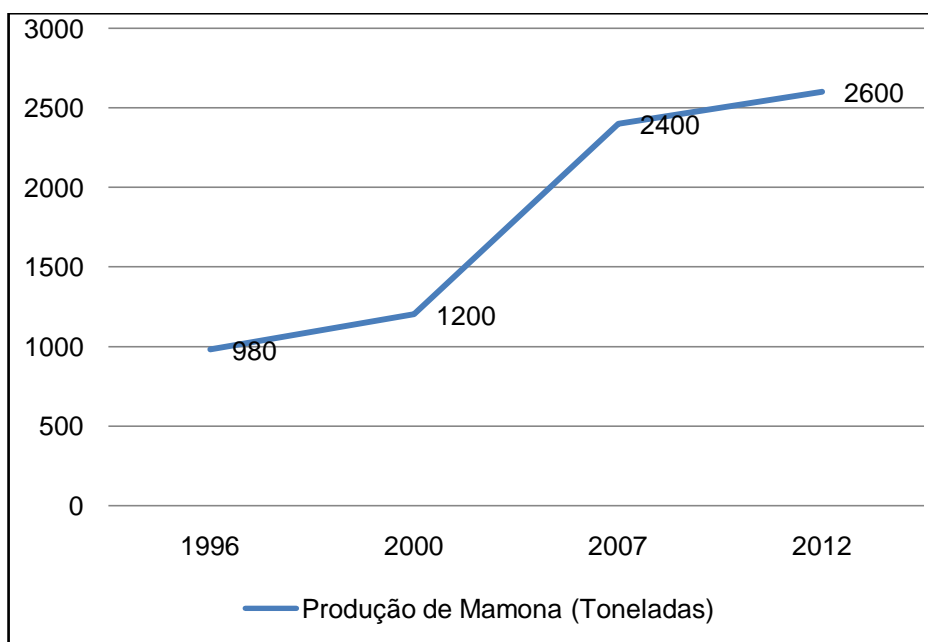
Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F de. Com base nas informações do (PAM/IBGE) - 2012

Alguns fatores apontados no capítulo anterior referente à análise da queda de produtividade do feijão no Território de Identidade de Irecê (substituição dos feijões, mulatinho e vagem roxa pelo carioquinha, mais frágil em ambientes secos; o manejo inadequado dos solos e sua degradação; diminuição do crédito agrícola para as lavouras de feijão; endividamento dos agricultores e dificuldades na obtenção de assistência técnica, por causa do desaparecimento dos órgãos do governo no território).

Esses fatores também contribuíram para que ocorresse a queda na produção de feijão e de milho no município de São Gabriel. Acrescentamos ainda os prejuízos na produção decorrente das secas prolongadas nesse período, com chuvas muito irregulares e abaixo da média das chuvas para o município.

Já com relação à produção de mamona podemos inferir que houve um crescimento em sua produção nos períodos analisados, gráfico 5. Houve um aumento de 1.620 toneladas se comparadas à produção de 1996 até a produção de 2012. E, ao contrário do feijão e do milho a área ocupada pelas plantações de mamona se mantiveram sem grandes alterações no período em análise.

Gráfico 5 - Evolução da produção de mamona no município de São Gabriel - 1996/2007/2012



Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F de. Com base nas informações do IBGE (2012)

A utilização de máquinas e fertilizantes na produção da mamona, sua maior resistência à falta de chuvas e da melhora dos preços no mercado nacional, sobretudo, com sua utilização para produção de biodiesel, são fatores que podem explicar o considerável aumento na produção nas últimas décadas.

Segundo Santos J (2012) a expansão das plantações de mamona, e a queda da produção do feijão e do milho é uma realidade que se materializou em muitos prejuízos, tanto para os agricultores mais capitalizados, quanto para os agricultores familiares, pois:

Esses prejuízos retratam a existência de um amplo processo de subordinação da agricultura territorial ao poder estatal, materializado nos governos, e ao poder econômico privado por meio dos agentes financeiros, pois a criação de novas dinâmicas na área em análise passou a depender de um conjunto de diferentes políticas públicas estatais e dos interesses dos agentes que comandam a disponibilidade o crédito agrícola (SANTOS J, 2012, p. 144).

Dessa maneira, as maiorias dos agricultores familiares, acima de tudo, os que abriram mão de sua autonomia produtiva e alimentar, para fazer parte do processo de modernização da agricultura, ficaram muito dependentes das políticas públicas

empreendidas pelo Estado, no que se refere às técnicas, o financiamento e a comercialização da produção.

Apesar da existência de um solo muito fértil e de um relevo plano que favorece a mecanização, a agropecuária no município de São Gabriel ainda está longe de se consolidar um processo dinamizador do espaço agrário e se tornar mais eficiente em termos de exploração das terras com lavouras de sequeiro e com a utilização de processos produtivos mais diversificados.

A produção agropecuária desenvolvida pelos agricultores familiares não é de grande escala, pois além dos condicionantes naturais (seca, praga, falta de terras), aliados às dificuldades de adquirir incentivos governamentais, por meio das políticas públicas e a inovação técnica na agricultura no que se refere ao emprego de variedades e de espécies adaptadas às condições naturais do território, ainda se apresentam como algumas das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no município de São Gabriel.

É necessário, portanto, que a relação seca/processo produtivo destinado a agricultura familiar, sejam repensados, a ponto de se utilizar com mais frequência, culturas capazes de suportar períodos prolongados de estiagem, a exemplo da mamona, do algodão e do gergelim, ou ainda a irrigação de culturas de maior valor econômico e menos dependente do regime de chuvas.

O uso da irrigação, a introdução de variedades e de novas culturas, juntamente com as disponibilidades de água no subsolo e da fertilidade dos solos, pode constituir-se certamente em um elemento de mudança positiva para enfrentar as condições adversas.

Dentre os elementos tecnológicos que se fazem presente no município de São Gabriel, destaca-se a mecanização agrícola por meio do uso de máquinas e implementos, que são adotadas em diversas etapas das atividades produtivas, de modo especial, no preparo das terras e no beneficiamento da produção.

A modernização dos processos produtivos, implantada a partir de 1970, com a disponibilização de recursos financeiros aos agricultores para a compra de tratores, perfuração de poços artesianos e aquisição de kits de irrigação, permitiu a exploração de uma maior área para as lavouras (apesar de não ter atingido a maioria dos agricultores familiares) constituindo-se num fator decisivo para o aumento da produção agrícola.

A mecanização com base na introdução da prática da irrigação em algumas propriedades provocou o aumento da diversificação da produção, especialmente da fruticultura, a exemplo da manga, da pinha, da melancia e do mamão, que ganham importância na produção agrícola em alguns povoados, como na Jurema dos Machados, foto 7 e, no Guarani.



Foto 7 - Área Irrigada com plantação de mamão no povoado de Jurema dos Machados em São Gabriel. Fonte: OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Jul. 2015

Destaca-se também a produção de hortaliças, principalmente, nos nichos de agricultura irrigada. Os nichos de agricultura irrigada são fundamentais para a produção de alimentos, tanto para o consumo interno das famílias quanto para a comercialização local. Assim, Barbosa (2000) argumenta que, face ao elevado risco de secas e de deficiência hídrica, faz-se necessário o uso da prática corretiva de irrigação, a fim de diminuir as perdas da produção agrícola.

De um modo geral, o município em questão, apresenta potencial para a agricultura irrigada, por meio da captação de água nos lençóis freáticos e nos rios intermitentes que cortam o seu território, a exemplo do rio Jacaré e Vereda do Ramão Gramacho. No entanto, apesar do crescimento da produção agrícola com base na irrigação, a produção de sequeiro ainda é a alternativa possível para a maioria dos agricultores familiares, devido à falta de recursos financeiros para serem investidos nos sistemas de irrigação e em criatórios modernos.

Em se tratando da criação de animais no município de São Gabriel podemos destacar que no início da ocupação do território, essa atividade econômica

desempenhava uma função importante na geração de renda para os agricultores. A partir dos anos 1970 houve uma queda considerável nessa importância, devido às demandas do mercado por produtos alimentícios. Isso fez com que a exploração da pecuária perdesse força, passando para segundo plano e cedendo espaço para a produção agrícola, utilizados como matérias-primas na indústria e na alimentação das famílias.

Os grandes proprietários de terras, ao tempo em que usufruíam das facilidades do crédito agrícola oficial, mantinham a pecuária de forma secundária a atividade agrícola que era a atividade produtiva principal. Com o tempo, e devido à frequentes frustrações das safras agrícolas, muitos agricultores estimularam a manutenção da criação de animais, caprinos e ovinos, por serem mais adaptados às condições naturais do município.

Assim, enquanto nas pequenas propriedades prevalece à pecuária de base familiar, vinculada à exploração de animais de pequeno porte, nas médias e grandes propriedades predominavam a bovinocultura de corte, criados de forma extensiva, ou seja, soltos nas pastagens.

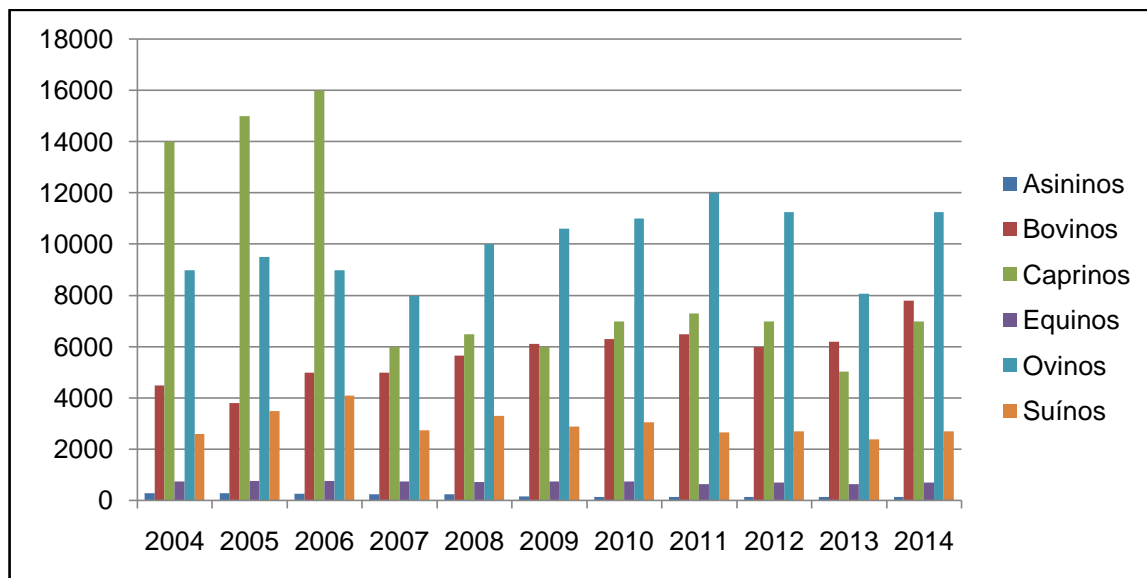
A exploração da pecuária bovina nas pequenas propriedades era e ainda é limitada, assumindo um caráter de “reserva de valor” a ser utilizada pelos agricultores familiares nos momentos de crise da produção agrícola. Outro fator agravante é que as criações de bovinos são severamente afetadas pela falta de estrutura produtiva e pelas secas, havendo diminuição nos rebanhos por falta de alimentos com a diminuição das pastagens. Para ilustrar essa questão, Oliveira C (2009), argumenta que no:

No sistema e criação de gado, quando ocorrem períodos acentuados de seca, os animais sofrem, pois os pastos, e até mesmo a vegetação nativa que serve de forragem, quase que desaparecem por completo, levando os fazendeiros a remanejarem seus rebanhos para outras localidades ou mesmo comercializá-los a preços abaixo do mercado, pois do contrário certamente morreriam de desnutrição (OLIVEIRA C, 2009, 102).

Atualmente a criação de animais no município de São Gabriel de forma geral é bem diversificada, gráfico 6, e, estão presentes em quase todas as partes do território. Destaque para a criação de ovinos que responde por 11.250 cabeças. Os bovinos respondem 7.800 cabeças, seguidos dos caprinos e suínos com 7.000 e 2.700, respectivamente. Os equinos aparecem com 700 cabeças e são em sua grande

maioria utilizados na limpeza da lavoura e no transporte de cargas leves. As criações de caprinos, suínos, ovinos estão voltadas em parte, para a alimentação dos agricultores e de suas famílias, sendo comercializado apenas o excedente.

Gráfico 6 - Criação de animais no município de São Gabriel - 2014



Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Com base informações do (PPM/ IBGE) - 2014

Recentemente tem se iniciado em determinadas áreas do território municipal, especialmente no distrito de Gameleira do Jacaré, a criação de animais com bases associativas visando essencialmente o mercado, foto8.



Foto 8 - Criação de caprinos no povoado de Curralinho no município de São Gabriel. Fonte: OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Jul. 2015

A criação de animais por meio o associativismo representam atividades isoladas e não abrangem a maioria dos agricultores familiares. Esses necessitam de mais apoio e políticas voltadas para a diversificação da criação e meios que facilite a comercialização dos animais. Para Pereira e Pereira (2013, p.144) “na zona rural, persiste a pequena criação de bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves. A criação de caprinos é mais intensa nas margens da vereda do rio jacaré, onde se cria ainda em áreas extensas e sem cercas”.

Assim, o que observamos é que em meio às dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no que se refere à criação de animais, grupos de produtores organizados, mesmo que de forma pontual, em associações, buscam a partir de um trabalho conjunto se inserir de forma um pouco mais consistente no mercado (tanto na criação como na comercialização) tendo em vista o aproveitamento do potencial da atividade pecuária no município.

Entretanto, ainda são tímidas as iniciativas de criação de animais pautadas na participação dos agricultores em organizações coletivas. Para tanto, é urgente um planejamento coletivo com suporte técnico e apoio dos órgãos públicos para que possa ser possível se pensar em um desenvolvimento territorial, com base na produção agrícola e na criação de animais na agricultura familiar.

5 IMPLICAÇÕES DA PLURIATIVIDADE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A pluriatividade no contexto do espaço agrário brasileiro se tornou nos últimos anos ponto de pauta relevante na discussão de temáticas contemporâneas, por sua estreita relação com a agricultura familiar. Assim, é possível observar que a sua definição seria uma tarefa relativamente simples se não fosse à diversidade, dinâmica e situações em que ela se manifesta no espaço agrário. A pluriatividade poderia ser simplesmente caracterizada pelo fato de um indivíduo ou família desenvolver, além das tradicionais atividades agrícolas, outra ou outras que não sejam agropecuárias.

Para Silveira, *et al* (2004, p. 11), são várias as situações que levam a ocorrência da pluriatividade, tais como, “o tempo ocioso na unidade de produção, a necessidade de complemento de renda, adaptação a novas realidades, dentre outras”. Entretanto, para os autores é de fundamental importância perceber “que a ocorrência e suas particularidades dependem das circunstâncias do meio no qual a pluriatividade está inserida, sendo que o grau de desenvolvimento da região ou município é decisivo para determiná-la” (SILVEIRA, *et al.* 2004, p. 11).

Ao analisar as particularidades territoriais que contribuem para o surgimento do trabalho pluriativo, destacamos que os problemas oriundos da modernização da agricultura, dentre outros agravantes, “levam os agricultores familiares a intensificar estratégias de sobrevivência ou encontrar novas formas de reproduzir e manter o patrimônio familiar e continuar retirando da terra o seu sustento” (COUTO FILHO, 1999, p. 26). Essas estratégias muitas vezes ultrapassam os limites da unidade familiar de produção e atingem outros setores da sociedade e com isso, crescem a pluriatividade e as ocupações não agrícolas.

O entendimento de que a produção do espaço agrário, sua ocupação e organização, estão cada vez mais em constante transformação, é fundamental na compreensão da realidade do campo na contemporaneidade em espaços de pouco dinamismo econômico e com a predominância da produção familiar. Assim, nesse capítulo analisaremos as estratégias adotadas pelos agricultores familiares do município de São Gabriel, para enfrentar as crises causadas pela modernização da agricultura, pela ineficiência das políticas públicas e pelas constantes perdas da produção na agricultura familiar.

5.1 Pluriatividade como estratégia de sobrevivência na agricultura familiar

As implicações da pluriatividade na produção do espaço agrário do município de São Gabriel estão relacionadas às dinâmicas das ocupações desenvolvidas pelos agricultores familiares, sejam em atividades agrícolas - desenvolvidas dentro e fora de suas propriedades - ou em atividades não agrícolas.

A pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas deverão sem dúvida assumir um papel cada vez mais relevante no processo de geração de renda na agricultura familiar (GUANZIROLI, 2001). Porém, não podemos desprezar a importância e viabilidade e nem muito menos a necessidade de geração de empregos agrícolas por meio dos incentivos e apoio à agricultura familiar.

[...] o recurso do trabalho não agrícola não indica por si só, a falência da atividade agrícola, mais aponta para a plasticidade dessa nova forma de produção familiar que não se enquadra nem nos moldes da agricultura empresária de ponta, nem no padrão da chamada agricultura tradicional. (CARNEIRO, 1999, p. 329).

Os argumentos trazidos por Carneiro (1999) é reforçado à medida que a família procura trazer renda de atividades não agrícolas para investir na propriedade familiar e continuar vivendo e produzindo no campo, de modo que “a insuficiência da renda oriunda da agricultura atinge um contingente de agricultores familiares muito maiores que aqueles que recorrem a pluriatividade” (CARNEIRO, 1999, p. 339), pois na maioria das vezes, o agricultor familiar é forçado a buscar fora do trabalho agrícola subsídios para sua produção e, conseqüentemente, permanência no trabalho agrícola.

Com isso, a pluriatividade se manifesta através da combinação de vários fatores, dentre eles, o grau de escolaridade, a idade dos agricultores familiares, a participação em organizações coletivas, o mercado local e as oportunidades de emprego nos centros urbanos mais próximos.

A idade e o grau de escolaridade dos agricultores familiares são essenciais para a configuração da renda familiar, de modo geral, as pessoas mais idosas que vivem no campo, possuem pouca escolarização, dificultando a realização de algumas atividades não agrícolas nos centros urbanos. As famílias mais numerosas geram excesso de mão de obra na unidade produtiva e necessitam de mais recursos

para manter a família, daí porque os agricultores familiares, com idade ativa de trabalho e com maior grau de escolaridade, geralmente são os recorrem a pluriatividade como forma de complementação da renda familiar.

Assim, para que fosse possível analisar as implicações da pluriatividade na produção do espaço agrário, com base nos fatores citados acima, foi realizada a pesquisa de campo, junto aos agricultores familiares do município de São Gabriel-BA. Com isso, foram analisados 300 estabelecimentos agropecuários, localizados em diversas áreas do território municipal, de modo que foi abrangido quase em sua totalidade o referido espaço agrário.

Reiteramos que o município de São Gabriel possui 2.975 agricultores familiares cadastrados na SMASG e na extinta EBDA. Assim, foi utilizada nesta pesquisa uma amostragem de 300 agricultores, chefes de família agrícolas. Os resultados mostraram que no total das famílias questionadas, existem 937 pessoas, sendo 562 homens e 375 mulheres tabela 8.

Tabela 8 - Quantidade de pessoas na família de agricultores questionados no município de São Gabriel -2015

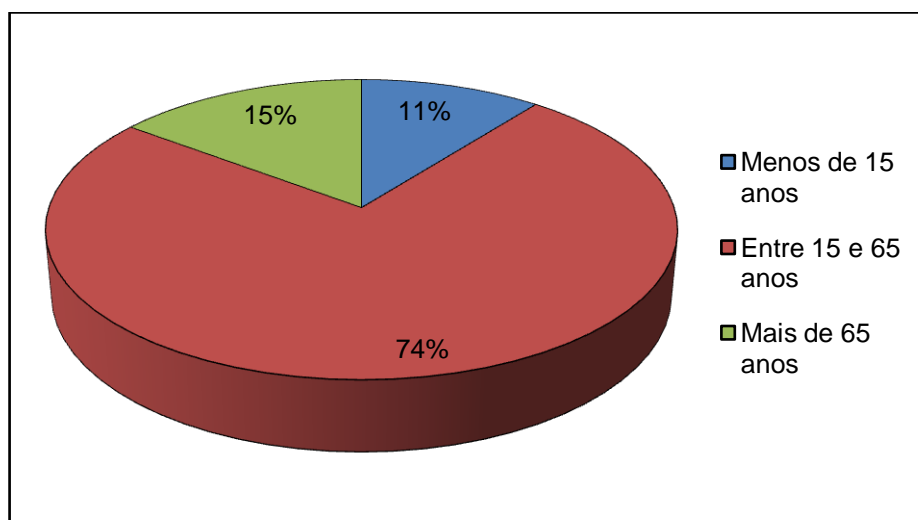
Agricultores Familiares	Quantidade	Porcentagem (%)
Homens	562	60
Mulheres	375	40
Total	937	100

Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na Pesquisa de Campo - 2015

A proporção de homens é superior a de mulheres, variando de 60% e 40% respectivamente. A maior quantidade de homens na agricultura familiar segue a tendência observada para o restante da população do município, onde a população masculina também supera a população feminina em 471 habitantes, segundo os dados do IBGE (2010). É possível verificarmos também, que o tamanho médio das famílias de agricultores familiares que foram questionados no município em debate é de 3,1 pessoas por estabelecimento.

Com relação à idade das pessoas que compõem as famílias de agricultores, 15% têm mais de 65 anos, o que infere que existe um número considerado de aposentadorias rurais, contribuindo como rendimentos não agrícolas na formação da renda da família e com isso contribuindo para satisfazer as necessidades básicas das famílias, gráfico 7.

Gráfico 7- Idade dos agricultores familiares do município de São Gabriel - 2015



Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na Pesquisa de Campo - 2015

Apenas 11%, têm menos de 14 anos e também contribuem para a geração de renda familiar logo que, além de ajudar os pais nas atividades agrícolas, muitos frequentam a escola e por isso participam de programas sociais do governo federal. Já as pessoas que compõem a PEA, estão entre 15 e 65 anos e respondem por 74% da amostragem, representando com isso, a maior parte da força de trabalho utilizada na agropecuária e também nas atividades não agrícolas dentro e fora das propriedades.

Com relação à escolaridade dos agricultores familiares questionados na pesquisa de campo, tabela 9, 15% não sabem ler e escrever, devido à falta de oportunidade e a necessidade de se dedicarem ao trabalho na roça desde cedo, o que os impedia de se dedicarem os estudos.

A maioria dos agricultores familiares questionados, representados por 84% da amostra sabem ler e escrever, sendo que 37% destes cursaram pelo menos o ensino fundamental I e 29% o ensino fundamental II, enquanto que, 17% estudaram até o ensino médio e, somente 02% dos agricultores familiares cursaram o ensino superior.

A situação de melhor escolarização foi evidenciada entre os agricultores familiares residentes nos povoados mais próximos da sede municipal, e por pessoas de maior poder aquisitivo, que tiveram a oportunidade de estudar na cidade ou em outros municípios, a exemplo de Irecê que exerce uma grande influência territorial, inclusive na área de educação.

Tabela 9 - Nível de escolaridade e autodefinição dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015

Escolaridade	Qt.	(%)	Categoria	Qt.	(%)
Não alfabetizado	45	15	Agricultor Familiar	101	33
1º ao 5º ano (Fundamental I)	109	37	Lavrador	22	07
6º ao 9º ano (Fundamental II)	88	29	Trabalhador Rural	170	57
1º ao 3º ano (Ensino Médio)	52	17	Camponês	05	02
Nível Superior	06	02	Outro	02	01
Total	300	100		300	100

Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na pesquisa de campo - 2015

Observamos que as pessoas com algum grau de instrução têm maiores possibilidades de exercer atividades não agrícolas, pois, essas atividades geralmente requerem mais especialização e formação que as atividades agrícolas. Entretanto, as atividades agrícolas atualmente, estão também exigindo cada vez mais conhecimentos especializados por parte dos agricultores familiares, com o intuito de melhorar o trabalho e a produção agropecuária.

Os filhos dos agricultores familiares do município em questão estão frequentando a escola com maior regularidade que nas décadas passadas, o que mostra uma ligeira mudança de mentalidade dos seus pais e de mais oportunidades, pois.

Antigamente, ter um maior número de filhos representava a possibilidade de se ter mais braços para serem utilizados como mão de obra da família para trabalhar na agricultura e não interessava aos pais colocá-los na escola. Atualmente, as aspirações dos pais são outras: de um lado, a utilização de máquinas e equipamentos, tais como tratores e semeadeiras substituem a necessidade de muitos trabalhadores para a atividade agropecuária e, de outro, os agricultores familiares aspiram outros projetos de vida profissional para seus filhos, pois tem como “espelhos” para esses sonhos a sua própria realidade, que foi marcada por problemas para produzir e dificuldades para se reproduzir socialmente no espaço rural por meio da agricultura (MENEGATE, 2008, p. 68).

Outro fator importante referente ao incentivo dos agricultores familiares em colocar seus filhos na escola, diz respeito os critérios do acesso aos programas sociais do governo, a exemplo do Programa Bolsa Família, que exige a frequência escolar dos beneficiários. Esse critério é ratificado no relatório do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDSCF, quando esclarece que.

No município, 83,50% das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Programa Bolsa Família tem acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 91,67. O município está abaixo da média, por isso é

importante que as secretarias de assistência social e de educação se articulem para melhorar esse percentual, ou seja, para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada (BRASIL, 2015, p. 02).

O município de São Gabriel apresenta uma cobertura ao Programa Bolsa Família de 5.117 famílias cadastradas e destas, 3.473 famílias são beneficiárias do programa, totalizando 61,88% da população do município. Essas famílias receberam em 2015 um montante de 538.646,00 reais do programa, distribuídos em atendimento a assistência social e a educação (BRASIL, 2015).

Houve também a atuação pontual do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, que faz parte das atividades ligadas ao programa Brasil Sem Miséria e se constitui em um serviço de educação não formal em que agentes capacitados auxiliam os agricultores familiares para que melhorem suas atividades produtivas.

[...] De maio de 2011 a abril de 2015, 526 famílias de agricultores familiares do município de São Gabriel tiveram acesso a serviços de ATER, garantindo por meio de chamadas públicas para a seleção de instituições especializadas na prestação desses serviços, contratadas com recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário [...] (BRASIL, 2015, p. 05).

A assistência técnica, promovida pelo programa ATER, mesmo que de forma pontual, promove o aperfeiçoamento dos sistemas de produção das unidades familiares, aumentando a quantidade, a qualidade e o valor de seus produtos. Assim, os agricultores familiares podem ter alimentos para o consumo próprio, melhorando sua situação nutricional, e ainda gerar excedentes para comercializar, melhorando sua renda e qualidade de vida.

O acesso à informação é importante para a participação do agricultor familiar nos programas de créditos do governo e nas atividades desenvolvidas pelos órgãos que fornecem assistência técnica. Entretanto, o que se observa é que a maioria dos agricultores familiares sofre limitações no que se refere ao acesso às informações referentes aos programas de apoio e à assistência técnica disponível atualmente aos agricultores familiares.

Essa situação de falta de informação também é refletida na identidade do agricultor, que tem dificuldade de se autodenominar. A maioria dos questionados, representados por 57%, se autodenomina trabalhador rural, 33% agricultor familiar e apenas 07% e 02% lavrador e camponês, respectivamente.

Mesmo que a maioria dos questionados não se identifique como agricultores familiares, já há um pequeno, mas, importante avanço na autodefinição, sobretudo, movidos pela participação dos agricultores nos projetos oficiais do governo, a exemplo do PRONAF, que os coloca como profissionais que atuam no campo. Para Wanderley (2004) o grau de conhecimento do agricultor familiar é cada dia mais importante para a manutenção do seu modo de vida e para a diversificação de sua produção, pois.

[...] o exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica [...] (WANDERLEY, 2004, p. 46).

Ao se inserir no universo das políticas públicas e de assistência técnica os agricultores são levados a se autodenominarem de familiares, e se submetem aos critérios dos programas governamentais destinados ao fortalecimento da agricultura familiar. Porém, como afirma Wanderley (1996) sem deixarem de lado os seus conhecimentos de camponês, de trabalhador rural, de lavrador, ou seja, das diversas formas que o trabalho familiar se manifesta no espaço agrário, pois:

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De certa forma, os agricultores familiares modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo (WANDERLEY, 1996, p. 08).

À medida que os agricultores familiares participem de políticas públicas, a exemplo do PRONAF e do Brasil Sem Miséria, é de fundamental importância que estejam engajados em uma organização coletiva de agricultores familiares.

Em vista disso, ao analisar os dados gerais do município referente às organizações coletivas é possível verificar que existem 60 organizações coletivas registradas na SMASG, sendo composta por, um sindicato de trabalhadores rurais, uma cooperativa agrícola - localizada na comunidade rural de Eureka no distrito de

Gameleira do Jacaré, - 10 associações comunitárias de bairros e 48 associações de produtores rurais.

Das associações de produtores rurais, 21 estão inativas, ou seja, sem atividades regulares de reuniões e nem desenvolvendo algum projeto que possa beneficiar os seus associados e 27 estão ativas, mas com pouca atividade regular e envolvida com projetos pontuais, quadro 3.

Quadro 3 - Organizações coletivas no município de São Gabriel - 2015

Nº	Sindicatos	Distrito	Situação
01	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Sede	Ativo
Nº	Cooperativas	Distrito	Situação
01	Apicultores de Eureka	Gameleira do Jacaré	Ativa
Nº	Associações de Agricultores	Distrito	Situação
01	A.P.R de Cabanos	Sede	Ativa
02	A.P.R de Corta Asa	Sede	Ativa/PAA
03	A.P.R de Queimada	Sede	Ativa
04	A.P.R de São José	Sede	Ativa
05	A.P.R de B. dos Honoratos I	Sede	Ativa
06	A.P.R de Guarani	Sede	Ativa/PAA
07	A.P.R de Variante II	Sede	Ativa/PAA
08	A.P.R de Besouro I	Besouro	Ativa
09	A.P.R de Besouro II	Besouro	Ativa
10	A.P.R de Pítial	Besouro	Ativa
11	A.P.R de Tábua do Moinho	Besouro	Ativa/Reforma
12	A.P.R de Esconde	Gameleira do Jacaré	Ativa
13	A.P.R de Carozal	Gameleira do Jacaré	Ativa
14	A.P.R de Gameleira do Jacaré I	Gameleira do Jacaré	Ativa
15	A.P.R de Gameleira do Jacaré II	Gameleira do Jacaré	Ativa
16	A.P.R de Lagoa Grande	Gameleira do Jacaré	Ativa
17	A.P.R de Lagoa de Fora I	Gameleira do Jacaré	Ativa
18	A.P.R de Lagoa de Fora II	Gameleira do Jacaré	Ativa
19	A.P.R de Lagoinha	Gameleira do Jacaré	Ativa/PAA
20	A.P.R de Boa Hora	Gameleira do Jacaré	Ativa
21	A.P.R de Umbuzeirão	Gameleira do Jacaré	Ativa
22	A.P.R de Itapicuru	Gameleira do Jacaré	Ativa
23	A.P.R de Boqueirão dos Carlos	Gameleira do Jacaré	Ativa
24	A.P.R de Curralinho	Gameleira do Jacaré	Ativa
25	A.P.R de Manga	Gameleira do Jacaré	Ativa
26	A.P.R de Novos Bandeirantes	Gameleira do Jacaré	Ativa/Reforma
27	A.P.R de Esplanada	Gameleira do Jacaré	Ativa/Reforma

Fonte: Elaborado por OLIVEIRA, E. F. de. Com base nos Arquivos da Secretaria Municipal de Agricultura de São Gabriel (SMASG) - 2015

Via de regra, os associados só se organizam quando é disponibilizado algum projeto desenvolvido pelo governo, ou pelas Organizações Não Governamentais - ONGs que ofertam programas de apoio e assistência técnica, ou para adquirir algum benefício particular. Algumas dessas associações foram criadas com o objetivo de beneficiar apenas um agricultor, ou um pequeno grupo de agricultores, pois, os associados acabam sendo, somente as pessoas da própria família.

Das associações ativas, 16 funcionam no distrito de Gameleira do Jacaré, 07 no distrito sede e 04 no distrito de Besouro. A concentração das organizações coletivas no distrito de Gameleira do Jacaré é em parte, explicada porque o referido distrito, possui o maior número de povoados e, também, porque os agricultores têm um nível de organização maior que nos demais distritos.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, no tocante ao funcionamento das organizações coletivas, a pesquisa de campo apontou que: na maioria dos casos, os interesses particulares são colocados como prioridades ao invés dos interesses coletivos; há uma falta de planejamento, as atividades são desenvolvidas conforme vão surgindo às demandas, sem pensar em ações futuras; e a principal fonte de recursos advém dos próprios associados, dificultando a realização de quase todas as atividades.

De todas as associações ativas no município de São Gabriel, a do Guarani, a do Variante II, a da Lagoinha e a do Corta Asa, participam do PAA, que.

[...] constitui-se num programa do governo federal em parceria com as prefeituras municipais e que tem como objetivo principal a aquisição e distribuição de alimentos, de forma a assegurar o acesso às pessoas que se encontrem em situação de insegurança alimentar ou nutricional, ao mesmo tempo em que desenvolve ações que estimulam e procuram fortalecer a agricultura familiar (BRASIL, 2015, p. 06).

Apesar da quantidade de associações e da participação pontual dos agricultores familiares em programas de assistência social, o acesso à informação passa muitas vezes pelo grau de participação dos agricultores familiares em organizações coletivas de fortalecimento da agricultura familiar.

Sendo assim, os benefícios para os agricultores familiares decorrentes das organizações coletivas, como por exemplo: a compra de adubos, fertilizantes, vacinas, sementes e outros produtos a preços mais baixos, contratação de tratores agrícolas e as formas de reivindicação, não tem sido aproveitado pelos agricultores

familiares do município em destaque, devido à falta de conhecimento e de engajamento dos agricultores e, principalmente, pela inoperância dos serviços prestados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de São Gabriel - STRSG, foto9.



Foto 9 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Gabriel. Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na Pesquisa de Campo - Mar. 2015

O STRSG foi criado no dia 17 de Janeiro de 1986, um ano após a emancipação política do município de São Gabriel e contou com a filiação de 158 agricultores. “A assembleia foi presidida por Belizário Vieira da Silva, assessor da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia” (PEREIRA; PEREIRA, 2013, p. 226).

Em quase três décadas de funcionamento o STRSG, não conseguiu alcançar a maioria dos objetivos propostos em sua criação, como por exemplo, incentivar a sindicalização de um número maior de agricultores, lutar por demandas coletivas que possam superar as dificuldades vividas pelos agricultores.

O que podemos observar com a pesquisa de campo é que há um questionamento dos agricultores familiares como relação à gestão do sindicato, que tem o mesmo presidente há mais de 25 anos, que se mantém no poder, sustentado a base dos acordos políticos, como aponta o agricultor familiar do povoado de Baixão dos Honoratos G. J. Silva.

O sindicato de nossa cidade não serve para quase nada, a gente só procura ele na hora que vai se aposentar e ainda temos que pagar para o presidente

uma parte do primeiro salário se nós quiser aposentar. Ele é dono do sindicato, ele manda e desmanda e ai de quem se meter com ele. Lá tem muitos agricultores filiados, mais só para se aposentar e pronto (SILVA, 2015).

O depoimento do agricultor familiar deixa claro que, ainda acontecem práticas clientelistas nas organizações coletivas. Para se manterem no poder, os presidentes de associações, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais, usam das mais variadas estratégias, e que em sua maioria, consiste “[...] essencialmente a relação de troca: troca de serviços e produtos por favores, troca direta de coisas desiguais, controlada através de um complicado balanço de favores recebidos [...]” (MARTINS, 1994, p. 81).

A desorganização das entidades coletivas e de classes e os obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares interferem diretamente no acesso à assistência técnica e aos programas de apoio a agricultor familiar, como o Crediamigo, o Brasil Sem Miséria, o Garantia Safra, o PRONAF, dentre outros.

Assim, a participação dos agricultores familiares de São Gabriel em organizações coletivas é relativamente boa em quantidade, mas de pouca qualidade. Dos agricultores questionados na pesquisa de campo, 85% participam de alguma organização coletiva (sindicato, cooperativa ou associação), 68% dos questionados são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 57% participam de associações de trabalhadores rurais e 2% são integrantes da Cooperativa Agrícola dos Produtores Rurais de Eureka - COOPAE.

O pequeno número de cooperativas, apenas uma e com poucos cooperados, somente 29 e tendo como base a produção de mel (apicultura) reflete a desorganização dos agricultores familiares. Para Kleba (1994) as cooperativas agrícolas de pequeno porte, a exemplo da COOPAE, sofrem muitas reformas, dissolvem-se e recompõem em decorrências das necessidades de se adequar a uma, ou outra, política pública emergencial.

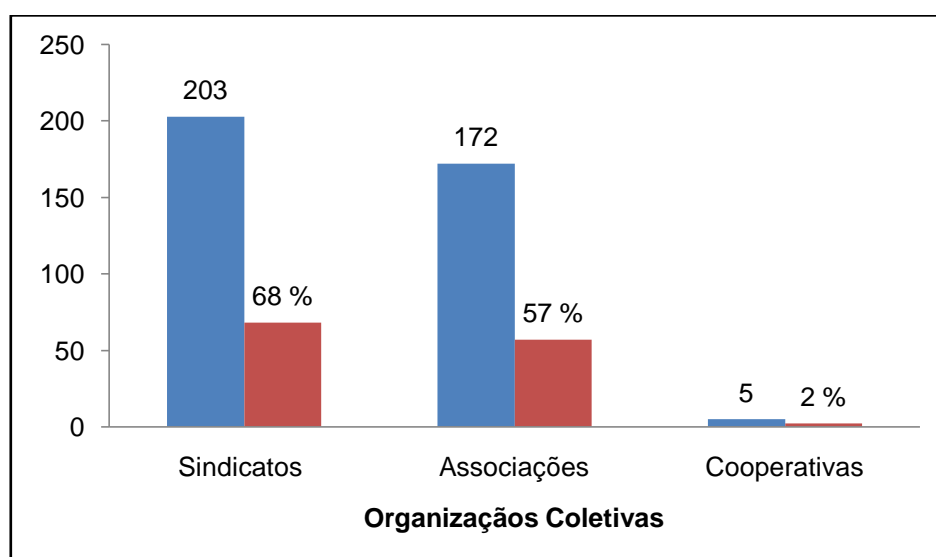
O autor ainda acrescenta que:

Os principais problemas para as cooperativas de pequeno porte são: a carência de formação cooperativa (informações sobre as diferentes formas de cooperação, suas regras de funcionamento e as suas implicações), acarretando problemas administrativos e de mediação de conflitos. Além disso, as chances de estabilidade dos grupos correspondem a seus graus de heterogeneidade em relação a fatores como, o tamanho das unidades familiares (quantidade de membros que trabalham e que consomem),

trajetória, experiência profissional anterior e disponibilidade de bens (KLEBA, 1994, p. 134).

A participação efetiva dos agricultores familiares nas organizações coletivas (sindicato, associações, cooperativa) existentes no município de São Gabriel, gráfico 8, ainda precisa avançar muito para que os agricultores familiares tenham seus direitos garantidos e assim, possam desenvolver as suas atividades com mais tranquilidade.

Gráfico 8 - Participação dos agricultores familiares em organizações coletivas no município de São Gabriel - 2015



Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na pesquisa de campo - 2015

As organizações coletivas poderiam ser bem mais atuantes se tivesse maior participação e envolvimento dos agricultores familiares, se constituindo efetivamente num espaço de representação destes na escala municipal, deveriam de fato desenvolver “um serviço de assistência aos agricultores numa perspectiva política crítica à modernização da agricultura, resgatando práticas tradicionais, visando compor um conjunto de estratégias que permitiriam a reprodução social dos agricultores no campo” (BRANDENBURG, 2002, p.12).

A falta de incentivos públicos e de organização coletiva dificulta o acesso dos agricultores familiares ao crédito agrícola institucionalizado, a exemplo do PRONAF. Apenas 28% das famílias questionadas na pesquisa de campo, já se beneficiaram com o programa, geralmente no custeio da produção ou em projetos de criação de aves e caprinos.

O restante, 72%, ainda não tiveram acesso ao crédito do PRONAF especificamente, muitas vezes por falta de informação e de organização, como pode ser observado na fala do agricultor familiar M. M. de Araújo do povoado de Boqueirão do Carlos.

Eu já ouvir falar, mais não tive acesso ainda, eu fui à prefeitura e o rapaz me disse que precisava de um documento que comprovasse que sou agricultor familiar, eu estou correndo atrás, pois é direito meu e agente precisa de ajuda porque a coisa tá difícil para nós que vive na roça (ARAÚJO, 2015).

A declaração de aptidão ao PRONAF - DAP, é o documento a qual se refere o agricultor familiar questionado e se constitui em um “instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do PRONAF” (BRASIL, 2006b).

Para Santos J (2010) a DAP é um documento de extrema importância para o agricultor familiar, e a.

EBDA é a empresa oficial vinculada ao Governo do Estado da Bahia, devidamente credenciada junto ao MDA, para avaliar o agricultor e enquadrá-lo ou não, como agricultor familiar, através da emissão de uma declaração de aptidão à agricultura familiar (DAP), para que esse possa participar do Pronaf, e também de prestar a assistência técnica (SANTOS J, 2010, p. 123).

A EBDA vem passando por muitas dificuldades nos últimos anos, onde houve segundo M. Moura, técnico da empresa no município, um desaparecimento gradativo, o que refletiu nos serviços prestados aos agricultores familiares, a exemplo da assistência técnica e até mesmo da emissão da DAP.

Ao longo dos anos os governos vêm sucateando a empresa, diminuindo os investimentos e a capacitação dos técnicos e conseqüentemente precarizando os serviços prestados. Essa situação foi agravada neste começo de ano com a extinção da empresa que está funcionando provisoriamente até resolver a situação da gente enquanto funcionários concursados (MOURA, 2015).

As conseqüências imediatas disso tudo, segundo Santos J (2010, p. 124) para a agricultura familiar é a “baixa produtividade das lavouras e criação de animais; baixa qualidade dos produtos; maior custo de produção; baixa competitividade dos produtos no mercado; e conseqüentemente, menor renda para

os agricultores”. Com isso, o agricultor familiar fica cada vez mais distante dos incentivos públicos e de assistência técnica que possa ajudá-lo na manutenção de suas atividades agropecuárias.

A utilização de assistência técnica de qualidade, melhorias na infraestrutura disponível e as inovações técnicas na base produtiva poderiam se constituir como elementos que amenizem as crises de produtividade e melhore a qualidade de vida das famílias de trabalhadores rurais.

Apesar das condições adversas para o desenvolvimento da agricultura familiar, verificadas pela falta de assistência técnica de qualidade, pela pequena participação efetiva em organizações coletivas, o baixo nível de escolaridade, partes dos agricultores familiares continuam vivendo e produzindo no campo.

Essa resistência em um contexto de difíceis condições econômicas e sociais se deve às estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para continuarem no campo. Dentre as estratégias a pluriatividade se apresenta com possibilidade de sobrevivência e resistência da produção familiar.

É necessário que as organizações coletivas presentes no município de São Gabriel, possam ser repensadas, de modo que possam cumprir com seus papéis como promotora de estratégias de sobrevivência e resistência. E, que ajude a seus associados a superar as práticas individualistas, que atualmente predominam nessas organizações. Para tanto, é necessário que, “além do acesso aos meios de produção, o acesso às instâncias de decisão, de modo a promover a autonomia em todas as esferas da vida, não somente no trabalho produtivo” (SILVA, 2014, p. 254)

As organizações coletivas são importantes para a dinâmica socioespacial, na medida em que os trabalhadores familiares de forma coletiva podem encontrar soluções para as suas demandas. Para Silva (2014, p. 150), “um caminho para a superação dos limites à produção do espaço pelos coletivos de trabalho é a autonomia coletiva”; ou seja, a discussão, negociação e a eleição de normas entre seus membros, para que as ações políticas espaciais possam permanecer e ou prevalecer em uma sociedade dominada pelo modo de produção capitalista.

As decisões tomadas de forma coletiva são essenciais para que se escolham as atividades agrícolas que melhor atenda às necessidades dos agricultores familiares e que esses possam produzir em quantidade e qualidade suficiente para garantir de sua sobrevivência e de sua família.

5.2 Organização do trabalho e da produção na agricultura familiar

A qualidade da estrutura produtiva da agricultura familiar é um fator decisivo para manutenção das atividades agropecuárias. O uso de técnicas e máquinas agrícolas pode acarretar num aumento da produtividade, mais ao mesmo tempo pode provocar danos ambientais difíceis de reparar.

As técnicas agrícolas disponíveis, quando trabalhadas com responsabilidade socioambiental geram melhores condições de trabalho aos agricultores familiares e podem proporcionar o aumento da produção agropecuária. Porém, apenas o emprego das técnicas não é garantia de sucesso na manutenção das famílias no campo, pois o que observamos é que os agricultores familiares estão cada vez mais recorrendo a outras formas de trabalho não agrícola como estratégia para gerar renda e garantir o sustento da família.

O aparecimento cada vez maior de novas atividades produtivas, que por sua vez estão introduzindo novas atividades não agrícolas no espaço agrário como um todo, especialmente “aquelas ligadas às ocupações não agrícolas da população e com isso o aparecimento das famílias pluriativas, que combinam vários tipos de atividade e ocupações em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento” (SCHNEIDER, 2003, p.134), estão dando uma nova dinâmica na produção do espaço agrário do município de São Gabriel.

Schneider (2003) ainda aponta que dentre os fatores que contribuem para o surgimento das ocupações não agrícolas e, conseqüentemente, da pluriatividade, a modernização tecnológica das atividades agrícolas é fundamental para que os agricultores familiares busquem alternativas de geração de renda.

[...] entre as conseqüências mais evidentes da modernização tecnológica, também conhecida como ‘modernização produtivista’ destaca-se a corrida desordenada de agricultores por novas tecnologias e insumos de origem industrial, estimulados através de uma política de subsídios via garantia de preços mínimos do governo, na qual a rentabilidade da atividade agrícola passa a estar diretamente associado à produtividade e aos volumes alcançados pelos produtores, o que desencadeia um processo de concorrência pelo incremento constante do progresso tecnológico pelos agricultores familiares [...] (SCHNEIDER, 2003, p.121).

O processo de modernização tecnológica dos sistemas de produção agrícola apontado por Schneider (2003) não atingiu todos os agricultores da mesma forma e

nem ao mesmo tempo, pois “[...] é no intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza a união entre o espaço e o tempo” (SANTOS, 2014, p. 54). Isso indica que mesmo em meio à modernização tecnológica da agricultura, alguns lugares, a exemplo do município de São Gabriel, ainda é comum o uso de práticas rudimentares. As chamadas “práticas agrícolas tradicionais” (WANDERLEY, 2004).

Os agricultores familiares do município em análise, não conseguiram em sua maioria acompanhar os avanços das técnicas de produção, adquirindo as máquinas e ferramentas agrícolas necessárias ao melhoramento de suas atividades produtivas, e, com isso, não puderam participar por completo do processo de modernização conservadora do campo.

Os motivos que podem explicar as dificuldades de participação dos agricultores familiares de forma mais efetiva no processo de modernização da agricultura, passam pela atenção privilegiada dada pelo Estado aos agricultores patronais. As implicações das políticas públicas desenvolvidas no espaço agrário do município de São Gabriel não passaram pelo melhoramento da produção e da qualidade de vida. Os agricultores familiares que recorreram ao crédito agrícola oficial, ao mesmo tempo em que ficaram endividados, não conseguiram modernizar as suas propriedades e, ainda praticam de forma manual a maior parte do processo produtivo, fotos 10 e 11.



Foto 10 - Agricultor familiar utilizando capinadeira de tração animal. Comunidade rural de Queimada no município de São Gabriel. Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Foto tirado na pesquisa de campo - Mar.2014



Foto 11 - Agricultores familiares capinando a plantação. Comunidade rural de Corta Asa, município de São Gabriel. Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Mar. 2014

Somente no preparo do terreno, na semeadura e na colheita, é que a maioria dos agricultores familiares usa algum tipo de máquina agrícola, principalmente, o trator, foto 12, com arado no preparo do solo e a máquina colheitadeira na colheita dos grãos.



Foto 12 - Agricultor familiar usando o trator no processo produtivo na Fazenda Bonina no município de São Gabriel. Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Jul. 2015

As máquinas agrícolas, a exemplo do trator, utilizadas pelos agricultores familiares são geralmente alugadas, porque a maior parte dos agricultores familiares

não tem condições financeiras para comprá-las, ficando dependentes da disponibilidade das máquinas de outros agricultores. Os agricultores familiares que fazem parte de associações que possuem o trator, o utiliza nos momentos em que estes, não estão sendo usados nas propriedades coletivas da associação.

Há ainda o programa de aração de terras da agricultura familiar, disponibilizados pela SMASG, porém, não cobre os custos da capina e nem da colheita, ficando a cargo dos agricultores familiares, que nestes casos, são obrigados a contratarem os serviços de terceiros.

Além do trator e de seus equipamentos (arado, grade, colheitadeira, carreta e cultivador), que são utilizados por quase todos os agricultores familiares do município de São Gabriel, utilizam também técnicas mais simples como: enxadas, facão, capinadeiras e carroças puxadas por animais. O uso da irrigação ainda é pequeno, mais tem crescido muito nos últimos anos incentivados pela produção de hortaliças e frutas.

Tem crescido também o uso de agrotóxicos, de herbicidas e de fertilizantes químicos dos mais variados tipos, não só nas plantações e propriedades dos empresários do agronegócio do município em questão, como também, na agricultura familiar, que infelizmente tem acompanhando a uma tendência que é também nacional.

Segundo os dados do IBGE (2015), nos últimos dez anos o uso de agrotóxicos, de fertilizantes químicos e de herbicidas no Brasil cresceu 150%, enquanto a área plantada teve um aumento de pouco mais de 20%. Esses dados ratificam a ideia de que esses produtos são utilizados cada vez mais no manejo da produção agropecuária, e que tem se produzido mais, em menos área e com isso, há essa intensificação do uso de agrotóxicos.

É cada vez mais evidente que o uso de agrotóxicos, fertilizantes e herbicidas, deixou de ser somente um problema ambiental, ou de saúde pública, para se tornar um importante problema socioeconômico, pois.

Os agrotóxicos, ao mesmo tempo em que se tornam condição de garantia da safra, aumentam de tal forma o custo de produção que exigem uma alta produtividade para compensar o recurso investido, retroalimentando a necessidade de se usar todo o suporte tecnológico existente, a fim de garantir um retorno financeiro em percentuais minimamente aceitáveis (OLIVEIRA C, p. 313).

Dessa maneira, vai se criando um ciclo de dependência cada vez maior entre os produtores agropecuários, dentre estes, alguns agricultores familiares, com o pacote tecnológico, a base da proliferação do uso indiscriminado de produtos químicos, de tal sorte que eles não conseguem em curto prazo demonstrar uma mudança de atitude.

Assim, para a obtenção de um maior rendimento da terra, alguns agricultores familiares recorrem a produtos químicos para corrigir a acidez do solo e aos herbicidas para combater as pragas. As maiorias dos grandes produtores agropecuários do município utilizam ou já utilizaram agrotóxicos, fertilizantes e herbicidas em suas plantações, segundo informações da SMASG.

Porém, contraditoriamente a lógica de produção a base de produtos químicos, a prática da adubação orgânica tem crescido muito entre os agricultores familiares do município de São Gabriel. Segundo a SMASG, existem no município, 49 agricultores cadastrados e autorizados para a produção e comercialização de produtos de origem orgânica e que passaram por um curso de treinamento para a implantação de manejo agroecológico da produção. Para o secretário municipal de Agricultura, M. P. Gomes, “o uso de agrotóxicos é crescente entre os agricultores familiares em São Gabriel, e para tentar diminuir o seu uso é necessário parcerias entre a secretaria e os agricultores” (GOMES, 2015).

O uso de adubação orgânica, além de proporcionar uma maior qualidade dos alimentos produzidos, contribui para a preservação do solo e dos mananciais próximos às áreas cultivadas. Os cultivos com base na produção de orgânicos na agricultura familiar estão relacionados com a prática da irrigação, que começa a ganhar destaque entre os agricultores familiares, motivados pela queda da produção agrícola no sistema de sequeiro.

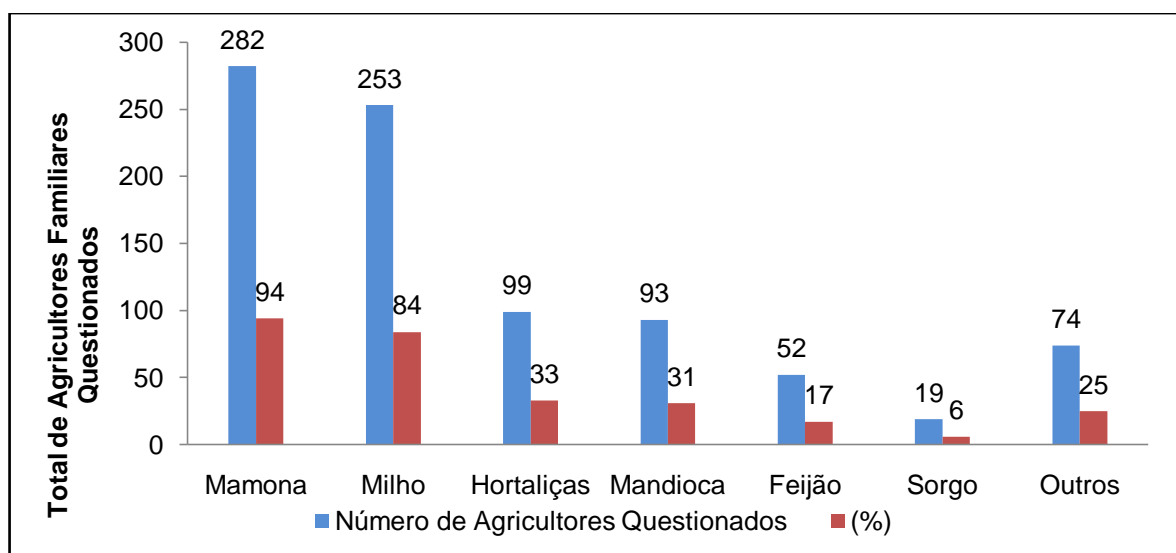
Apesar do aumento da prática da irrigação, na agricultura familiar em São Gabriel ainda predomina os cultivos de sequeiros, que abrangem a maior parte das terras cultivadas e conseqüentemente a maior parte da produção agrícola, tanto da agricultura familiar, quanto da produção total da agricultura municipal.

Os principais produtos cultivados no sistema de sequeiro, pelos agricultores familiares questionados na pesquisa de campo são: a mamona, que é cultivada por 94% dos agricultores familiares; o milho, cultivado por 84%; as hortaliças, cultivadas por 33%; a mandioca cultivada por 31%; o feijão cultivado por 17%; e, o sorgo cultivado por 6% dos agricultores familiares. Os outros produtos cultivados pelos

agricultores familiares (andú, gergelim, girassol, milho de pipoca, fava, e, outros) somam juntos 25%, gráfico 9.

Os dados apontam para uma diminuição da produção de feijão no município, que seguiu uma tendência evidenciada em quase todos os municípios do Território de Identidade de Irecê. Em contra partida, observamos certa diversificação da produção, por meio do aumento do cultivo de hortaliças, de mandioca e de sorgo.

Gráfico 9 - Produção agrícola dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015



Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na pesquisa de campo - 2015

Apesar das fragilidades da produção no sistema de sequeiro, que são dependentes da regularidade das chuvas e das variedades cultivadas, o agricultor familiar continua resistindo e praticando esse tipo de sistema de produção, na maioria das vezes por não ter condições de modernizar as suas propriedades, restando como alternativa para a produção de cereais a utilização da prática do manejo, com base nas plantações consorciadas, foto 13.

Conforme os dados do IBGE, referente ao triconsórcio (feijão, milho e mamona) apresentados no capítulo anterior para o município, houve uma diminuição na produção de feijão e milho e um aumento na produção de mamona, refletindo a mesma realidade observada para a produção da agricultura familiar.

Os agricultores familiares passam, a investir na diversificação da produção, por meio dos cultivos de sorgo, da mandioca e das hortaliças, como o objetivo de

arrecadar mais renda. Se comparados à produção total do município, houve na agricultura familiar um aumento na área plantada com esses produtos.



Foto 13 - Biconsórcio de mamona e milho no povoado de Variante no município de São Gabriel. Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Jan. 2015

O sorgo, por exemplo, passou de 200 hectares em 2004 para 1.000 hectares em 2013, formando o aumento de 400%. Enquanto que, a mandioca, em 2004 ocupava uma área de 300 hectares e passou a ocupar 400 hectares em 2013, perfazendo um aumento de 25%. As hortaliças tiveram um aumento de 200% juntando a área ocupada com as suas principais variedades (PAM/IBGE, 2012).

A evolução na produção de sorgo em São Gabriel é uma tendência que se aplica também, ao Estado da Bahia. “A produção de sorgo na Bahia, passou de 33,78 mil toneladas em 2002 para 171,10 toneladas em 2011, ou seja, um incremento de 400%” (BAHIA, 2013). Esse aumento é justificado porque esse cereal passou a ser bastante usado como alimentação humana (fabricação de farinha para panificação) e para alimentação animal (fabricação de forragens).

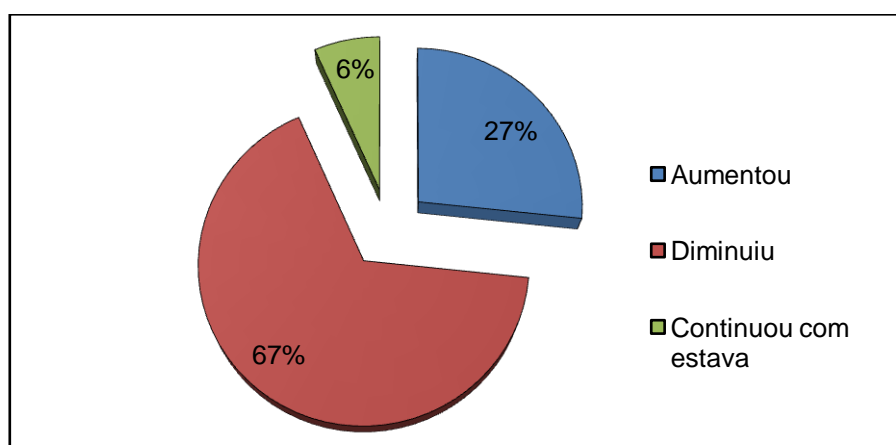
Com relação à evolução da produção agropecuária dos agricultores familiares do município em questão, questionados na pesquisa de campo, gráfico 10, a maioria apontaram que a produção diminuiu nos últimos anos. Para 67% os agricultores familiares questionados, a sua produção diminuiu; 27% disseram que aumentou; e, apenas 6% informaram que a produção agrícola continuou como a mesma quantidade de anos anteriores.

A diminuição da produção dos cultivos de sequeiro tanto na agricultura familiar, quanto, na agricultura como um todo, em São Gabriel, foi motivada pelas implicações da desorganização das práticas produtivas, das dificuldades de acesso

ao crédito agrícola oficial, das irregularidades das chuvas e da falta de uma política de desenvolvimento rural e territorial eficiente.

Esses fatores vão se materializar no espaço agrário do município de São Gabriel, provocando implicações socioeconômicas relevantes para os agricultores familiares que são mais frágeis e dependentes de uma mínima organização e apoio dos órgãos públicos, principalmente, de assistência técnica e de ajuda com a logística de comercialização da produção, a exemplo da mamona e do milho.

Gráfico 10 - Evolução da produção agropecuária da agricultura familiar no município de São Gabriel - 2015



Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Com base na pesquisa de campo -2015

Os poucos agricultores familiares que conseguiram aumentar a sua produção, foram os que conseguiram diversificar a produção e as práticas produtivas, adotando cultivos mais resistentes às irregularidades das chuvas e o uso da irrigação em seus plantios, ou os que conseguiram obter renda para investir em sua propriedade por meio da prática da pluriatividade. Para ilustrar essa afirmação, o agricultor familiar, A. F. de Souza, do povoado de Caroazal diz que:

Plantar feijão, milho e mamona e esperar que Deus mande a chuva, não estava dando mais, pois a chuva teimava em vim e não produzia nada. Então, vendemos o trator e com o dinheiro, furamos um poço e começamos a plantar, mamona e hortaliças. A plantação é pequena, mais ta produzindo mais que a roça de sequeiro. Quanto à coisa apertada, pedimos ajuda a meu filho que trabalha em Irecê, em uma loja de material de construção. Ele sempre tem mandado um dinheiro para complementar o nosso aqui da roça (SOUZA, 2015).

Como apontado no relato do agricultor familiar, a produção agrícola com base nos cultivos de sequeiro, tem diminuído muito nos últimos anos. Essa diminuição

também é ratificada quando observamos a produção total do município, que tem verificado aumento apenas na produção de mamona.

A diversificação da produção com base no uso da prática da irrigação tem sido uma alternativa viável para os agricultores familiares que continuam vivendo e produzindo no campo. Os ganhos gerados pela agricultura de sequeiro tem se mostrado insuficiente para cobrir os custos da produção e satisfazer as necessidades de sobrevivência dos agricultores familiares.

Para Couto Filho (2007, p 46) a realidade apresentada no campo é que “de um lado, tem-se a questão da renda agrícola, cada vez mais insuficiente para manter a família e, de outro, há uma pressão pela liberação da força de trabalho em várias operações de cultivo”. Estes dois acontecimentos, segundo Couto Filho (2007) estão levando as pessoas que vivem no espaço agrário a procurarem outras atividades, não agrícolas, que complementem a renda advinda da agricultura e ocupe a mão de obra disponível. Ou seja, “a agricultura está-se convertendo em uma atividade de tempo parcial” (COUTO FILHO, 2007, p. 46).

Não obstante, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para produzir em quantidade e qualidade suficiente ao sustento de suas famílias, devemos também, levar em consideração que o processo de modernização da agricultura no Território de Identidade de Irecê e, conseqüentemente, em São Gabriel, deixou marcas profundas, tanto para os grandes proprietários, como para os agricultores familiares.

O quadro que se apresenta atualmente no espaço agrário do município é de desorganização econômica, produtiva, e, de graves problemas socioambientais, compactação dos solos, desmatamentos, assoreamentos dos rios, extinção de animais, e, escassez hídrica. Assim, em quatro décadas a agricultura passou pelo processo de modernização conservadora que proporcionou um aumento considerável da produção, para uma quase extinção de alguns gêneros agrícolas, a exemplo do feijão cultivado pelo sistema de sequeiro.

A produção de feijão que em 2004 ocupava uma área de 9.000 hectares, e, produzia mais de 2.600 toneladas por safra, e possuía um rendimento médio de 350 kg/ha, totalizando pouco mais de 2.860 mil reais de valor da produção e, conseqüentemente, movimentava a economia do município. Hoje, a produção quase não existe mais, ocupa apenas uma área de 100 hectares. Devido à baixa

produtividade, a maioria dos agricultores familiares já nem plantam mais esse produto.

Além das dificuldades apontadas anteriormente e da crise da produção de sequeiro, o descaso com as questões ambientais tem levado a área em debate, a um caminho rumo à desertificação, a pulverização das pragas, diminuição das chuvas e a compactação dos solos.

O modelo de produção adotado ao longo dos anos no município tem levado ao agravamento dos problemas socioambientais. Os recursos financeiros investidos no território municipal, baseado no uso abusivo das atividades agropecuárias de sequeiro, acarretaram em grande desgaste da capacidade produtiva dos solos. Muitas propriedades antes produtivas se encontram em estado avançadíssimo de degradação, o que pode ser um indício de instalação de processos de desertificação (BAHIA, 2014).

Somente, poucas iniciativas estão sendo desenvolvidas no município por meio de parcerias com as ONGs que lutam em defesa do ambiente e da melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem e trabalham no campo, a exemplo da Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA, e, do Instituto de Permacultura em Terras Secas - IPÊTERRAS, tem atuado no território do município em debate. Com ilustração, no relatório estadual sobre a desertificação elaborado em conjunto com o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA consta que.

[...] as ações de conservação dos recursos hídricos por meio da compra de terras pelo município para conservação e a destinação das Bacias do Rio Verde e Jacaré como áreas prioritárias para preservação. [...] Em São Gabriel, ocorre apoio financeiro para recuperação do Riacho de São Gabriel e um projeto de revitalização do Riacho Baixão de São Gabriel numa área de 14 km. Ali também acontece um projeto de recomposição da mata ciliar do Rio Jacaré e Riacho Grugueia e Baixão dos Honoratos que, atualmente está em fase de construir o inventário florístico (BAHIA, 2014, p. 119).

Mesmo como ações pontuais, o que fica evidente é que os órgãos públicos não dispõem de instrumentos capazes de garantir a convivência do homem com a seca e os governos: federal, estadual e municipal tem se mostrado “incapaz de desenvolver políticas públicas para manter o homem no campo, mesmo sabendo que os aglomerados urbanos não têm condições para acomodar todos os excluídos do campo” (PEREIRA; PEREIRA, 2013, p. 45).

Um dos motivos que podem explicar o surgimento das atividades não agrícolas está justamente na falta de vontade e prioridade do poder público de fomentar políticas que possam gerar oportunidade de obtenção de renda agrícola suficiente para sustentar as famílias de agricultores familiares que vivem no campo.

A adoção da pluriatividade, diante do processo descrito acima, é vista como uma resposta do agricultor familiar. Constituindo-se como um dos agentes sociais mais importantes do campo, por meio da diversificação de suas atividades, ao longo do processo de modernização conservadora da agricultura, os agricultores familiares têm desenvolvido estratégias de sobrevivência e resistência para continuar se reproduzindo socialmente.

Assim, muitos agricultores familiares desenvolveram alternativas de geração de renda na tentativa de superar a crise que os afetam e criam as dificuldades para essas pessoas que vivem e trabalham no campo. Trabalhar em diversas atividades não agrícolas, principalmente, comércio e serviços, exercendo funções de (professores, pedreiros, garçons, diaristas, atendentes de farmácias, de lojas de roupas e supermercados, segurança, servente, dentre outras) é uma dessas alternativas que se materializam em grande quantidade entre os agricultores familiares no município de São Gabriel.

O crescimento das atividades não agrícolas não é um fenômeno apenas encontrado no município de São Gabriel, esse é atualmente uma realidade observada, tanto do Estado da Bahia (COUTO FILHO, 2007), como e outras partes do território brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

Vale ressaltar que no espaço rural baiano, o crescimento da ocupação em atividades rurais não agrícolas é muito significativo, pois representa quase o dobro do crescimento verificado nestas atividades na zona urbana (2,4% ao ano), além de ter garantido pelo menos um leve crescimento (0,2% ao ano) da ocupação total no meio rural. Este fenômeno muda o quadro da ocupação no meio rural baiano. Em 1992 os ocupados em atividades rurais não agrícolas representavam 15% do total de ocupados no meio rural. Em 1998 esse percentual subiu para 21% e a tendência é crescer nos próximos anos (COUTO FILHO, 2007, p. 62).

Com base nas análises do PNAD/IBGE, todas as taxas de crescimento das pessoas ocupadas em atividades rurais não agrícolas no Brasil eram positivas e bastante superiores às taxas de crescimento da ocupação em atividades agropecuárias. Dentre as atividades não agrícolas no meio rural, destacaram-se as relacionadas às indústrias e às agroindústrias, as atividades de construção civil, de turismo e de lazer (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 58).

Os autores citados, ainda apontam que a adoções das atividades não agrícolas pelos agricultores familiares fazem parte das estratégias de sobrevivência e resistência que os mesmos desenvolvem em um espaço agrário cada vez mais dependente das relações capitalista de produção.

Sendo assim, é importante destacarmos que, assim como o capital se reproduz no campo, os agricultores familiares “como elementos contraditórios de resistência, também vão se reinventando e deste modo, com isso buscando formas de permanência na terra de trabalho” (SANTOS J, 2012, p. 201). Essas formas de permanência e resistência vão se materializar em estratégias como o objetivo de manter o sustento da família por meio de relações não capitalistas (LUXEMBURGO, 1985) e comercializar o excedente da produção (MARTINS, 1975).

A maior parte da produção agropecuária dos agricultores familiares questionados na pesquisa de campo, tabela 10, representada por 84% dos produtos agrícolas e 29% das criações de animais tem como destinos, ao mesmo tempo, o consumo e a comercialização. O produto com o maior peso na comercialização é a mamona, que é vendida quase toda a produção, ficando com o agricultor familiar apenas as sementes para serem plantadas no próximo ano, ou uma pequena parte da produção que é utilizada na fabricação de sabão artesanal.

Os dados também revelaram que 13% das criações de animais e 3% da produção agrícola são destinados somente à comercialização, especialmente, os agricultores familiares que plantam apenas mamona em suas propriedades. Enquanto que, 58% das criações de animais e 13% da produção agrícola, têm como finalidade, somente, o consumo da própria família.

Tabela 10 - Destino da produção agropecuária dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015

Categorias	Agricultura	%	Pecuária	%
Consumo da própria família	39	13	173	58
Comercialização	10	03	40	13
Ambos	251	84	87	29
Total	300	100	300	100

Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na pesquisa de campo - 2015

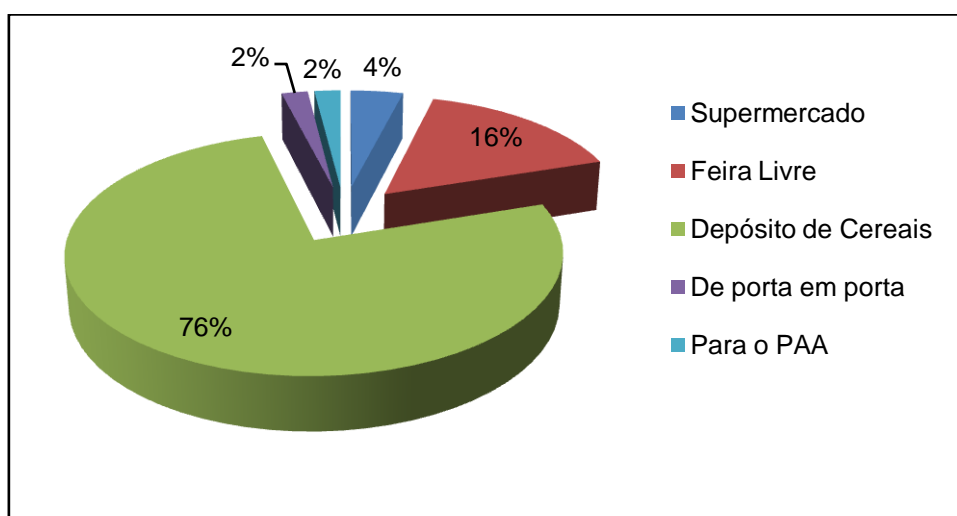
Ao analisarmos os dados sobre comercialização da produção agropecuária, percebemos que na agricultura familiar do município em questão, a necessidade de sobrevivência, leva os agricultores familiares a comercializar somente o excedente

da produção. A comercialização ocorre com maior intensidade nos períodos de safra, pois os agricultores familiares necessitam de capital para cobrir as despesas com as colheitas. É o que Martins (1975), chama de economia do excedente, “cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e, secundariamente, à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades” (MARTINS, 1975, p. 45).

Na perspectiva de Martins (1975), o excedente da produção agropecuária é o fio de ligação econômica com a produção capitalista, e esse, adquire valor de troca porque há condições econômicas para a sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado apenas da divisão do trabalho.

Por outro lado, a produção não é em grande escala, dentre outros fatores, porque a inovação técnica na agricultura ainda é muito tímida, principalmente no emprego de variedades adaptadas às condições naturais do município e que produza em quantidade e qualidade suficientes para alimentar as famílias e gerar excelentes para a comercialização. A maior parte da produção agropecuária que é comercializada pelos agricultores familiares vai para os depósitos de cereais, 76% da produção, gráfico 11.

Gráfico 11 - Destino da produção agrícola dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015



Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na pesquisa de campo - 2015

Uma parte da produção da mamona é vendida para os donos dos depósitos de cereais de forma antecipada, pois, os agricultores familiares necessitam de um adiantamento em dinheiro para cobrir os custos da produção e principalmente da

colheita. Da produção agropecuária em análise, 16% do que é produzido são comercializados em feiras livres, na sede do município e na vila de Gameleira do Jacaré, geralmente esses produtos são cultivados por meio de irrigação (hortaliças, feijão de corda, milho maduro e frutas), além de pequenas criações animais (galinhas, cocás, porcos e perus.).

Enquanto que, 04% do que é produzido na agricultura familiar é comercializado diretamente pelos agricultores como os supermercados (leite, ovos, carnes e verduras). Os donos dos supermercados, além da compra direta aos agricultores familiares, também adquirem produtos agropecuários dos donos de depósitos de cereais. E, somente 02% da produção agropecuária é comercializada de porta em porta, verduras (coentro, alface, tomate, cebola, beterraba), bem como, 02% são vendidas pelos agricultores familiares as escolas municipais, por meio do PAA.

Segundo informações da SMASG, 18 agricultores familiares, fazem parte do PAA e destina parte de sua produção, geralmente hortaliças, bolos, melancia, aipim, para a alimentação escolar, por meio das associações de trabalhadores rurais, como apontamos anteriormente. Os comerciantes que são donos de mercados de cereais e de grãos são os mais beneficiados com a comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar, pois, eles são os responsáveis por comprar a produção agrícola dos agricultores e vender para empresas e para outros comerciantes maiores ou ainda para os diversos consumidores.

Esses comerciantes são conhecidos como atravessadores. Para Santos J (2009, p. 157), os atravessadores “não plantam, não colhem, não se endividam com o crédito agrícola, mais por adiantar uma quantia em dinheiro ao portador, acabam ficando com boa parte da renda fundiária dos agricultores familiares”. Os atravessadores também atuam na compra de produtos agropecuários comercializados nas feiras livres, só que em menor proporção.

As feiras de modo geral, se constituem no espaço de venda direta dos produtos agropecuários pelos agricultores familiares, portanto, as feiras exercem um papel importante como forma de comercialização da produção familiar com pouca presença dos atravessadores. “A feira é uma oportunidade para os produtores comercializarem, diretamente, seus produtos, aumentando a possibilidade de agregar valores. Vários produtores veem na feira um meio de complementar sua renda” (MENDES, 2005, p. 250).

No município de São Gabriel as feiras livres são espaços fundamentais para que os agricultores familiares possam comercializar os seus produtos e com isso gerar renda para que possam continuar produzindo e diversificando suas atividades. As três principais feiras acontecem no município de São Gabriel, ocorrem nos finais de semana. Aos sábados ocorre pela manhã à feira de produtos orgânicos na Rua da União, centro comercial na sede do município, foto 14. Já aos domingos pela manhã acontece à feira livre da vila de Gameleira do Jacaré e a feira geral, localizada no Centro de Abastecimento do Município - CEASA, foto 15.



Foto 14 - Feira de produtos orgânicos vindos da agricultura familiar na sede do município de São Gabriel. Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Jul. 2015



Foto 15 - Feira Livre na sede do município de São Gabriel. Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Jul. 2015

A combinação de diferentes canais de comercialização da produção agropecuária na agricultura familiar, pode se constituir como uma importante estratégia dos agricultores familiares para melhorar a sua renda e fortalecer as atividades agrícolas desenvolvidas em suas propriedades.

É de fundamental importância que os agricultores familiares de São Gabriel tenham em mente que a “introdução de inovações no processo de comercialização, a participação em mercados diferenciados ou especializados e formas de organização criativas que procuram superar as dificuldades do cooperativismo e associativismo tradicional” (SANT’ANA, 2003, p. 32).

Outra estratégia de sobrevivência adotada pelos agricultores familiares é a migração. Muitos jovens com idade de 16 a 18 anos migram em busca de trabalho em outras regiões do Estado e até mesmo fora dele, motivados pela necessidade que suas famílias possuem de buscar outras fontes de renda quando as condições locais não permitem a obtenção da renda mínima necessária à manutenção da família.

Na maioria dos casos, os destinos são Minas Gerais (migrações sazonais para trabalhar na colheita de café) e para São Paulo, apesar da crescente redução no número dos postos de trabalho. As migrações aumentam muito em anos de pouca produção agropecuária. Segundo os agricultores familiares: J. C. de Oliveira, do povoado de Baraúna e Pedro J. B do Nascimento, do povoado de Itapicuru, os jovens do município são obrigados a migrarem.

Eles vão simhora por causa de emprego. Eles querem trabalhar, mas não tem emprego. [...] Vão mais pra São Paulo. Tem uns voltando porque não têm curso e são despedidos. Mas quando tão lá sempre mandam alguma coisa pra ajudar quem ficou aqui. [...] Eles vêm quando lá tá ruim. E quando tem notícia de que lá tá melhorando, voltam (OLIVEIRA, 2015).

A moda agora é ir para a colheita de café em Minas Gerais, todo ano sai uma multidão de gente daqui pra lá, trabalham três meses, ganham um bom dinheiro e voltam. No outro ano a mesma coisa acontece. Alguns pais de família levam sua mulher e filhos, mais a maioria vai mesmo é sozinho. Os que vão sozinhos deixam as suas mulheres e os filhos pequenos cuidando da roça até eles voltarem (NASCIMENTO, 2015).

Os depoimentos dos agricultores familiares confirmam o argumento utilizado por Wanderley (1996), para quem a ocorrência de migração é, na verdade, um dos espaços sociais construídos pelos agricultores familiares para continuarem se reproduzindo física e socialmente.

Sendo assim, notamos que os trabalhos tipicamente agrícolas ainda são maioria na agricultura familiar no município de São Gabriel, porém as atividades não agrícolas estão crescendo a cada dia. Crescimento ainda maior é observado com relação à pluriatividade que vem se tornando um dos pilares de sustentação do agricultor familiar que enxerga nela uma estratégia de sobrevivência que possa amenizar as crises que a agricultura familiar vem passando.

O que potencializa o surgimento da pluriatividade são os baixos rendimentos advindos da produção agrícola, devido ao fato dessas atividades estarem voltadas, principalmente, para o autoconsumo das famílias, e com isso os agricultores familiares têm dificuldades de produzir excedente para comprar outras mercadorias necessárias a sua reprodução social.

5.3 Dinâmicas das ocupações na agricultura familiar

Para entender a pluriatividade, termo empregado para designar os trabalhos desenvolvidos pelos membros da família de agricultores que dedicam parte de seu tempo de trabalho em atividades agrícolas e o tempo restante no desenvolvimento de atividades não agrícolas é necessário delimitar e classificar as ocupações desenvolvidas pelos agricultores familiares.

As atividades agrícolas e não agrícolas que os membros da família podem exercer dentro das possibilidades estruturais de sua propriedade, bem como, atividades desenvolvidas fora da sua propriedade, decorrente da ampliação do mercado de trabalho, são fundamentais para a materialização da pluriatividade.

Entretanto, isto não significa que a partir da adoção das atividades não agrícolas, os agricultores familiares passem a ter, necessariamente, que deixar as suas atividades agropecuárias para se dedicar exclusivamente as atividades não agrícolas. Portanto, a pluriatividade deve ser entendida como uma estratégia de sobrevivência e resistência utilizada pelo agricultor familiar como forma de melhorar a renda e a qualidade de vida de família.

Godoy e Wizniewsky (2013) apontam que à prática da pluriatividade.

[...] deve ser considerada como mais uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar promovendo a diversificação na propriedade, possibilitando o fortalecimento da família através de novas

atividades que podem produzir uma renda adicional ao agricultor e também reduzir a necessidade de aquisição de insumos e produtos [...] (GODOY; WIZNIEWSKY, 2013, p. 06).

E ainda acrescenta que:

[...] A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas na propriedade rural não devem ser vista apenas sob a ótica econômica, já que a presença de atividades pluriativas irá gerar potencialidades que fortalecem a agricultura familiar e a sua reprodução econômica e social. Dentre estas potencialidades podemos citar: elevação da renda da família; geração de empregos; reduzir o êxodo rural; estimular o desenvolvimento local e conseqüentemente propiciar o desenvolvimento rural; sustentabilidade ambiental; dentre outros [...] (GODOY; WIZNIEWSKY, 2013, p. 06).

A interação entre as atividades agrícolas e não agrícolas vão se intensificando conforme as relações entre os agricultores familiares e o contexto socioespacial, vão ficando mais complexos e diversificados. Oportunidades de trabalho em outras propriedades vão aparecendo em decorrência do desenvolvimento do agronegócio, nos nichos de irrigação que vão surgindo no Território de Identidade de Irecê.

A dinâmica urbana da cidade de Irecê tem atraído mão de obra do campo para ocupar os postos de trabalho excedentes no comércio, que a cada ano fica mais dinâmico e diversificado. Daí porque a pluriatividade é um fenômeno heterogêneo e que se manifesta de formas diversas a depender das particularidades de cada Território.

Para a compreensão das implicações da pluriatividade na formação da renda na agricultura familiar no município em debate, às famílias dos agricultores foram divididas em quatro categorias: agrícolas, não agrícolas, pluriativas e não ocupadas. As famílias foram consideradas agrícolas quando todos os membros ativos (em idade e capacidade de trabalho) e exercem atividades agropecuárias como única ocupação. Caso todos os membros da família estejam ocupados em alguma atividade que não seja relacionada à agropecuária na ocupação principal, a família foi considerada não agrícola.

As famílias pluriativas para efeito dessa pesquisa foram aquelas que combinaram atividades, tanto agrícolas quanto não agrícolas na ocupação principal ou secundária pelo menos por um de seus membros. As famílias não ocupadas foram as que as pessoas que a integram não trabalham (crianças em idade escolar e os aposentados sem ocupação).

Os resultados da pesquisa de campo indicam que quase a metade das famílias analisadas, 48% trabalham somente em atividades agrícolas, tabela 11. Porém, esses dados não são garantia que a renda gerada pelo trabalho agrícola está sendo suficiente para dar uma vida digna aos agricultores familiares, pois esses não introduzem renda de outras atividades, muitas vezes por falta de oportunidades.

Tabela 11 - Ocupação da mão de obra dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015

Atividades	Quantidades	Porcentagem %
Agrícola	445	48
Não Agrícola	161	17
Pluriativa	275	29
Não Ocupado	56	06
Total	937	100

Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na pesquisa de campo - 2015

Os agricultores familiares que desempenham atividades agrícolas e não agrícolas, ou seja, os pluriativos, respondem por 29% das famílias. Isso decorre da falta de incentivo, de condições igualitárias no acesso a terra e de políticas públicas específicas que dê plenas condições aos agricultores familiares a viverem e produzirem em quantidade e qualidade necessárias a sua reprodução social. Com isso, a pluriatividade possibilita a ocupação do agricultor familiar não exclusivamente na agropecuária, abrindo-lhe espaço para atuação em outras atividades produtivas no campo e na cidade.

No que se refere às ocupações dos agricultores familiares somente em atividades não agrícolas, apesar de responderem somente 17% das famílias de agricultores analisadas no município, é evidente que há um grande deslocamento dos agricultores (principalmente os mais jovens) para a sede do município e dos distritos de Besouro e Gameleira do Jacaré, bem como, para outros centros urbanos mais próximos a procura de melhores condições de vida. Com isso, deixam o trabalho na agricultura familiar e buscam outras atividades, na maioria das vezes pouco remuneradas devido à baixa qualificação da mão de obra e da crise econômica que assola o Território de Identidade de Irecê nos últimos anos.

A participação da pluriatividade na geração da renda na agricultura familiar é de fundamental importância para a manutenção da família em suas unidades de

produção, pois, se constituem como uma, mas não a única, estratégias que pode possibilitar a sobrevivência e permanência do agricultor familiar no campo.

A pluriatividade deve ser entendida como alternativa de sobrevivência e resistência, mas também como um reflexo dos problemas relacionados às atividades agrícolas que continuam correntes de estruturas produtivas e com isso não tendo, por si só, condições de gerar renda necessária a manutenção das famílias. É antes de tudo, uma estratégia e ao mesmo tempo, um reflexo da falta de alternativas de melhorias na atividade agropecuária.

Os dados da pesquisa de campo reforçam os argumentos de Graziano da Silva (2002, p. 52), quando o autor diz que “as rendas das famílias agrícolas são sempre menores que a das famílias pluriativas”. Isso implica dizer, que na agricultura familiar do município em debate, a possibilidade de obter rendimentos não agrícolas tem sido de fundamental importância para o aumento da renda das famílias que dependem das atividades agropecuárias.

Com relação aos agricultores familiares que foram compreendidos como não ocupados, representados por crianças até 6 anos de idade, que não ajudam os pais nas atividades agropecuárias e se dedicam quase que exclusivamente aos estudos. Essa categoria representa apenas 06% dos agricultores familiares em São Gabriel.

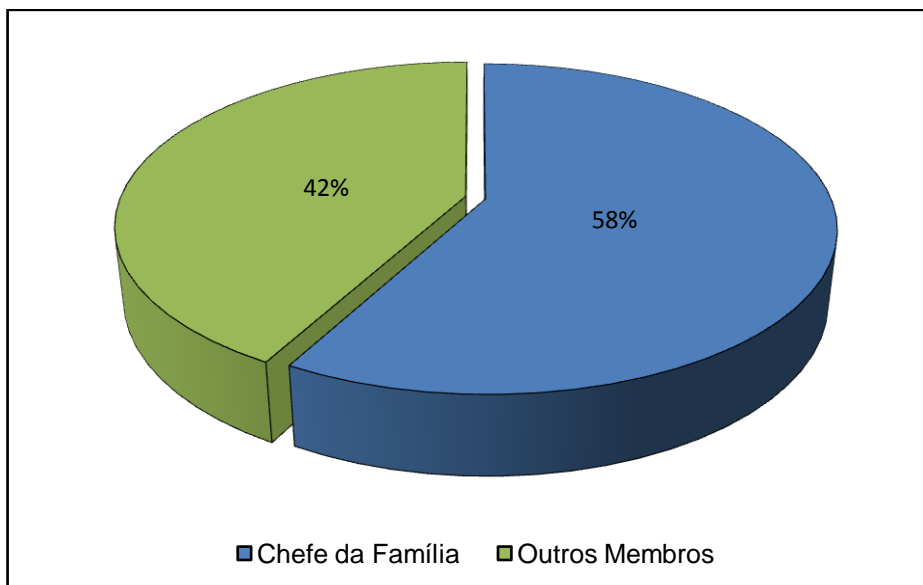
A porcentagem reduzida de pessoas não ocupadas é um reflexo da diminuição do trabalho infantil, que atualmente é uma realidade no Brasil, na Bahia e também, no município de São Gabriel.

Dentre os fatores que contribuíram para essa queda na quantidade de crianças, que são obrigadas a trabalharem para ajudar na renda familiar, sobretudo, nos espaços rurais, podemos apontar: o acesso cada vez maior ao sistema de ensino regular, mesmo na zona rural; a participação das crianças do campo e da cidade nos programas sociais do governo federal, principalmente no Programa Bolsa Família; o trabalho de assistência social desenvolvidos pelos órgãos públicos, a exemplo do Conselho Tutelar; a ligeira melhoria na infraestrutura produtiva e de transporte no campo e as oportunidades de emprego nos centros urbanos para os pais, dentre outras.

É importante destacar que a pluriatividade apresenta-se como uma estratégia de diversificação das fontes de renda e permite que as famílias que combinam rendimentos agrícolas e não agrícolas obtenham uma renda total mais elevada que aquelas exclusivamente dependentes da renda obtida das atividades agrícolas.

Quando a análise das ocupações dos agricultores familiares pluriativos é feita a partir da comparação entre a quantidade de chefes das famílias e os demais membros, observamos que entre os agricultores familiares pluriativos a maioria são formados pelos chefes das famílias, gráfico 12.

Gráfico 12 - Participação dos chefes de famílias entre os agricultores familiares pluriativos no município de São Gabriel - 2015



Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na pesquisa de campo - 2015

Os chefes das famílias respondem por 58% dos agricultores familiares pluriativos questionados na pesquisa de campo, enquanto que os demais membros das famílias representam somente 42% dos agricultores familiares pluriativos no município de São Gabriel.

O aumento da pluriatividade entre os agricultores familiares do município de São Gabriel, tanto no conjunto da família, como do chefe, pode ser entendido como reflexos da conjuntura territorial e do modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo Estado na década de 1970, provocando implicações, tanto na produção do espaço agrário, quanto, na dinâmica das ocupações na agricultura familiar.

O esgotamento do modelo de modernização produtivista da agricultura trouxe a tona um cenário de desorganização das atividades agropecuárias no município em debate. Os agricultores familiares foram os mais atingidos, pois, não conseguiram superar em curto prazo os reflexos da política produtivista implantada no Território de Identidade de Irecê.

Segundo as análises de Paulino (2006) sobre o processo de modernização da agricultura, é relevante destacar que.

O Estado se tornou agente de tais mudanças, e o fez de forma incisiva a partir dos anos 1970, quando a indústria já movimentava as engrenagens do país. Pelo fato de a expansão para o setor agrícola ser imperativa, interviu-se diretamente no campo, por meio de políticas agrícolas que passaram a privilegiar, sem exceção, culturas e atividades que incrementassem um mercado de consumo para a indústria (PAULINO, 2006, p. 10).

Um dos reflexos dessa política no município de São Gabriel foi à desorganização da agricultura de subsistência e a intensa subordinação dos agricultores familiares à política de crédito agrícola e, conseqüentemente, os agricultores familiares ficaram a mercê dos bancos e do Estado, por causa dos endividamentos, pois a maioria não conseguiu quitar as suas dívidas em razão da queda da produção.

Para superar o quadro de desorganização econômica e produtiva, os agricultores familiares tiveram que desenvolver estratégias de obtenção de renda em outras atividades para complementar a renda agrícola que já não é mais suficiente para manter a produção e o sustento da família, exclusivamente na terra de trabalho.

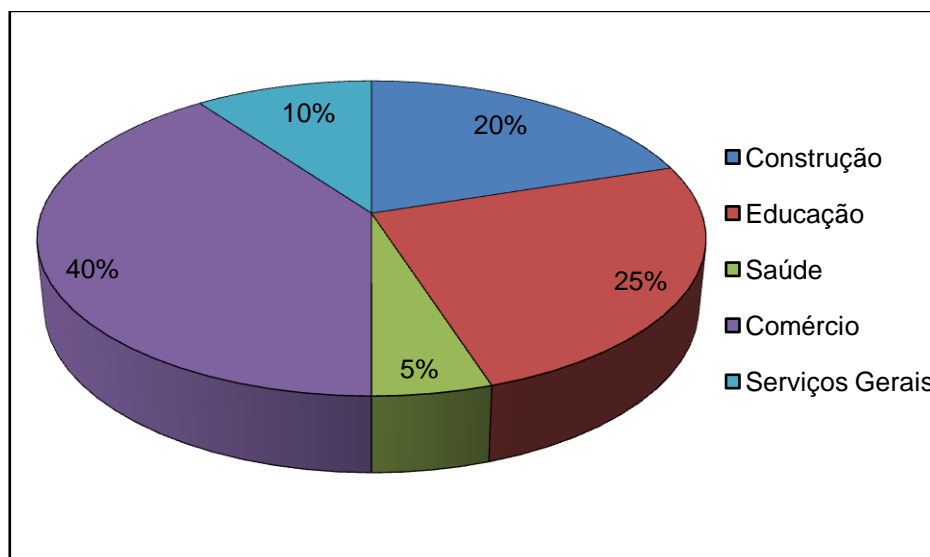
Assim, para que haja o desenvolvimento da prática da pluriatividade entre os agricultores familiares é preciso que na sua localidade, ou na cidade mais próxima haja um mercado e, no “contexto” territorial próximo tenha dinamismo suficiente para mercados de trabalho (ou para novos produtos e serviços autônomos), ou seja, é preciso haver demanda adequada para o trabalho pluriativo (KAGEYAMA, 1998a, p. 537).

A pluriatividade na agricultura familiar de São Gabriel e com base em Godoy e Wizniewsky (2013) deve ser percebida, também como uma estratégia de resistência que foi resultado muitas vezes da falta de escolha que levem os agricultores familiares a buscarem outras possibilidades, perante as pressões econômicas e sociais que a agropecuária, principalmente a familiar, sofre diante da ordem social desigual imposta pelo mercado econômico existente. “Como estratégia, os agricultores familiares podem lançar mão de atividades pluriativas assegurando sua reprodução social e econômica, bem como, possibilitar o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural” (GODOY; WIZNIEWSKY, 2013, p. 07).

A prática da pluriatividade para os agricultores familiares de São Gabriel servem de reforço nos momentos de crises, quando os fatores naturais (a irregularidade das chuvas, compactação dos solos, tratorização, uso indiscriminados de agrotóxicos e fertilizantes químicos e outros) e a falta de financiamentos assolam a produção.

Dentre as atividades não agrícolas, desenvolvidas pelos membros das famílias de agricultores questionados na pesquisa de campo, a de maior destaque são as atividades ligadas ao comércio (principalmente na sede do município e na cidade vizinha de Irecê) e representam 40% das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, gráfico 13.

Gráfico 13 - Principais atividades não agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares do município de São Gabriel - 2015



Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na pesquisa de campo - 2015

As atividades comerciais têm crescido na sede do município de São Gabriel nos últimos anos. Concomitantemente, cresce também, as oportunidades de empregos não agrícolas, que por sua vez, absorvem a mão de obra ociosa do campo. Para a agricultora familiar M. O. Almeida do povoado do Caldeirão do Florindo, a prática pluriatividade é uma realidade necessária para a manutenção de sua família no campo. [...] “Eu trabalho pela manhã em Irecê em uma padaria, meio dia, volta para a roça no povoado de Caldeirão do Florindo e ajudo meu marido, na lida aqui, cuidando das galinhas, capinando a plantação, ou seja, fazendo de tudo aqui na roça [...]” (ALMEIDA, 2015). É cada vez mais relevante a ocupação de parte

do tempo de trabalho dos agricultores familiares do município de São Gabriel em atividades ligadas ao comércio.

Segundo os dados da Câmara dos Dirigentes Lojistas da Região de Irecê - CDL, só na sede do município de São Gabriel, atualmente existem 22 supermercados, 12 lojas de confecções, 6 lojas de móveis, uma de alcance nacional (Armazém Paraíba), duas de alcance regional (Casas Freire e Irmãos Rosa) e três de alcance municipal (Mobilier, Móveis São Gabriel e J C Eletromania), 3 lojas de calçados, 3 lojas de perfumaria, 15 padarias, 8 lojas de materiais de construção, 4 postos de gasolina, além de lojas de celulares, produtos de informática, papelaria, armarinhos, quitandas, e outras.

A maioria dos estabelecimentos comerciais tem oportunizado empregos para as pessoas da cidade e do campo. Nas vilas de Gameleira do Jacaré e do Besouro, o comércio é menos dinâmico, mas oferece algumas oportunidades de emprego para os agricultores familiares, que residem em propriedades rurais próximas.

Os agricultores familiares que mantêm em suas propriedades, pequenos comércios de alimentos, bebidas e produtos de higiene e limpeza, os chamados pequenos mercadinhos no campo, praticam a pluriatividade intersetorial (SCHNEIDER, 2009, p. 142), que é “um tipo de pluriatividade que decorre do processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia, principalmente a indústria, comércio e serviços”, foto 16.



Foto 16 - Estabelecimento comercial no campo. Comunidade rural de Caldeirão do Florindo no município de São Gabriel. Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Out. 2015

Também praticam a pluriatividade intersetorial, os agricultores familiares que possuem uma ocupação complementar em atividades não agrícolas ligadas a educação. Esses, respondem por 25% dos agricultores familiares questionados, e em sua maioria são formados por professores com habilitação em magistério, coordenadores pedagógicos, fotos 17 e 18, além de merendeiras, porteiros e outros profissionais.



Fotos17 e 18 - Agricultor familiar pluriativo. Na foto à esquerda, o agricultor trabalhando na plantação irrigada de hortaliças na comunidade rural de Mata Verde no município de São Gabriel. Na foto à direita, o mesmo agricultor, trabalhando como coordenador pedagógico na Escola Manoel Honorato de Souza, no povoado de Baixão do Honoratos, distrito de Besouro no município de São Gabriel. Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Fotos tiradas por L. P. ROCHA, na pesquisa de campo - Mar e Out. 2015

Os serviços ligados à indústria de construção civil, pedreiros, serventes, foto 19, eletricitas, pintores, encanadores e outros, representam 10% das atividades não agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares questionados na pesquisa.



Foto 19 - Agricultores familiares trabalhando na construção de residências no campo. Comunidade rural de Bucho da Nega no município de São Gabriel. Fonte: Organizado por OLIVEIRA, E. F. Foto tirada na pesquisa de campo - Out. 2015

Essas atividades não necessitam, de muita qualificação profissional e são desenvolvidas, muitas vezes, por meio de conhecimentos que vão sendo passados de pais para filhos.

Quando as atividades não agrícolas de construção e de subcontratação de serviços, são desenvolvidas pelos agricultores familiares somente no campo, por meio da terceirização de partes dos processos produtivos na agropecuária, efetiva-se a pluriatividade de base agrária (SCHNEIDER, 2009, p. 142), que “é a pluriatividade que ocorre dentro do setor agropecuário, mas se caracterizada pela combinação de atividades agrícolas e novas atividades não agrícolas”.

As pessoas que trabalham em serviços gerais (garis, faxineiras, diarista se ajudantes de cantina) representam 10% dos questionados. Já os prestadores de serviços na saúde, absorvem apenas 5% dos trabalhos não agrícolas desenvolvidos pelos agricultores familiares.

Os dados referentes à ocupação de agricultores familiares nas indústrias de construção, prestação de serviços e administração pública, também é apontada pela análise de Couto filho (2007) para as ocupações não agrícolas que mais cresceram no Estado da Bahia.

O que se observa na Bahia é que cresce a ocupação na indústria da construção, em razão das frentes de trabalho de combate às fortes secas, e, de forma destacada, na prestação de serviços. Esta última tem absorvido muitas pessoas em atividades que vão desde o trabalho doméstico até o lazer e turismo (garçons, arrumadeiras, cozinheiros etc.). Também merece destaque o crescimento, com altas taxas, da ocupação na administração pública, nas atividades ligadas principalmente as prefeituras (COUTO FILHO, 2007, p. 62).

Os resultados apresentados demonstram que a pluriatividade na agricultura familiar de São Gabriel, deve ser vista como uma estratégia visando complementar a renda, melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, bem como, “permite uma maior segurança às famílias no que se refere à redução da vulnerabilidade de riscos que podem ocorrer nas atividades agrícolas e com isso, fortalecendo a agricultura familiar” (GODOY; WIZNIEWSKY, 2013, p. 13).

Assim, a pluriatividade se apresenta como uma das formas de sobrevivência dos agricultores familiares no município de questão, na medida em que a renda gerada pela combinação dos trabalhos agrícolas e não agrícolas estão sendo relevante nos investimentos aplicados na agricultura familiar.

As novas dinâmicas trazidas pela pluriatividade indicam que as políticas públicas para o meio rural precisam ser repensadas, levando em conta, principalmente, o grande número de famílias pluriativas, o crescimento das ocupações não agrícolas e as desigualdades territoriais (COUTO FILHO, 1999).

Não se quer dizer, com isso que a atividades agrícolas devam ser menosprezadas e esquecidas. Ao contrário, é essencial desenvolver e distribuir a “riqueza agrícola” de preferência, através de sistemas de produção menos agressivos ao homem e ao ambiente.

Convém não esquecer, também, que é a partir da agricultura que se abre o caminho para o desenvolvimento das atividades não agrícolas, pois as atividades agrícolas tradicionais estão em crise no município de São Gabriel. Tal fato obriga os agricultores familiares a intensificarem e diversificarem as estratégias de sobrevivência, cuja base é a pluriatividade por meio da conciliação das atividades agrícolas e não agrícolas, especialmente, porque o espaço agrário do município é caracterizado pelo baixo dinamismo econômico e pouca integração agroindustrial.

Portanto, concordamos com Conterato *et al* (2006) quando os autores colocam que:

Por ser um processo multisetorial e multifuncional, a pluriatividade passa a ser cada vez mais reconhecida como uma importante estratégia de reprodução dos agricultores familiares e de promoção do desenvolvimento rural, principalmente naquelas regiões onde a agricultura familiar se apresenta como a forma social hegemônica, pois contribui decisivamente para o fortalecimento das economias locais e regionais, para a permanência dos agricultores no meio rural, para recolocar as questões de gênero, como garantia de renda e até mesmo como um modo de vida próprio (CONTERATO, *et al.* 2006, p. 03).

Por conta disso, a pluriatividade nessa pesquisa não é vista como uma atividade transitória ou mesmo precária junto às famílias, mas pela sua capacidade de fomentar o desenvolvimento territorial, e possibilitar estratégias de sobrevivência e resistência, mesmo que isso se dê de forma diferenciada no espaço e no tempo

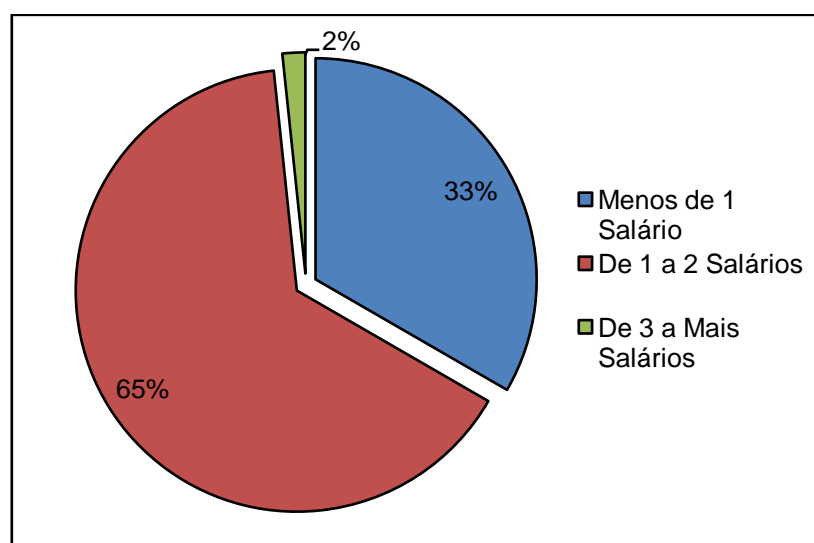
Vale destacar nesse debate que a pluriatividade por si só ainda não é capaz de promover o desenvolvimento rural se estiver descolado de outras condições socioespaciais, como o acesso a terra, a linhas de crédito e financiamento, preocupação com os aspectos ambientais, com o autoconsumo, com o modo de vida do agricultor familiar e, com a realidade socioespacial ao qual se analisa o fenômeno.

5.4 Importância da pluriatividade na composição da renda familiar

A diversificação das atividades é essencial para a obtenção de renda suficiente para a manutenção dos agricultores familiares do município de São Gabriel. É relevante, a renda que advém das atividades agropecuárias, das atividades não agrícolas e das transferências governamentais, por meio de aposentadorias rurais⁹ e dos programas sociais do governo federal. Sem a somatória dessas fontes de renda, dificilmente os agricultores familiares conseguiriam continuar trabalhando e vivendo no campo, assim como, não teriam possibilidade de sustentar as suas famílias.

Com relação à origem da renda produzida pelos agricultores familiares do município em destaque e com base nas análises dos dados da pesquisa de campo, notamos que a maioria das famílias questionadas, representadas por 65% ganham por mês de 1 a 2 salários mínimos. Enquanto que, 33% das famílias conseguem arrecadar por mês menos de 1 salário mínimo. Já as famílias que tem ganhado mais de 3 salários mínimos, representam apenas 2%, gráfico 14.

Gráfico 14 - Renda média dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015



Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na Pesquisa de Campo - 2015

⁹É o benefício concedido aos produtores rurais (nessa pesquisa agricultores familiares) que comprovem que trabalharam na atividade agropecuária, sendo que a idade mínima para se conseguir o mesmo para os homens é de 60 anos e para as mulheres é de 55 anos (MENEGATI, 2005, p. 94).

A baixa renda obtida pela maioria dos agricultores familiares questionados, de forma geral, é um reflexo dos problemas decorrente da conjuntura territorial, da baixa produtividade, da falta de assistência técnica regular, da queda nos preços dos principais produtos agrícolas, das dificuldades de acesso ao crédito agrícola e do endividamento dos agricultores familiares. Além, de questões ligadas à concentração e expropriação de terras, das irregularidades das chuvas e de outras condições ambientais.

As dificuldades apontadas provocaram o crescimento da participação dos rendimentos vindos da combinação das atividades não agrícolas desempenhadas dentro e fora das propriedades familiares, com a intensificação da pluriatividade na formação da renda familiar. Entretanto, apesar do crescimento das atividades não agrícolas e da pluriatividade, os ganhos oriundos das atividades agrícolas ainda são relevantes na composição da renda dos agricultores familiares do município de São Gabriel.

Os dados da tabela 12 apontam os rendimentos dos agricultores familiares nas duas principais formas de ocupação: agrícola e não agrícola, e, na renda gerada pelas aposentadorias rurais e pelos programas sociais. Das famílias que ganham menos que um salário mínimo¹⁰, 45% da renda são oriundas de atividades agrícolas, 25% de atividades não agrícolas e 10% de aposentadorias rurais. Outros rendimentos vindos dos programas sociais do governo federal somam juntos 20% da renda familiar.

Um fator relevante na análise da baixa renda dos agricultores familiares que se encontram na situação descrita acima, é que esses agricultores são justamente os que possuem propriedades rurais classificadas como minifúndios, ou seja, uma extensão de terra insuficiente para a prática de atividades produtivas que possam gerar ganhos suficientes para a satisfação das necessidades da familiar, apenas com os rendimentos oriundos das atividades agropecuárias.

Os agricultores familiares que produzem renda na faixa de até dois salários mínimos têm 50% de sua renda derivada de atividades agrícolas, 25% de atividades não agrícolas. Enquanto que, 20% da renda são oriundas das aposentadorias rurais e somente 05% vêm de programas sociais do governo federal. Já as famílias que

¹⁰O Valor do salário mínimo adotado nessa pesquisa foi de 788,00. Valor vigente no país no ano de 2015, conforme os dados do Banco Central do Brasil - BCB. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acessado em Jul. 2015.

conseguem arrecadar 3 ou mais salários mínimos têm 80% dessa renda é derivada das atividades agrícolas e 20% de atividades não agrícolas. Não possuindo rendimentos de aposentadorias rurais e nem dos programas de transferência de renda do governo federal.

Tabela 12 - Origem da renda dos agricultores familiares questionados no município de São Gabriel - 2015

Renda da Família/Salários	Agrícola (%)	Não Agrícola (%)	Aposentadorias (%)	Outras*	Total (%)
Menos de 1	65	05	05	25	100
De 1 a 2	50	25	20	05	100
De 3 a mais	80	20	00	00	100

* Bolsa Família, Bolsa Escola, pensões e outras.

Fonte: OLIVEIRA, E. F. de. Com base na pesquisa de campo - 2015

Essa faixa é formada pelos agricultores familiares como maior renda e que conseguiram diversificar a produção (com cultivos irrigados por meio da perfuração de poços artesianos) e, a criação de animais (bovinos, caprinos, suínos e ovinos, aves e outros) para o abate e venda aos açougues espalhados pelo município, bem como, nos municípios vizinhos. E, pelos agricultores familiares, que praticam a pluriatividade (de base agrária e intersetorial), desenvolvendo atividades não agrícolas com maior remuneração.

É importante destacar, que as famílias que possuem as renda mais elevada, são justamente as que conseguem mais rendimentos advindos das atividades de produção na agropecuária. Esse fato indica que o agricultor familiar só recorre às atividades não agrícolas e a pluriatividade, quando não consegue suprir as suas necessidades com os rendimentos das atividades agropecuárias.

Para J. A. Andrade, funcionária do STRSG e, também, presidente da Associação de Produtores Rurais do Corta Asa.

[...] o agricultor familiar só trabalha em outra atividade fora da agropecuária porque é obrigado. Se as propriedades rurais do nosso município produzissem como em décadas anteriores, não tinha nenhum agricultor trabalhando aqui na cidade [...]. A roça não produz por falta de chuvas regulares, falta também, crédito agrícola, que diminuiu muito, até os serviços de atendimento desenvolvidos pelo sindicato, como o apoio com aluguel de tratores e fornecimento de sementes é precário, a gente faz o que pode como o pouco que temos. Então, a saída para o agricultor é buscar trabalho aqui na cidade, ou ir para Minas Gerais, colher café ou ir para São Paulo, cortar cana (ANDRADE, 2015).

Além de todos esses aspectos que dificultam as atividades dos agricultores familiares, acrescenta-se a pouca disponibilidade de terras, haja vista que os agricultores familiares em sua maioria, trabalham e vivem em minifúndios, que são insuficientes para produzir o necessário á sobrevivência das famílias.

As dificuldades produtivas vivenciadas pelos agricultores familiares em suas propriedades vão refletir na renda das famílias e contribuindo para o aumento da importância das atividades não agrícolas e da pluriatividade. Os ganhos em atividades não agrícolas estão representados em todas as faixas analisadas e ocorrem, principalmente, devido à falta de emprego no campo e das dificuldades de produção vivenciadas pelos agricultores familiares.

A evolução das atividades não agrícolas e da pluriatividade, vem em um primeiro momento crescendo especialmente em decorrência das crises enfrentadas pelos agricultores familiares, que não conseguiram acompanhar o processo de modernização da agropecuária em termos de modernização das técnicas de produção e de diversificação de cultivos. No segundo momento, os agricultores familiares são forçados a aproveitaram a expansão da oferta de postos de trabalho em atividades urbanas, para agregarem renda por meio da ocupação de parte de seu tempo de trabalho em atividades não agrícolas.

Assim, conforme os argumentos de Silveira, *et al* (2004) e as análises dos dados da pesquisa de campo é possível perceber que muitos agricultores familiares estão buscando alternativas fora das atividades agrícolas para continuar produzindo e se reproduzindo socialmente no campo.

Nesse sentido, a pluriatividade se coloca como uma possibilidade de renda que tem ajudado os agricultores familiares a superar as crises geradas pela desorganização das atividades produtivas, condições socioambientais, e, de incentivos financeiros, bem como, pela ineficiência das políticas públicas destinadas ao campo, pelas desigualdades sociais, pela falta de oportunidades educacionais específicas e que respeitem a diversidade de conteúdos e de calendário agrícola específico para a educação no campo, e, pela questão da terra e da expropriação da renda de trabalho dos agricultores familiares.

As diversas formas de trabalho agrícolas e não agrícolas desempenhados pelos agricultores familiares estão submetidos à lógica e apropriação das relações capitalistas de produção. Entretanto, contraditoriamente, as relações não capitalistas de produção na agricultura familiar, também são necessárias ao capital no seu

processo de reprodução, na medida em que para os agricultores familiares “os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e o trabalho de sua família e não ganhos de capitais, exatamente porque estes ganhos não provêm de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos seus instrumentos de trabalho (MARTINS, 1980, p. 59).

Para além das dificuldades produtivas observadas no espaço agrário do município em questão, é importante pontuarmos que a pluriatividade na agricultura familiar estão relacionada com as características das atividades e ocupações não agrícolas combinadas com a agropecuária.

Assim, não podemos esquecer que as transformações no mundo do trabalho, inclusive com a possibilidade de o capital colocar em prática suas novas formas de acumulação, tais como: o trabalho parcial, temporário e muitas vezes por meio de variadas formas de terceirização; a informalização das relações; e a produção flexível, se utilizando para isso, a produção familiar.

A pluriatividade praticada pelos agricultores familiares do município de São Gabriel é desenvolvida por meio de dois fatores: o primeiro diz respeito às próprias famílias que, como unidade flexível, procura absorver as crises e se aproveitar das oportunidades do mercado; a segunda está ligada as oportunidades de emprego não agrícola no campo e nos centros urbanos mais próximos, a exemplo da sede do município ou em municípios vizinhos, especialmente, Irecê que possui uma dinâmica comercial forte e uma ascendente oferta empregos.

Como relação a esses dois fatores, Schneider (2003) aponta que:

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um complexo jogo, através do qual as unidades familiares relacionam-se com o ambiente e o espaço no qual estão inseridas. [...] A reprodução é acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos (SCHNEIDER, 2003, p. 95).

Já Kageyama (1998b) adverte que para desencadear um processo de pluriatividade no espaço agrário é preciso que na cidade mais próxima haja um mercado e que o “contexto social próximo tenha um dinamismo suficiente para mercados de trabalho ou para novos produtos, serviços autônomos etc., ou seja, é necessário que haja demanda adequada para o trabalho pluriativo” (KAGEYAMA, 1998b, p. 537).

Além da renda gerada pelas atividades agrícolas e não agrícolas, devem ser observadas outras formas de obtenção de renda por parte dos agricultores

familiares, a exemplo da renda advinda dos programas de transferências de renda do Governo Federal, como aposentadorias rurais e programas sociais, como, por exemplo, os programas Bolsa Família, e o auxílio Bolsa Escola.

As aposentadorias rurais também exercem um papel importante na formação da renda dos agricultores familiares, pois em muitos casos se constitui na única fonte de renda não agrícola de muitas famílias que vivem no campo. Essa renda soma-se, em geral, à renda proveniente das diversas atividades para compor a renda total da unidade familiar. Assim, a renda vinda das aposentadorias rurais é utilizada pelos agricultores familiares em alguns casos, para diversificar a produção agropecuária e como isso, desenvolver estratégias de sobrevivência e resistência na unidade familiar de produção.

As atividades não agrícolas realizadas pelos agricultores familiares do município de São Gabriel, também, pode provocar a saída de membros da família do campo, geralmente em direção aos centros urbanos. Entretanto, o principal objetivo pela qual os agricultores familiares buscam as atividades não agrícolas e a pluriatividade é adicionar renda e continuar vivendo no campo.

As ocupações não agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares dentro dos seus estabelecimentos (pluriatividade pára agrícola) estão em sua maioria relacionadas às atividades agropecuárias e ao mesmo tempo, a demanda dos centros urbanos, às atividades ligadas ao processamento de frutas e ao artesanato de couros e à fabricação de farinha. A venda desses produtos é feita de forma direta para a população das comunidades e das cidades, principalmente por meio das feiras livres, mas também por intermédio de entregas sob encomendas, geralmente para as pessoas que vivem nos centros urbanos.

Apesar da tentativa de diversificação dos cultivos e das criações de animais, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares são reflexos do que Wanderley (2004) aponta para a agricultura familiar em pequenos municípios, acima de tudo, da região Nordeste, que são caracterizados por muitas fragilidades econômicas.

Segundo Graziano da Silva (2002) nos últimos anos as atividades não agrícolas também te crescido no campo. A criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é portando, para alguns agricultores familiares uma “estratégia possível capaz de simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda” (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 26).

A renda proveniente da atividade agropecuária não se constitui como suficiente para manter as condições de vida de muitas famílias de agricultores. Para ratificar essa informação a agricultora familiar M. A. de Lima do povoado de Caldeirão do Florindo, diz que “só com o se produz aqui na roça não dar para cobrir todas as despesas, eu tenho que ir trabalhar de tarde, na faxina da casa de seu Tadeu, ali ao lado da minha roça. O dinheiro é pouco mais ajuda” (LIMA, 2015).

Uma parte dos agricultores familiares é obrigada a buscar alternativas de geração de renda, dentre outras se destacam: as ocupações nas atividades rurais agrícolas, com diaristas assalariados em outras propriedades (em São Gabriel, nos demais municípios do Território de Identidade de Irecê e em outros estados, como por exemplo, em Minas Gerais na colheita do café), as atividades não agrícolas dentro ou fora da propriedade, com o objetivo de resistência e permanência no campo, para manter o vínculo com a terra.

Reconhecer existência e a evolução da pluriatividade impõe mudanças significativas ao poder público, tanto no enfoque, quanto nas metodologias das atuais políticas públicas, para que essas possam efetivamente ajudar os agricultores familiares a superar as crises de produção e de organização social.

É necessário que haja o fortalecimento das iniciativas territoriais e locais, com a predominância de mecanismo que preze a participação popular. Desta forma, haverá espaço para a identificação das atividades agrícolas com maior potencial de contribuir para o aumento da renda das famílias, bem como, desenvolver os instrumentos que possam ajudar a solucionar os diversos problemas enfrentados pelos agricultores familiares.

Concordamos com Souza e Souza (2008) quando os autores apontam que as políticas públicas destinadas ao campo, devem além das atividades agropecuárias, valorizarem também, as atividades não agrícolas, pois.

[...] as políticas agrícolas não são mais suficientes, pois não contemplam a grande variedade de dinâmicas de ocupações presentes no ambiente rural. Haveria muitas possibilidades emergentes de geração de renda para a população do meio rural, que não estão sendo consideradas nas políticas públicas. Nesse sentido, a sugestão é que sejam adotadas políticas “não agrícolas” para o desenvolvimento rural (SOUZA; SOUZA, 2008, p.08).

Entretanto, o mais importante é que as políticas públicas sejam repensadas e que a valorização dos mecanismos que promovam as atividades não agrícolas, venha como consequências de um projeto mais amplo de valorização da

agropecuária como um todo. Especialmente, na efetivação de políticas que possam criar alternativas de produção, de diversificação das atividades e da sustentabilidade ambiental, para os agricultores familiares possam se reproduzir socialmente por meio dos rendimentos adquirido na atividade agropecuária. E que se tornar um trabalhador pluriativo seja uma decisão do agricultor familiar e não uma imposição devido a sua situação financeira.

É importante também, que sejam melhorados e ampliados os investimentos em infraestrutura (principalmente educação, energia, estradas e transporte), sem a qual se torna difícil viabilizar qualquer atividade, seja no meio rural, seja no meio urbano.

Portanto, a surgimento e a ampliação da pluriatividade na agricultura familiar do município de São Gabriel estão relacionados com o processo de produção do espaço. A estrutura fundiária concentrada e a conseqüente pequena área em hectares (minifúndios) destinada aos agricultores familiares, que não conseguem produzir o suficiente para a sua reprodução.

As implicações deixadas pelo processo de modernização produtivista da agricultura que provocou a desorganização produtiva. A ineficiência das políticas públicas destinadas ao apoio à agricultura familiar e as pessoas que vivem no campo. O crescimento de oportunidade de emprego em atividades não agrícolas nos centros urbanos mais próximos, provocando o estreitamento nas relações campo-cidade. São fatores importantes que explicam a emergência das atividades não agrícolas e da pluriatividade.

Assim, entendemos que a pluriatividade se aparenta de forma relevante entre essas estratégias de sobrevivência e permanência da produção familiar e com isso desenvolve implicações na produção do espaço agrário do município de São Gabriel.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento da dinâmica socioespacial e das implicações da pluriatividade na agricultura familiar do município de São Gabriel-BA, no contexto da produção do espaço agrário no Território de Identidade de Irecê, passa, necessariamente, pela importância da análise do espaço enquanto totalidade, já que as relações sociais e as implicações da modernização da agricultura se materializam no município em questão. A atual realidade vivenciada pelos agricultores familiares é resultado do processo histórico de produção do espaço agrário, caracterizado pelo favorecimento da grande propriedade e da agricultura patronal em detrimento da pequena produção de base familiar.

O espaço agrário do município de São Gabriel passou nos últimos anos por transformações em suas bases produtivas, aumentando o processo migratório em direção aos centros urbanos. A produção socioespacial do referido município foi resultado das ações do Estado e dos agentes hegemônicos do modo capitalista de produção, que desenvolveram na área em questão uma política de modernização produtivista, focada numa perspectiva de desenvolvimento desigual e combinado, materializando com isso, as desigualdades sociais no campo.

As ações do Estado e dos agentes hegemônicos do modo capitalista de produção se colocam como dinamizadores ou estagnadoras da economia do município. Suas atuações são fundamentais para a produção do espaço e diversificação das atividades produtivas. A conjunção dos fatores naturais (clima, fertilidade dos solos, disponibilidade hídrica) com os fatores sociais (incentivos públicos, créditos agrícolas, nível de cooperação entre os agricultores familiares em entidades de classe, associações e cooperativas) também, contribui para o desenvolvimento da economia e da atividade agropecuária.

O sistema de produção predominante na agricultura do espaço agrário em debate é composto pelos cultivos agrícolas de sequeiros. Esses ao longo dos anos vêm sofrendo com as fragilidades marcadas pelas irregularidades das chuvas. Observamos por meio da pesquisa de campo, que os projetos governamentais não atendem em sua totalidade às demandas dos agricultores familiares, o que acarretou dificuldades na geração de renda, pois a economia do município é pautada na produção agropecuária.

A *priori*, durante o processo de modernização da agricultura, houve um aumento da produtividade agrícola e no acesso dos agricultores familiares ao sistema de crédito agrícola oficial, que financiou a substituição da policultura de subsistência, pelas monoculturas comerciais (feijão, milho e mamona). Aos poucos, uma parte dos agricultores familiares foi abandonando as práticas agrícolas rudimentares e aderindo ao uso de técnicas agrícolas modernas, a exemplo do trator e de seus implementos (arados, semeadeiras, colheitadeiras e cultivadores), fertilizantes químicos e agrotóxicos dos mais variados.

A produtividade agrícola e a disponibilidade de crédito subsidiado pelo governo tiveram seu ápice no município em questão, do início da década de 1980 até meados da década de 1990, com a crescente ocupação do território com os plantios de feijão, milho e mamona. A diminuição do crédito agrícola oficial, a ineficiência da assistência técnica ofertada aos agricultores familiares, associado à irregularidade das chuvas, a queda na produtividade e as oscilações dos preços dos principais produtos cultivados, devido à oferta desses produtos em outras partes do território nacional, dentre outros fatores, a partir de meados da década de 1990, provocaram a desorganização da base técnica produtiva no espaço agrário em São Gabriel, assim como, em quase todo o Território de Identidade de Irecê.

Nesse contexto de dificuldades produtivas no Território de Identidade e no município de São Gabriel, os agricultores familiares que continuaram vivendo e produzindo no campo, enfrentam uma série de dificuldades para sobreviver, devido à baixa produtividade agropecuária e a falta de recursos financeiros para investir na diversificação da produção.

Concomitante a essas dificuldades, a esfera governamental se mostrou incapaz de responder pelas demandas dos agricultores familiares, que passam por sérios problemas estruturais e de ordem econômica. Há uma dificuldade em garantir aos agricultores familiares a assistência técnica adequada, as organizações coletivas não cumprem seus papéis de articuladores entre as políticas públicas e os agricultores familiares, a SMASG e a extinta EBDA, não funcionam como promotores do desenvolvimento rural do município.

Por tudo isso, podemos inferir que no Território de Identidade de Irecê e em São Gabriel mais especificamente, os fatores (climáticos, políticos, econômicos e sociais) levaram ao esgotamento do modelo produtivista, e a consequente estagnação econômica e desorganização das atividades agropecuárias. Com isso,

provocaram um conjunto de implicações que afetaram diretamente na produção do espaço agrário e nas condições de vida dos agricultores familiares. Dentre outras, as principais foram:

1. Agropecuária se concretizou como principal base econômica na agricultura familiar - As práticas agropecuárias se materializaram como a principal atividade econômica (praticada em sua maioria de forma rudimentar) e serviram além da sustentação da economia local, provocaram sérias modificações no espaço, à medida que os desmatamentos e a utilização do solo há muito tempo acarretam problemas muitas vezes irreparáveis ao ambiente;

2. Concentração fundiária - A concentração de terras conforme as análises do módulo fiscal e a discrepância entre as áreas ocupadas pelos médios e grandes produtores e as destinadas à produção na agricultura familiar, também é observada no município, que está inserido numa realidade de Índice de Gini de 0,72, o que aponta para uma situação de concentração de terras que vai de forte a muito forte;

3. A desarticulação das atividades produtivas de sequeiro - Apesar da existência de um solo fértil e de um relevo plano que favorece a mecanização, a agropecuária no município em questão, ainda está longe de se consolidar como um processo dinamizador do espaço agrário e se tornar mais eficiente em termos de exploração das terras com lavouras de sequeiro e com a utilização de processos produtivos mais diversificados;

4. A dependência de programas sociais do governo federal - O município de São Gabriel possui 5.117 famílias cadastradas no programa Bolsa Família e destas, 3.473 famílias são beneficiárias, totalizando 61,88% da população do município. Essas famílias receberam em 2015 um montante de R\$ 538.646,00 do programa, distribuídos em atendimento à assistência social e à educação;

5. A baixa participação dos agricultores familiares em organizações coletivas - Os benefícios decorrentes das organizações coletivas, como por exemplo: a compra de adubos, fertilizantes, vacinas, sementes e outros produtos a preços mais baixos, contratação de tratores agrícolas e as formas de reivindicação, não tem sido aproveitado pelos agricultores familiares, devido à falta de conhecimento e de engajamento dos agricultores e, principalmente, pela incapacidade de organização e da extensão dos serviços prestados pelo STRSG;

6. As dificuldades de organização do trabalho familiar - Além do trator e de seus equipamentos, os agricultores familiares utilizam também, enxadas, facão,

capinadeiras, carroças. A maior parte do trabalho é feito pelos membros da família, nos momentos em que não estão desenvolvendo outras atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora da propriedade familiar;

Entretanto, a pesquisa também revelou as alternativas desenvolvidas pelos agricultores familiares para tentar superar essas implicações, por meio:

1. Da diversificação da produção agropecuária - A retomada da policultura a base de cultivos mais condizentes com as condições climáticas e produtivas do semiárido. A pesquisa de campo mostrou que a diversificação da produção foi e está sendo, à base de plantios de culturas de sequeiro, a exemplo do sorgo, do algodão e da mamona;

2. A retomada da pecuária de pequeno porte - A partir da segunda metade da década de 1990 houve a retomada da pecuária pelos agricultores familiares que passaram a investir nas criações de caprinos, ovinos e suínos, além da criação de bovinos em áreas específicas do município em debate;

3. Do crescimento das áreas irrigadas - Com a queda na produção de sequeiro, é cada vez mais comum o uso da prática da irrigação entre os agricultores familiares, que irrigam desde mamona até hortaliças das mais variadas espécies, aproveitando a disponibilidade dos recursos hídricos, por meio da captação de água do lençol freático;

4. A prática da pluriatividade - A obtenção de renda, oriunda de atividades não agrícolas que são desenvolvidas no tempo em que os agricultores familiares não estão envolvidos diretamente com as atividades agropecuárias, tem contribuído para a manutenção das famílias no campo.

A pesquisa de campo demonstrou que uma parcela considerável de agricultores familiares está aderindo a pluriatividade como estratégia de sobrevivência e resistência e com isso, desenvolvem atividades não agrícolas nos mais variados setores da economia. A pluriatividade está presente em 29% das famílias questionadas na pesquisa de campo.

Observamos que a pluriatividade possibilita a atuação do agricultor familiar não exclusivamente na agricultura, abrindo-lhe espaço para atuação em outras atividades produtivas no campo e fora dele. Dentre as atividades não agrícolas destacam-se, as atividades ligadas ao comércio (40%), seguido das pessoas empregadas na educação (25%), dos serviços ligados à indústria de construção

(10%) e dos serviços gerais (10%) e por último, os prestadores de serviços com (5%) dos trabalhos não agrícolas desenvolvidos pelos agricultores familiares.

Com isso, as atividades não agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares ganham cada vez mais espaço em uma área que antes era dominada por atividades essencialmente agrícolas, conferindo a esse espaço, uma nova dinâmica nas relações campo-cidade, pois, a maioria dos trabalhos não agrícolas ocupados pelos agricultores familiares do município em análise, são disponibilizados nos centros urbanos.

As transformações no espaço agrário induzidas pela diversificação das práticas produtivas pelos quais passam as atividades agropecuárias são fundamentais para a compreensão dos arranjos estruturais presentes no campo. Agricultores familiares com características bastante distintas das tradicionais emergem como fruto dessas alterações vivenciadas pela agricultura e reinserem-se no mercado de trabalho, ocupando atividades não necessariamente agrícolas.

Entendemos que o processo de expansão das atividades não agrícolas desempenhadas pelos agricultores familiares é uma realidade materializada entre os agricultores familiares. Porém, isso não significa que está ocorrendo o desaparecimento das atividades agrícolas ou a perda da identidade rural, pois, mesmo com o crescimento de oportunidades de emprego nas áreas urbanas mais próximas, as atividades agrícolas ainda apresentam certa dinâmica no espaço agrário do município de São Gabriel.

Assim, conforme apontado nos estudos de Carneiro (1999), também, a pluriatividade se manifesta no espaço agrário do município de São Gabriel, decorrente das crises geradas pela desorganização produtiva da agropecuária via o modelo produtivista adotado em décadas anteriores no Território de Identidade de Irecê. E, ainda aponta que a pluriatividade no município em questão é decorrente também das oportunidades de empregos não agrícolas em áreas urbanas e rurais mais próximas.

Com relação à produção do espaço é possível compreender a pluriatividade como um fenômeno revestido de novas dinâmicas e funções, de novos agentes presentes nas famílias agrícolas responsáveis pela reorganização do espaço, capazes de gerar renda e construir identidade. A pluriatividade mostra-se de grande importância, e constitui-se como uma alternativa possível de sobrevivência e resistência na agricultura familiar, mas não única forma, já que a combinação de

atividades agrícolas e não agrícolas está estreitamente relacionada com as realidades e as especificidades dos espaços onde elas se materializam.

O crescimento das atividades não agrícolas e do trabalho pluriativo está cada vez mais em evidência e estão dando um novo dimensionamento nas estruturas da agricultura familiar. As dinâmicas das ocupações não agrícolas entre os agricultores familiares estão diretamente ligadas ao deslocamento dos agricultores para fora dos seus estabelecimentos. A maioria das atividades não agrícolas são disponibilizadas nos centros urbanos mais próximos, nas vilas de Gameleira do Jacaré e do Besouro, na sede em São Gabriel e no município vizinho de Irecê.

Ao analisarmos as implicações da pluriatividade sobre as faixas etárias, justifica-se a base teórica referente aos estudos de Schneider (1999), que indicavam o crescimento de pessoas com mais de 65 anos vivendo no campo. Os dados da pesquisa de campo indicaram que 15% dos agricultores familiares de São Gabriel possuem idade avançada, mais de 65 anos, o que infere que existe um número considerado de aposentadorias rurais, contribuindo como rendimentos não agrícolas na formação da renda familiar.

O trabalho nas atividades agrícolas é uma opção importante para os agricultores com menos escolaridade, por não possuírem as condições necessárias para disputar as vagas de emprego melhores remuneradas disponibilizadas fora da agropecuária, que exigiam maior qualificação. Desse modo, as atividades agrícolas e as não agrícolas de menor remuneração são as mais ocupadas pelos agricultores familiares com menos escolaridade.

Em São Gabriel, 16% dos agricultores familiares questionados na pesquisa de campo, não sabem ler e escrever, acima de tudo, devido à falta de oportunidade e a necessidade de se dedicarem ao trabalho na roça desde muito cedo. Esses agricultores familiares em sua maioria estão entre os 48% que se dedicam apenas as atividades agrícolas. A pluriatividade praticada pelos agricultores familiares no município em questão está voltada para a manutenção e para a melhoria das condições de vida, já que a sua ocorrência depende diretamente da viabilidade da atividade agropecuária.

Assim, é oportuno enfatizar que para a materialização da pluriatividade como forma de sobrevivência e resistência do agricultor familiar é necessário investimento, tanto nos setores agropecuário, quanto nos setores que proporcionam as atividades não agrícolas. Somado a isso, a relevância de investimentos em infraestrutura e

serviços básicos à população do campo, de modo que possa promover uma maior facilidade de interação entre o campo e a cidade. A pluriatividade se insere nesta conjuntura como uma ferramenta importante para se suportar períodos de dificuldade, diminuindo a dependência dos agricultores familiares em relação à renda oriundas das atividades agropecuárias.

Ao admitir a existência da pluriatividade, é necessário que haja mudanças no poder público, tanto no enfoque, quanto na metodologia das atuais políticas. Com isso, se torna importante que se desenvolva ações colaborativas que possam efetivamente estabelecer o fortalecimento das iniciativas territoriais e de participação popular. Desta forma, haverá espaço para a identificação das atividades não agrícolas com maior potencial de contribuir para o aumento da renda das famílias, bem como, dos instrumentos que se pode utilizar para solucionar os diversos problemas no seu desenvolvimento.

É urgente também, que as políticas públicas para o campo, passem a valorizar e apoiar aquelas atividades que, de uma forma ou de outra, contribuam para o incremento da renda das famílias rurais. Há a necessidade de investimento em infraestrutura básica (principalmente educação, energia, estradas e transporte), sem a qual se torna difícil viabilizar qualquer atividade, seja no meio rural, seja no meio urbano.

A pluriatividade é uma das estratégias de sobrevivência e resistência adotadas pelos agricultores familiares, para superar as crises da agropecuária local, pela ineficiência das políticas públicas destinada para essa categoria. Assim, é urgente despertar um novo olhar para a agricultura familiar, na medida em que esta deve ser vista como um meio de geração de renda e não apenas fornecedora de alimentos e fibras. Para tanto, é necessário desenvolver práticas que incentivem a coletividade, com a revitalização de cooperativas, associações e do sindicato, e que estes deve ser socialmente organizados e atuantes para que cumpra seus papéis de articuladores dos interesses dos agricultores familiares.

O fortalecimento da agricultura familiar é premissa básica para melhoria da economia do município e conseqüentemente das pessoas que vivem e dependem das atividades agropecuárias. Assim, a contribuição desta pesquisa para a geografia agrária perpassa pela análise da organização e da produção espacial e suas contradições em uma sociedade globalizada, colocando os agricultores familiares em evidência e como agentes importantes, em um contexto que é reflexo da

modernização das práticas agropecuárias produtivas, fazendo com que percebam as transformações ocorridas no espaço agrário a qual estão inseridos.

As implicações da diminuição da renda gerada pelas atividades agrícolas têm sido responsáveis pela busca de alternativas. A infraestrutura social e produtiva do entorno favorece a prática da pluriatividade, e conseqüentemente, contribui para o aumento da renda e da melhora na qualidade de vida das famílias, promovendo uma maior inserção da mão de obra, fixando dessa forma, a população residente no campo. Os programas governamentais: Bolsa Família e aposentadorias rurais, também são fundamentais para as famílias, pois amenizam a situação de pobreza. Entretanto, estes programas não implicam em mudanças estruturais no espaço agrário do município.

No que se refere à dinâmica socioespacial, verificamos que mesmo havendo uma (re) produção do espaço agrário, a subordinação desta reprodução vincula-se às demandas do modo capitalista de produção. O Estado continua privilegiando os interesses dos grandes produtores em detrimento das demandas dos agricultores familiares. O que é possível de verificar na ausência de políticas efetivas que garantam a permanência, em condições dignas, desses trabalhadores do campo.

Assim, a pesquisa apontou que emergência da pluriatividade é também um reflexo da concentração fundiária predominante no município em questão. As terras utilizadas pelos agricultores familiares, em sua grande maioria minifúndios, não são suficientes para produzir o necessário para a sobrevivência das famílias. Essa incapacidade produtiva das terras devido a pequeno tamanho obriga os agricultores familiares a buscarem alternativas de renda, vendendo sua força de trabalho em outras propriedades, e, principalmente, trabalhando em atividades não agrícolas nos centros urbanos mais próximos, se tornando, trabalhadores pluriativos.

Por todo o exposto, não podemos afirmar que a pluriatividade no espaço agrário do município de São Gabriel, seja apenas produto das implicações do processo de modernização agrícola, reflexo do projeto produtivista implantado pelo Estado na década de 1970 no Território de Identidade de Irecê. É, antes de tudo, uma estratégia de sobrevivência e permanência desenvolvida pelos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Pluriatividade: uma noção válida para a análise brasileira? In: TEDESCO, João Carlos (Org). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo-RS: UPF. 1999, p. 148-173.

ALVES, Maria Odete. Pluriatividade no sertão nordestino: uma estratégia de sobrevivência: O caso do município de Tejuçuoca, estado do Ceará. **Revista Raízes**, v.21, n.1. Campina Grande-PB. 2002, p. 01-13.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. A agricultura e o capitalismo. In: **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução Beatriz Resende. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 85-135.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e Homem do Nordeste**: Contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7 ed. São Paulo: Cortez. 2005, 334p.

_____. Do Amazonas ao Prata: Instabilidade de fronteiras e regiões. In: **A Trajetória do Brasil de 1500 a 2000**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 57-78.

AYOADE, J. O. **Introdução a climatologia para os trópicos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 258p.

BAHIA [Estado]. Lei nº. 4.407, 25 de Fevereiro de 1985. Dispõe da criação do município de São Gabriel, desmembrado do de Irecê. **Diário Oficial [do] Estado da Bahia**. Salvador. V 07. n. 130. p. 01.

_____. **Sistema de Informações de Atenção Básica (SIAB)**. SESAB, 2015, Salvador: Disponível em <www.siab.datasus.gov.br>. Acesso em Julho de 2015.

_____. **Perfil da agricultura familiar na Bahia**. SEAGRI, 2012, Salvador: Disponível em <<http://www.seagri.ba.gov.br>>. Acesso em Julho de 2014.

_____. **Produção de grãos na Bahia em 2013**. Salvador, SEAGRI, 2013. Disponível em <<http://www.seagri.ba.gov.br>>Acessado em Out. 2015.

_____. **Plano estadual de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca PAE/BA**. Salvador, INEMA, 2014. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>. Acessado em Out. 2015.

BARBOSA, Divas Vinhas Nascimento. **Impactos da seca de 1993 no semi-árido baiano**: o Caso de Irecê. Salvador: SEI. 2000, 98p.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.6, p.11-28, jul./dez. 2002.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, dia 25/07/2006. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em Janeiro de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, 2006. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 27 de Julio 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília -DF. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em Julho de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família: benefícios**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em Agosto de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em Agosto de 2015.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa. 1998, 228p.

_____. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, E. F. C. *et al.* **Mundo Rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro, Maurad, 1999, 352p.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. **Dimensões e lógicas do arrendamento rural na agricultura familiar**. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária - Universidade de Brasília [2013].

CHOSSDOVSKY, Michel. Dívida e “Democracia” no Brasil. In: **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. Tradução Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999, p. 170 - 184.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL DA BAHIA (CAR-BA). **Irecê perfil Regional Sustentável. PDRS: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável**. Salvador: 2002, 267p.

CONTERATO, M. A; KOPPE, L. R; SILVA, C. B. C e. A pluriatividade e suas implicações para a qualidade de vida dos agricultores familiares: aproximações para o caso do Rio Grande do Sul. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, XLIV, 2006, v.1, p. 01-22, Porto Alegre, 2006.

COUTO FILHO, V. A. Os novos rurais baianos. In: **SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO**. Campinas, Instituto de Economia. UNICAMP, 1999, p. 03-32.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. Rio de Janeiro: MDA, 2007, 200p.

CUNHA, A. A. BRANDÃO, M. e FELIX, S. Padrões de Pluriatividade em uma Região de agricultura familiar estagnada: Evidências empíricas para o caso da Bacia do Suaçui - MG. **SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA**, 09, Belo Horizonte. **Anais...** UFMG - MG, 2000, p. 383-398.

CUNHA, T. B. Percepção Geográfica: Clima e agricultura na região de Irecê: Baixos índices pluviométricos geram consequências socioeconômicas. In: **Irecê Repórter**, 03 de março, 2012. Disponível em: <www.irecereporter.com.br>. Acesso em Abril de 2015.

DANTAS, Lucivalda Sousa Teixeira. *et at.* Pluriatividade na agricultura familiar: tecendo renda e (re) construindo identidade? In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 21, Uberlândia. **Anais...** UFU - MG, 2012, p. 03 - 31.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora nos anos 1970 ao governo Lula. In: MOREIRA, José Roberto e BRUNO, Regina Landim. **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro-RJ: Edur. 2010, p. 17-53.

DOURADO, J. A. L. **Das terras do sem-fim aos territórios do agrohidronegócio: conflitos por terra e água no Vale do São Francisco (BA)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente, 2015.

DUARTE, Aloizio Capdeville. Irecê: uma área "insulada" no sertão da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: 04. Outubro, 1963, p. 453-474.

FREYRE, G. Características gerais da colonização portuguesa no Brasil: Formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In: **Casa Grande e Senzala**. 43 ed. São Paulo: Record, 2001, p. 79-125.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **Geotextos**, Salvador: vol. 2, n. 2, Dezembro, 2006 p. 115-147.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GODOY, Cristiane Maria Tonetto e José Geraldo, WIZNIEWSKY. O papel da pluriatividade no fortalecimento da agricultura familiar do município de Santa Rosa/RS. **Desafio Online**, Campo Grande-MT. 2013. Disponível em<<http://www.desafioonline.com.br/publicacoes>>. Acesso em março de 2015.

GODOY, Paulo Roberto T. de. A produção do espaço: Uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. **GEOUSP**. São Paulo: nº 23, p. 125 - 132 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Belo Horizonte: Nova Economia, v.7, n. 01, 2002, p. 43 - 81.

GUANZIROLI, C. RIBEIRO, A. BUAINAIN, A. M. DI SABBATO, A. e BITTRNCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 284p.

HARVEY, Devid. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume. 2005, 249p.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil In: FERNANDES, B. M, *et al* (Org). **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. São Paulo: Expressão Popular. 2007, p. 271-287.

_____. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA**. IV, São Paulo. **Anais...** p. 370-392, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 02/03/14.

_____. **Censo Demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em março de 2015.

_____. **Censo Demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em março de 2015.

_____. **Censo Demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em março de 2015.

_____. **Censo Agropecuário do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em março de 2015.

_____. **Bancos de dados agregados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em março de 2015.

_____. **Bancos de dados agregados - produção de sorgo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em Outubro de 2015.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em março de 2015.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em março de 2015.

KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Revista Reforma Agrária**. Campinas: 1998, p. 5-17.

_____. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, XXXVI, Poços de Caldas, **Anais...**1998, v.2, p.555-566.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KLEBA, John B. Cooperação agrícola e coletivismos em assentamentos de reforma agrária. **Revista Reforma Agrária**, São Paulo, ano 14, n. 03, p. 132-139, 1994.

LASA, Cláudio e DELGADO, Nelson G. Desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no território de Irecê (BA). In: MIRANDA, Carlos e TIBURCIO, Breno. (Org). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil: estudos de casos**. Brasília: IICA, 2013, p. 75-121.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions, 2000.

LUCENA, Joselma Araújo de. **Dinâmica climática e produção agropecuária no município de Caicó/RN**. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa [2012].

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985, 320 p.

MACHADO, Cecília. **São Gabriel, memórias e lembranças**. Irecê: Print Fox, 2004, 91p.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981, 98p.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994. 118p.

_____. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975, 298p.

_____. **Expropriação e violência: a questão agrária no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980, 215p

MATOS, P. F; PESSÕA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **GEOUERJ**, Rio de Janeiro: Ano 13, nº. 22, v. 2, 2011 p. 290 - 322. Disponível em <www.publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>. Acessado em Set. 2015.

MATTA, J. M. B. laranja: da estratégia a aspiração camponesa. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, XII, 1994, Águas de São Pedro-SP. **Comunicações...** UNESP-SP, 1994, p. 51-81.

MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Concepção, abrangência e limites observados. In: **ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**. IV, Belém. **Anais...** UNIFAP-PA. 2001, p. 19-45.

MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, G. J. *et al* (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj. 2007, p. 169-178.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A Produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO)**. 2005. 294 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente [2005].

MENEGATI, Regiane Aparecida. **Produção familiar e as estratégias de reprodução social no espaço rural do município de Indiana (SP)**. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente [2008].

MESQUITA, Lívia Aparecida Pires de. MENDES, Estevane de Paula Pontes. Agricultura familiar, trabalho e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. **Espaço em Revista**. Catalão-GO: 2012, p. 13-23.

MOREIRA, Ruy. Espaço e trabalho: A forma e a essência da Geografia. In: **O que é Geografia**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 85-93.

MULLER, Geraldo. Competitividade e integração econômica e social: Para uma gestão regional das questões agrárias e agroindustriais. **Rascunho**, Rio Claro-SP: Car. 1994, p. 25-51.

NEPOMUCENO, Maurílio Queirós. **Análise geossistêmica da região de Irecê-BA**. 2014. 295 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador [2014].

NETO, Antônio Lemos Maia. **A experiência da cooperativa dos empreendedores rurais de Jussara: subsídios para as políticas de desenvolvimento territorial sustentável no semi-árido**. 2008. 169 f. Dissertação (Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS. Universidade de Brasília, Brasília [2008].

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto. 2002, p. 63-110.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3 ed. São Paulo: Ática. 1990, 88p.

_____. A agricultura sob o modo capitalista de produção. In: **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática. 1986, p. 28-78.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**. VII, Bogotá. **Anais...UNC**, 2012, p. 01-15.

OLIVEIRA, A. U. de; STÉDILE, J. P.; AGRÁRIA, Fórum Nacional de Reforma. **O agronegócio x a agricultura familiar e a reforma agrária**. Brasília: Secretaria Operativa. 2004, 103p.

OLIVEIRA, Carlos Ney Nascimento de. **Análise geoambiental da bacia hidrográfica do rio jacaré na região de Irecê-BA, com o uso do sistema de informações geográficas (SIG)**. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) - Departamento de Tecnologia. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana [2009].

OLIVEIRA, Verônica Ferraz de; COSTA, José Eloízio da. Relação campo-cidade, a produção do espaço e os rebatimentos da mobilidade do trabalho em Vitória da Conquista - Bahia. In: **CONGRESSO BRAILEIRO DE GEÓGRAFOS**. VII, Vitória. **Anais...** UFES-ES, 2014, p. 01-09.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Agricultura e tecnificação: notas para um debate. **Revista Agrária**, São Paulo: IV. Dezembro, 2006, p. 03-19.

PEREIRA, J. P; PEREIRA, Leonellea. **Terra dos Arcanjos. Historiografia da cidade de São Gabriel**. 2 ed. Irecê: Print Fox. 2013, 289p.

PERTILE, Noeli. **Marcas da "integração" na agricultura familiar de quilombo, SC**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis [2011].

QUAINI, Maximo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RUBELO, João Geraldo Nunes. O processo de modernização da agricultura brasileira pluriatividade da agricultura familiar. **Economia & Pesquisa**. Araçatuba. v. 6, n. 6. Março, 2004, p. 08-122.

RODRIGUES, Auro de Jesus, **Geografia: Introdução à ciência geográfica**. São Paulo: Avercamp, 2008, 149p.

RUBEM, Jackson. **Irecê - História, Casos e Lendas**. Salvador: Bureau. 1997, 284 p.

SACCO ANJOS, F. **Agricultura Familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL. 2003, 298p.

SANT'ANA, Antônio Lázaro. **Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da Mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. Araraquara: UNESP. Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP/Araraquara [2003]. 312p.

SANTOS, J. A. L. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: Sujeição da renda da terra camponesa ao capital no Território de Identidade de Irecê - BA**. São Paulo: USP. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo [2012]. 262p.

_____. **Implicações do Pronaf na produção do espaço rural do município de Feira de Santana - BA**. Feira de Santana - BA: UEFS Editora - Feira de Santana, 2009, 200p.

_____. **Implicações do Pronaf na produção do espaço rural do município de Feira de Santana-BA (1999/2006)**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador [2007].

SANTOS, J. A. C. *et al.* Estrutura fundiária nos Territórios de Identidade da Bahia. In: **SEMANA DE ECONOMIA**. Ilhéus. **Anais...**UESC. 2015, p. 02-14.

SANTOS, Milton. O espaço mero reflexo da sociedade ou fato social? **Por uma geografia nova**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 123-130.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014, 384p.

SCHNEIDER, Sérgio. Elementos Teóricos para a análise da pluriatividade em situação de agricultura familiar. In: **SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO**. II, São Paulo. **Anais...** Unicamp-SP. 2001, p. 21-46.

_____. Agricultura Familiar e Pluriatividade. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar e Industrialização**. Porto Alegre-RS: UF. 1999, p. 162-195.

_____. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS. 2003, 254p.

_____. **Agricultura Familiar e Industrialização: A Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS. 2004, 205p.

_____. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert. *et al* (Org). **A pluriatividade no campo latinoamericano**. 1 ed. Quito. Equador: Ed. Flacso, 2009, 161p.

SERPA, Ângelo. **Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade** (Org). Salvador: Edufba. 2015, 344p.

SILVA, Viviane Zerlotini da. Espaços coletivos de trabalho: Outros princípios de análise. **Oculum**. Campinas - SP. Ano 11, nº. 22, v. 2, 2014 p. 245 - 257. Disponível em < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum>>. Acessado em Out. 2015.

SILVEIRA, Laurício Bighelini da. *et al.* Pluriatividade na agricultura familiar, as diferentes visões teóricas. In: **ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**. IV, Aracaju. **Anais...** UFS-SE. 2004, p. 01-13.

SOJA, Edward. W. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993, 323p.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Região de Irecê**. Salvador. 2000, 359p.

_____. **Informações básicas dos municípios baianos**. Salvador. 1994, 453p.

SUZUKI, Júlio César. Modernização, território e relação campo-cidade: Uma outra leitura da modernização da agricultura. **Revista Agrária**, São Paulo: 06. Dezembro. 2007, p. 83-95.

SZMRECSÁNYI, Tomás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. Do escravismo ao trabalho livre, estrutura agrária e relações de trabalho, para onde vai à agroindústria? 2 ed. São Paulo: Contexto. 1996, 102p.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. In: **Campo-Território**: revista de geografia agrária. v. 5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **O Camponês: um trabalhador para o capital**. Campinas: Unicamp. Grupo de Estudos Agrários. 1999, 154p.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: **ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL XXXVIII**, 2000, **Anais...**Rio de Janeiro: 2000, p. 26-45.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Revista Estudos Sociais e Agricultura**. Rio de Janeiro: XXI, Outubro. 2004, p. 42-61.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. XX, 2000, **Anais...**Caxambu-MG, 1996, 01, p. 01-18

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba - PR: Dezembro. 2000, p. 29 - 37.

A - QUESTIONÁRIOS

- Aplicados aos agricultores familiares do município de São Gabriel-BA

EIXOS DO QUESTIONÁRIO:

1 - Informações gerais; 2. - Estrutura fundiária; 3 - Ocupação da mão de obra; 4 - Produção agropecuária e mercado e; 5 - Renda.

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Dados do Entrevistado:

- a) Nome:
- b) Localidade:
- c) Sexo: () M ou () F
- d) Idade:

2. Com relação à escolaridade, (do entrevistado) o agricultor (a) familiar é:

- a) () Não alfabetizado;
- b) () 1 ao 5 ano (Fundamental I);
- c) () 6 ao 9 ano (Fundamental II);
- d) () 1 ao 3 ano (Ensino Médio);
- e) () Nível superior;
- f) () Pós-graduação.

3. Sua família possui quantas pessoas?

- a) () de 1 a 2;
- b) () de 3 a 4;
- c) () de 5 a 6;
- d) () de 7 a 8;
- e) () mais de 8.

4. Com relação à idade dessas pessoas:

- a) () Quantas tem menos de 14 anos?
- b) () Quantas tem mais de 65 anos?
- c) () Quantas tem entre 15 e 64 anos?

5. Sua família participa de alguma associação, cooperativa (trabalhadores rurais, sindicatos etc.):

- a) () Sim;
- b) () Não;
- c) Se Sim. Qual?

6. Com relação ao programa Bolsa família, Você é beneficiário?

- a) () Sim;
- b) () Não.

II. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

1. Qual é o tamanho de sua propriedade (Hectares)?

- a) menos de 1 ha;
- b) de 1 a 2 ha;
- c) de 3 a 4 ha;
- d) de 5 a 6 ha;
- e) de 7 a 8 ha;
- f) de 9 a 10 ha;
- g) mais de 10 ha.

2. Com relação à posse da Terra:

- a) proprietário;
- b) arrendada;
- c) poceiro;
- d) proprietário assentado;
- e) acampado.

3. Houve alguma modificação no tamanho de sua propriedade.

- a) sim ampliou;
- b) sim diminuiu;
- c) não.

4. O senhor (a) mora em sua propriedade?

- a) Sim;
- b) Não; Por quê?

III. Ocupação da Mão de obra:

1. Quanto aos trabalhos das pessoas da família: (perguntar ao entrevistado)

- a) Quantas pessoas da família trabalham somente na agricultura?
- b) Quantas pessoas da família trabalham em outras atividades?
- c) Quantas pessoas trabalham na agricultura e também em outras atividades?
- d) Quantas pessoas não trabalham só estudam.

2. Em quais atividades as pessoas que trabalham fora da agricultura exercem? (marcar até 2 alternativas):

- a) construção civil;
- b) comércio;
- c) educação;
- d) saúde;
- e) Outra. Qual?

3. Tem quantas pessoas aposentadas em sua família?

- a) 1 pessoa;
- b) 2 pessoas;
- c) mais de 2 pessoas;
- d) Nenhuma.

IV. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E MERCADO

1. Quais os principais produtos agrícolas produzidos em sua propriedade?

- a) () Milho;
- b) () Mamona;
- c) () Feijão;
- d) () Sorgo;
- e) () Mandioca;
- f) () Hortaliças;
- g) () Outros. Quais?

2. Quais os principais animais criados em sua propriedade? (marcar até 3 alternativas)

- a) () Bovinos;
- b) () Suínos;
- c) () Ovinos;
- d) () Equinos;
- e) () Asininos;
- f) () Caprinos;
- g) () Outros. Quais?

3. Qual a destino de sua produção?

- a) () consumo da própria família; () 0% () 10% () 50% () 80% () 100%
- b) () comercialização; () 0% () 10% () 50% () 80% () 100%
- c) () Ambos.

4. Que quantidade da produção familiar era ou é consumida pela família?

- a) () nenhuma 0%;
- b) () uma pequena parte 10%;
- c) () metade 50%;
- d) () quase toda 80%;
- e) () Toda a produção 100%.

5. Onde é vendida a sua produção?

- a) () Feira livre;
- b) () Supermercado;
- c) () Depósitos de cereais;
- d) () De porta em porta;
- e) () Outros. Quais?

6. Que ferramentas e implementos são utilizados em sua propriedade?

- a) () Enxada;
- b) () Facão;
- c) () Capinadeira;
- d) () Trator;
- e) () Irrigação;
- f) () Outros. Quais
- g) () Adubação. Tipo

7. Nos últimos anos houve aumento ou diminuição da produção?

- a) () sim, aumentou;
- b) () sim, diminuiu;
- c) () não, ficou como estava, Por quê?

V. RENDA**1. Com relação à renda média aproximada da família:**

- a) () Menos de 1 salário mínimo;
- b) () 1 a 2 salários mínimos;
- c) () 3 a 4 salários mínimos;
- d) () mais de 4 salários mínimos.

2. Quanto à família arrecada com a produção agrícola?

- a) () menos de 1 salário;
- b) () de 1 a 2 salários;
- c) () mais de 3 salários;
- d) () nada.

3. Quanto à família arrecada de outras atividades?

- a) () menos de 1 salário;
- b) () de 1 a 2 salários;
- c) () mais de 3 salários;
- d) () nada.

4. Quanto à família arrecada de aposentadorias?

- a) () menos de 1 salário;
- b) () de 1 a 2 salários;
- c) () mais de 3 salários;
- d) () nada.

5. A renda adquirida das atividades agrícolas está sendo satisfatória para a sobrevivência da família?

- c) () Sim;
- d) () Não; Por quê?

EXTRA**1. Como você se identifica?**

- a) () Agricultor Familiar;
- b) () Camponês;
- c) () Trabalhador rural;
- d) () Lavrador;
- e) () Outro